

362

# Revista Portuguesa de História

Homenagem aos Professores

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Instituto de História Económica e Social  
Coimbra 0304

## **Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder\***

**MARÍA ANTONIA LOPES**

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

### **Introdução**

Tendo vindo a dedicar-me ao estudo da pobreza em Coimbra e das medidas que a cidade adoptou para enfrentar esse problema, desemboquei, naturalmente, na Misericórdia que, a par dos hospitais, era a grande instituição de assistência/controlo social da urbe nos séculos XVIII e XIX. Depois disso, um projecto de investigação que integro levou-me ao estudo das misericórdias em geral entre 1750 e a actualidade. Despertei, pois, para outra vertente, os dirigentes e as suas motivações, percebendo que as misericórdias, instituições onde se cruzam os poderosos e os famintos, podem ser óptimos laboratórios de análise dos dois extremos da pirâmide social.

Na época moderna os cargos de direcção das misericórdias (“confrarias de leigos e governadas por leigos sem estipêndio”<sup>1</sup>) eram preenchidos pelas gentes socialmente mais categorizadas de cada localidade que, em geral, acumulavam

\* Aos Professores António de Oliveira e Luís Ferrand de Almeida que me têm guiado pelos caminhos da História.

<sup>1</sup> António de Oliveira, “A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congéneres” em *Memórias da Misericórdia de Coimbra: Documentação & Arte*, Coimbra, Santa

com o exercício de outros poderes. Mas quem eram, em concreto, os governantes da Misericórdia de Coimbra? E durante o século XIX, época tão pouco estudada no que concerne as Misericórdias, manter-se-iam aquelas características? Pretende-se, pois, com este estudo, saber com clareza quem foram de facto os homens que governaram a Santa Casa de Coimbra nos séculos XVIII e XIX. Isto é, qual era a sua formação, o corpo social a que pertenciam, a sua inserção profissional e política; em que época da sua vida ou carreira acederam ao lugar; que outras instituições dominavam; se se perpetuaram ou não no poder; se o exercício desses cargos significava a construção de um estatuto, o seu reconhecimento ou o seu reforço, isto é, se a provedoria e a escrivania da Misericórdia foram um canal ou um porto de chegada de ascensão social; se, a terem existido alterações da tipologia social destes indivíduos, o facto patenteia mudança da tipologia da elite coimbrã ou significa variação na estima social que a cidade conferia à Misericórdia e que tanto podia ter sido no sentido ascendente ou descendente; se houve grupos organizados que deliberadamente penetraram no governo da Santa Casa ...

Em suma: com a identificação e análise dos dirigentes da Misericórdia de Coimbra nos séculos XVIII e XIX, que só é possível recorrendo à técnica prosopográfica, procurar-se-á desembocar no peso social e simbólico da instituição. E, sendo este grande, na caracterização das elites dirigentes coimbrãs e dos seus canais ou instrumentos para o exercício do poder.

Ora, o que acabo de traçar é um plano ambicioso, talvez demasiado ambicioso. Procurar os dados biográficos de tantos indivíduos é trabalho moroso e ingrato<sup>2</sup>. E, sobretudo, o período que escolhi, 1700-1910, é muito lato. Seria necessário dominar, tanto no plano nacional como local, as características sociais, económicas, políticas, administrativas, ideológicas... de épocas tão diferentes como são os séculos XVIII e XIX em Portugal. Quantas transformações de um para outro! Quantas mudanças ao longo da última centúria do Antigo Regime e durante o Liberalismo! Era, pois, mais sensato não ir além de 100 anos e não abarcar dois regimes que tantas alterações imprimiram nas estruturas

Casa da Misericórdia de Coimbra, 2000, p. 12. É claro que, como esclarece o mesmo autor, “quando havia eclesiásticos no governo da Santa Casa (provedores, escrivães), exerciam as funções, como é obvio, apenas como irmãos” (*Idem*, p. 33).

<sup>2</sup> Como salienta A. H. de Oliveira Marques na introdução a uma obra de pesquisa biográfica que coordenou (*Parlamentares e ministros da 1ª República (1910-1926)*, Lisboa/Porto, Assembleia da República/ Afrontamento, 2000, p. 9), “É natural que especialistas em determinados temas, organizações políticas ou regiões conheçam dados que consideram óbvios sobre esta ou aquela personalidade” que nos escaparam. E é também possível que no presente texto se forneçam informações sobre certos indivíduos que ulteriores pesquisas revelem menos correctas.

políticas e socioeconómicas, nos jogos de acesso ao poder e na tipologia dos grupos influentes. Contudo, o meu fascínio por estes dois séculos tão contrastantes - mas que, por assim serem, possibilitam clarificar as continuidades e as especificidades de cada um - levou-me a esta ousadia.

Antes de se avançar para a caracterização dos dirigentes da Misericórdia, refira-se o que os compromissos estatuíam sobre as condições pessoais a que deviam obedecer.

Segundo o compromisso de 1620, em vigor até 1891,

“O Provedor será sempre homem da maior qualidade, que poderá ser, auctoridade, prudencia, virtude, reputação, e idade, de maneira que os outros Irmãos o possam reconhecer por Cabeça, e lhe obedeção com mais facilidade; e ainda que por todas as sobreditas partes o mereça, não poderá ser eleito, sendo casado, ou Clérigo, ainda que *in minoribus*, de menos idade, que de vinte e cinco annos, e sendo solteiro, de trinta annos: será muito soffrido pelas desvairadas condições das pessoas, com que ha de tratar, e pessoa desocupada, para que se possa empregar nas occupações de seu cargo com a frequência e cuidado necessario” (cap. 7, art.º 1).

Quanto ao escrivão,

“será uma pessoa Nobre de tal virtude, prudencia e condição, que possa dar expedição aos negocios com certeza e facilidade; será de trinta annos de idade, casado, ou que o houvesse sido<sup>3</sup>, e desocupado de todo o officio, que lhe possa ser impedimento para se occupar no serviço de Deos, e de Nossa Senhora, conforme ao que pedem as obrigações da Casa” (cap. 8, art.º 1º).

A Mesa, composta por treze elementos, era constituída em Julho por eleição indirecta, pois os nomes (e não listas) eram votados por dez eleitores previamente escolhidos por todos os Irmãos. Assim sendo, os vários membros da Mesa que governaria a Santa Casa nesse ano económico, incluindo o provedor e o escrivão, podiam pertencer a grupos antagónicos. Na prática, a equipa era, em geral, previamente elaborada.

O compromisso de 1891, que alterou a composição da Mesa de treze para sete membros e a duração dos mandatos de um para dois anos, consagrou o sufrágio directo por todos os Irmãos, continuando estes, teoricamente, a votar em nomes e não em listas. Muito mais sucinto quanto às qualidades necessárias

<sup>3</sup> Tais condições nunca impediram os clérigos de ocupar o lugar.

para se ser provedor ou secretário (designação que substitui agora a de escrivão) determina: “A Mesa compõe-se do provedor, do secretario, ambos de primeira classe, de dois irmãos da mesma classe, e de tres de segunda” (art.º 22). A primeira classe, segundo determinava o artigo 5º, era ocupada por homens

“que, em virtude dos rendimentos provenientes de trabalho intellectual, de propriedades, e de estabelecimentos de commercio ou industria, possam, sem detrimento seu, acudir ao serviço da Irmandade; a segunda [classe] é constituída por pessoas [do sexo masculino], que tenham officio que as colloque em circunstancias de satisfazerem aquella obrigação”.

Além disso, condições impostas a todos os irmãos, teriam de ser maiores ou emancipados, residentes na cidade, religiosos, bem comportados e caritativos (art.º 6º).

E, pois, estatutariamente imposto o governo da Misericórdia pela elite da cidade. Vejamos, então, se a prática correspondeu à norma, se os provedores e escrivães da Santa Casa de Coimbra saíram, de facto, da gente principal da terra e o que era ser principal nesta cidade.

Ao longo dos 211 anos em análise ocuparam a provedoria da Misericórdia de Coimbra 93 homens diferentes e serviram o cargo de escrivão 109. Tratando-se de um estudo de longa duração, foi necessário seccioná-lo, estabelecer uma periodização que, como todas, é discutível mas imprescindível para a percepção das grandes mudanças. Assim, foram estabelecidas as seguintes cinco épocas: A primeira, englobando os anos 1700/01 a 1748/49 justifica-se pelo facto de ter ocorrido em 1749 a primeira nomeação régia do provedor da Misericórdia de Coimbra, o que se repetirá ao longo do século. A segunda metade de Setecentos é, por todo o país, de grande intervenção do poder central nas misericórdias que, em geral, vivem grandes dificuldades financeiras e, em muitas delas, fuga das elites que já não as achavam apetecíveis<sup>4</sup>. A segunda época reporta-se aos anos 1749/50-1798/99. Este último corte foi determinado pela agudização das dificuldades que já se sentiam anteriormente e que as tumultuosas eleições de 1799 exprimem de forma inequívoca. O *terminus* deste período, em 1834, impõe-se pelas razões óbvias das alterações políticas do país que, certamente,

<sup>4</sup> Cf. Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*, Lisboa, CNCDP, 1997, pp. 84-86; *Idem*, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 127-131; María Antonia Lopes, *As Misericórdias de D. José ao final do século XX*, sep. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum I. Fazer a história das Misericórdias*, Lisboa, Universidade Católica e União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 79-81.

provocaram mudança na tipologia dos dirigentes da Santa Casa. Quanto à época seguinte, iniciada em 1834, deveria prolongar-se até ao fim da monarquia ou seria analiticamente mais pertinente dividi-la? A sociedade coimbrã e portuguesa, as suas dites, os seus grupos de interesses e de influência, a própria Misericórdia seriam semelhantes nos anos 30-40 e nos inícios do século XX? Não, certamente. Mas onde seccionar este longo período? Uma crise aguda que dividiu a irmandade em 1874 na luta pelo acesso ao poder, quando um grupo de irmãos tentou contrariar as práticas estabelecidas, decidiu-me a efectuar um corte em 1873. Embora a reacção fracassasse, tal periodização revelou-se operativa, pois o tipo de dirigentes apresentará características distintas nesta última época, estabelecida para os anos 1874-1910. Este ano é o último a ser aqui analisado, pois fazia todo o sentido prolongar o século XIX até essa data.

A fim de traçar o perfil dos homens em causa, socorri-me, numa primeira fase, dos elementos fornecidos pelo *Catálogo dos Provedores e Escrivães da Misericórdia* elaborado em 1860 por António de Moura Freitas, cartorário e arquivista da Santa Casa<sup>5</sup>, e das anotações de Armando Carneiro da Silva na edição que foi feita desse catálogo<sup>6</sup>. Cruzando as informações que a fonte fornecia com o que ele próprio colheu no Arquivo Histórico Municipal sobre os vereadores da Câmara, Carneiro da Silva estabeleceu os primeiros dados identificativos de alguns provedores e escrivães da Misericórdia enquanto homens ligados ao poder autárquico. Mas era pouco. Procurei, pois, acrescentar as informações sobre esses indivíduos recorrendo a outras fontes e estudos. Para a identificação e caracterização socioeconómica das muitas personalidades coimbrãs setecentistas ligadas ao poder municipal foram imprescindíveis os trabalhos de Sérgio Cunha Soares<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Depositado no Arquivo da Misericórdia de Coimbra (doravante: AMC).

<sup>6</sup> *Catálogo dos Senhores Provedores e Escrivães da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra*, Coimbra, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 1991. Padecem os dois catálogos de algumas imprecisões e erros que foram ultrapassados com a consulta dos acórdãos, actas e registos de eleições da Mesa. Uma primeira correcção, abrangendo os anos 1715-1793, foi feita por Jaime Ricardo Teixeira Gouveia, meu aluno na disciplina de *História da Cidade de Coimbra* em 2001 - 2002, em *Análise da aceitação e recusa dos cargos de provedor e escrivão da Mesa da Misericórdia de Coimbra* (trabalho dactilografado), cujas informações aqui aproveito. Nos restantes anos, eu própria procedi à verificação dos dados.

<sup>7</sup> *Os vereadores da Universidade na Câmara de Coimbra (1640-1777)*, Coimbra, 1991, sep. *Revista Portuguesa de História*, 26; *O município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo. Poder e poderosos na Idade Moderna*, 2 vols., Coimbra, 1995 (tese de doutoramento policopiada); *Nobreza conimbricense e modos de governo político. Um ensaio municipal (1640-1777)*, Coimbra, 1996, sep. *Revista Portuguesa de História*, 31 (1º).

Foram também fundamentais para o período posterior: a listagem nominal dos vereadores da Câmara entre 1770 e 1820 que a Doutora Maria Margarida Sobral Neto me facultou e a quem

e vários tratados genealógicos<sup>8</sup>. As informações sobre os professores universitários, largamente representados na direcção da Misericórdia de Coimbra, e cujas carreiras eram frequentemente paralelas a percursos eclesiásticos e políticos, foram colhidas nas várias e excelentes publicações de que dispomos<sup>9</sup>.

publicamente agradeço; José Pinto Loureiro (org.), *Anais do município de Coimbra (1890-1903)*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1939; *Idem*, “Presidentes da Câmara Municipal de Coimbra”, *Arquivo Coimbrão*, 15, 1957, pp. 246-267; Armando Carneiro da Silva (org.), *Anais do município de Coimbra (1840-1869)*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1973.

<sup>8</sup> Nomeadamente: Afonso Duarte Martins Zúquete (dir.), *Nobreza de Portugal...*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960-1961, 3 vols.; Albano da Silveira Pinto e visconde de Sanches de Baêna, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa, Francisco Arthur da Silva, 1991, 2 vols. (reedição fac-similada); José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, *Costados das Famílias Illustres de Portugal...*, Braga, Carvalhos de Basto, 1990, 2 vols. (reedição fac-similada); Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, Braga, Edições Carvalhos de Basto, 1992, 12 vols. (reedição fac-similada).

<sup>9</sup> António de Vasconcelos, diversos artigos publicados em *António de Vasconcelos, perpetuado nas páginas do “Correio de Coimbra” - 1922-1941*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000; António de Vasconcelos, *Escritos vários relativos à Universidade dionisiana*, 2 vols., Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1987-88; Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal Dicionário histórico, chorographico, heráldico, biographico, bibliographico, numismático e artístico*, Lisboa, João Romano Torres, 1904-1915; Fernando Taveira da Fonseca, “Universidade de Coimbra” em *História da Universidade em Portugal (1537-1771)*, vol. I, t. II Coimbra/Lisboa, Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 501-600; Fernando Taveira da Fonseca, *A Universidade de Coimbra (1700-1771): estudo social e económico*, 2 vols., Coimbra, 1992, dissertação de doutoramento policopiada; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 4 tomos, 8 vols., Coimbra, 1910-1924; Francisco Carneiro de Figueira, *Memórias da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1937; Francisco Leitão Ferreira, *Alphabeto dos Lentes da insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1937; João Rui Pita, *A Farmácia na Universidade de Coimbra (1772-1836). Ciência, ensino e produção de medicamentos no Dispensatório Farmacêutico*, 3 vols., Coimbra, 1995, dissertação de doutoramento policopiada; Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a história contemporânea*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868; Joaquim Martins de Carvalho, *O Conimbricense* (toda a colecção); José Subtil, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, UAL, 1996; Manuel Augusto Rodrigues (dir.), *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992; Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus reitores. Para uma história da instituição*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990; Manuel Lopes de Almeida, *Subsídios para a história da Universidade de Coimbra e do seu corpo académico (1715-1750)*, Coimbra, 1964, sep. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 27; Manuel Lopes de Almeida, *Subsídios para a história da Universidade de Coimbra e do seu corpo académico (1801-1821)*, Coimbra, s.n., 1966; Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Academia de Coimbra e a situação política em Portugal nos meados do século XIX*, Coimbra, 1991, sep. *Actas do Congresso “História da Universidade”*, 5; Mário Alberto Nunes da Costa, *Documentos para a história da Universidade de Coimbra (1750-1772)*, Coimbra, Universidade de Coimbra,

*F época: 1700/01 -1748/49*

A Mesa de 1700/01 foi presidida pelo fidalgo e antigo vereador da Câmara Francisco de Melo e Sousa que terá nascido cerca de 1639 e pertencia à família dos Meios de Coimbra da Quinta da Várzea, os quais remontam à Casa de Povolide. Era cunhado do inquisidor Pedro Ataíde de Castro e sobrinho (por afinidade) de um deputado do Conselho Geral do Santo Ofício. Faleceu em Abril de 1701 e foi então chamado a completar o mandato o doutor André Bernardes Aires, lente de Cânones já jubilado, cônego doutoral da Sé de Évora desde 1679 (antes disso fora sucessivamente cônego doutoral dos cabidos de Lamego, Viseu e Porto) e deputado do Santo Ofício (1671). Fora vereador pela Universidade em 1667, vice-reitor da Universidade em 1685 (à frente do seu governo porque o reitor passara a bispo do Algarve), provedor da Misericórdia em 1684/85, de 1691 a 1699 e novamente de Setembro de 1699 a Junho de 1700, completando outro mandato que a morte do provedor interrompera. Para não sair de Coimbra, André Bernardes Aires recusara os lugares de desembargador do Paço e de deputado do Conselho Geral do Santo Ofício.

A família e os cargos desempenhados e recusados pelos dois homens que abrem a série em estudo indiciam de imediato que a provedoria da Misericórdia de Coimbra era reservada a uma elite restrita. Os dados biográficos recolhidos sobre todos os provedores confirmam à saciedade esta primeira impressão.

Entre 1700 e 1748, época em que os provedores foram eleitos sem interferência do poder central, o peso da fidalguia na direcção da Misericórdia é enorme: em 77% dos anos<sup>10</sup> foi a provedoria ocupada por fidalgos da Casa Real\*<sup>11</sup> e em 44% os provedores ostentavam o *Dom* antes do nome. Além desses, 6% dos mandatos couberam a nobres<sup>12</sup>. A partir de 1727 inclusive, são todos fidalgos

2 vols., 1959-61 ; Zília Osório de Castro, (dir.), *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo*, 2 vols. Lisboa/Porto, Assembleia da República/Afrontamento, 2002. Foi também de grande utilidade, como sempre, a consulta do *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva e Brito Aranha, 22 vols, reedição fac-similada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987 e, ainda, alguns livros de memórias de antigos estudantes de Coimbra.

<sup>10</sup> As percentagens apresentadas para a caracterização das chefias da Misericórdia são sempre relativas aos anos de exercício e não a indivíduos diferentes.

<sup>11</sup> Os que o não eram: lente desempenhando outras altas funções em 1700/01, vereador em 1702/03, vereador e correio-mor que será depois fidalgo em 1709/10 e 1710/11 e nobres ligados à Câmara em 1712/13, 1713/14 e 1726/27.

<sup>12</sup> A nobreza em sentido lato compreendia os “grandes” ou “primeira nobreza” (inexistente em Coimbra), a fidalguia (por nascimento ou filhamento) e, no escalão mais baixo deste braço social, a nobreza simples. Ver Nuno Gonçalo Monteiro, “Noblesse et aristocratie au Portugal sous l’Ancien Régime (XVII<sup>e</sup>- début du XIX<sup>e</sup> siècle”, *Revue d ’histoire moderne et contemporaine*, 46-1, pp. 185-210.

da Casa Real. Antes de acederem ao lugar, 48% dos provedores já haviam sido vereadores, e destes, 80% eram membros da nobreza que, assim, dominava tanto a Câmara como a Misericórdia. Além disso, 20% dos provedores desta época acumulavam o nascimento nobre e a pertença à Misericórdia, à Câmara e à Inquisição. Não podemos deixar de lembrar o *pacto fidalgo* que Sérgio Soares historiou<sup>13</sup>.

A carreira académica não era ainda decisiva para a escolha dos dirigentes da Santa Casa, pois apenas 6% dos mandatos foram exercidos por lentes (das faculdades de Cânones e de Leis) e a eclesiástica também não era determinante (17% eram cónegos). Era frequente a pertença a importantíssimas instituições de carácter honorífico e de poder, com ou sem contrapartidas remuneratórias: 71% dos mandatos foram desempenhados por homens ligados à Ordem de Cristo (48% comendadores e 23% cavaleiros), 62% ao Santo Ofício (sendo 41% deputados e 21% familiares)<sup>14</sup> e 4% eram deputados da Mesa da Consciência e Ordens. Os possuidores de comendas de ordens militares ocupam 54% dos mandatos (e em 14% acumulam mais do que uma)<sup>15</sup>, os morgados atingem os 64%<sup>16</sup> e as dignidades eclesiásticas (deão, mestre-escola, arcebispo) 8%. Outros cargos pertencentes aos provedores desta época são os de mestre-de-campo (19%), provedor do Hospital de S. Lázaro (19%), guarda-mor da saúde (18%), capitão-mor (13%), correio-mor de Coimbra (4%). Há, pois, membros dos aparelhos militar, sanitário e administrativo, da Inquisição, das ordens militares e, em menor grau, do Cabido da Sé. Não é necessário salientar o que poderia significar ocupar tais cargos e dignidades. Exceptuados os anos 1706/07 e 1707/08, quando a Misericórdia foi dirigida pelo próprio bispo-conde, não existem

<sup>13</sup> Em *O município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo...*

<sup>14</sup> Para se avaliar o significado social dos estatutos de cavaleiro das ordens militares e de familiar do Santo Ofício, consultem-se Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, 2001 e José Veiga Torres, “Da repressão religiosa para a promoção social. A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, 1994, pp. 109-135.

<sup>15</sup> As comendas eram não só fontes de rendimento, como “distinções nobiliárquicas superiores”, sendo as marcas de nobreza “mais correntes” as de familiar do Santo Ofício, cavaleiro de ordem militar e até o foro de fidalgo da casa real e a carta de brasão de armas (Nuno Gonçalo Monteiro, *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003, p. 136).

<sup>16</sup> Identificação que é, “quase sempre, um indicador de nobreza antiga”, mesmo antes da legislação pombalina de 1769-1770 que exigia nobreza para a instituição de um vínculo (*Idem, Ibidem*, p. 58).

no cargo máximo da irmandade magistrados da administração diocesana (provisor, vigário-geral, escrivão da Câmara Eclesiástica, juiz dos resíduos, desembargadores, promotores, etc.)<sup>17</sup>. Nesta sociedade de antigo regime onde era grande a amplitude horizontal das famílias, não seriam menos importantes as teias familiares e clientelares. Que redes de relações pessoais, trocas de favores ou dependências económicas, se formavam aqui e noutras instituições de natureza profissional, honorífica, devocional, caritativa, cultural a que tantos deles pertenciam também? Ou entre a parentela das esposas e dos filhos casados? Só nestes dois cargos máximos da Misericórdia encontram-se irmãos, filhos, netos, bisnetos, sobrinhos, cunhados... Pelo menos 23% dos mandatos foram exercidos por filhos de anteriores provedores e escrivães.

Tal peso da fidalguia e de dignitários só pode querer dizer que o exercício do cargo era fonte de enorme prestígio ao qual acedia um número restrito de notáveis da urbe. Isso, porém, não impediu a renovação, pois em 49 anos ocuparam a provedoria 19 pessoas diferentes. Embora um indivíduo, D. Afonso de Meneses [1672-1739], ocupasse o lugar 18 vezes, entre 1715/16 e 1738/39, a média de permanência foi apenas de 2,5 anos. Este veterano, pertencente à família dos Meneses de Cantanhede e casado com um filha do conde de Avintes, era sobrinho do reitor-reformador da Universidade D. José de Meneses (1675-79) - que foi depois bispo do Algarve e de Lamego e arcebispo de Braga - e irmão do provedor da Misericórdia em 1714/15 e 1716/17, o cónego D. José de Meneses que era mestre-escola na Sé de Coimbra e, mais tarde, ascendeu a Principal na Patriarcal<sup>18</sup>. D. Afonso era fidalgo da Casa Real, senhor de Cantanhede, de Ponte da Barca e do morgado de Tonces, comendador da Ordem de Cristo e deputado do Santo Ofício. Os irmãos D. Afonso e D. José de Meneses exerceram a provedoria durante 20 anos, ocupando o lugar imediatamente após o ingresso na irmandade, pois D. José prestou juramento de Irmão a 2.7.1714<sup>19</sup> e foi provedor em 1714/15 e D. Afonso entrou em 23.6.1715<sup>20</sup>, sendo pela primeira vez provedor em 1715/16.

<sup>17</sup> Sobre a estrutura dos governos diocesanos, ver José Pedro Paiva, *A administração diocesana e a presença da Igreja. O caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, 1991, sep. *Lusitania Sacra*, 3 e “Dioceses e organização eclesiástica” em *História Religiosa de Portugal 2. Humanismos e Reformas* (dir. de Carlos Moreira Azevedo), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 194-199.

<sup>18</sup> Cf. AMC, *Acordãos* 4, fl. 191.

<sup>19</sup> AMC, *Termos de Juramentos dos Irmãos, 1706-1853*, fl. 61.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*, fl. 70vº.

Porque o acesso ao lugar pressupõe uma importância social indubitável e uma afirmação local prévia, certamente não chegariam à provedoria muito jovens. Contudo, as idades conhecidas são apenas de 7 homens que correspondem a 33 mandatos. Nestes, a média de idades dos provedores é de 58 anos, tendo o mais jovem 43 anos (D. Afonso de Meneses) e o mais idoso 80 (João de Sá Pereira). Admitir-se-ia à partida que não seria comum exercer-se o cargo de escrivão depois de se ter sido provedor, pois significaria um resvalamento social, mas tal procedimento não foi invulgar nesta centúria.

Em 1706/07 e 1707/08, António Leitão de Sousa, que fora provedor entre 1703/04 e 1705/06, passou a escrivão para dar o lugar a D. António Vasconcelos e Sousa [1645-1717], O primeiro era fidalgo da Casa Real, senhor de morgadio, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, capitão de ordenanças e vereador antes e depois do exercício dos cargos maiores da Misericórdia (em 1682/83,1702/03,1706/07,1711/12,1714/15 e 1718/19). O segundo era nada menos do que o recém-nomeado bispo da diocese, filho dos 2<sup>os</sup> condes de Castelo Melhor e irmão do célebre escrivão da puridade de Afonso VI. Ao longo dos 211 anos aqui em apreço é a única vez, aliás, que o prelado episcopal assume a provedoria da Santa Casa de Coimbra<sup>21</sup>. Com tal provedor não seria de modo algum desprestigiante a descida na hierarquia da irmandade. Muito pelo contrário. Associando-se ao bispo-conde, só se ganharia em poder, nem que fosse apenas simbólico. Além disso, certamente que D. António Vasconcelos e Sousa não exercia o comando efectivo, deixando ao escrivão todo o poder real que lhe advinha do controlo da instituição. Das dez reuniões da Mesa de 1706/08 registadas no livro dos acórdãos, o bispo só presidiu a três, sendo as restantes conduzidas pelo escrivão. Uma frutuosa componenda que de certeza em nada prejudicou António Leitão de Sousa. E o mesmo se diga sobre a segunda situação do género:

<sup>21</sup> António de Vasconcelos e Sousa não era estranho à confraria, pois já em 1667/68, sendo então porcionista no Colégio de S. Paulo, deão da Sé de Lisboa e sumilher da cortina de Sua Majestade, ocupara a provedoria da Misericórdia de Coimbra (cf. AMC, *Acórdãos* 3). Em 1712/13 e 1713/14 foi também provedor da Misericórdia de Aveiro (então pertencente ao bispado de Coimbra) - Manuel de Oliveira Barreira, *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Pobreza e solidariedade (1600-1750)*, Coimbra, 1995, p. 208 (dissertação de mestrado policopiada).

Mais tarde, em 1741, foi eleito provedor da Santa Casa de Coimbra o bispo D. Miguel da Anunciação que recusou o lugar pelos seus muitos afazeres. No período analisado, é a primeira vez que alguém declina a aceitação do cargo. Nunca mais nenhum bispo foi escolhido para dirigir esta Irmandade.

Tomás Sequeira de Castelo Branco, que fora provedor em 1702/03, toma-se escrivão em 1708/09, ocupando agora a provedoria João de Sá Pereira. Tomás Sequeira, provedor dos marachões do rio Mondego, era vereador e sê-lo-á também depois de exercer a provedoria da Misericórdia. Sá Pereira pertencia a uma família antiga e poderosa de Coimbra que governava a Misericórdia e o Hospital de S. Lázaro muito provavelmente desde meados de Quinhentos, aquela com alternâncias, este sem hiatos<sup>22</sup>. João de Sá Pereira [1661-1750], filho de Manuel de Sá Pereira e de D. Luisa de Melo, herdeira dos Meios da casa das Varandas, era fidalgo da Casa Real, senhor do morgado e casa do Sobreiro e Condeixa-a-Nova, filho, neto e bisneto de vereadores da Câmara, capitão-mor da cidade de Coimbra de 1697 a 1701, mestre de campo dos auxiliares da comarca a partir de 1703, cavaleiro da Ordem de Cristo com comenda e tença, comendador da redízima do sal da alfândega de Setúbal (da ordem de Santiago), guarda-mor da saúde em 1720, vereador várias vezes, ouvidor da Câmara, etc. Dono de grande fortuna, casou na família, com uma prima que era herdeira da casa do pai. Mantém-se à frente de S. Lázaro até à morte, tendo exercido o cargo de dirigente máximo da Santa Casa da Misericórdia em 1708/09, 1727/28, 1728/29, 1730/31, 1740/41 e 1741/42. Foi chamado a completar dois mandatos interrompidos pela morte do provedor, a de Luís Pereira de Melo, em 1730, e a de D. Afonso de Meneses em 1739. Em 1708 consegue as duas provedorias, de S. Lázaro e da Misericórdia. Terá algum significado o facto de ter sido também nesse ano que a Misericórdia se encarregou da administração do serviço dos expostos que trazia consigo a gestão de avultados rendimentos?

<sup>22</sup> Na verdade, foi o pai de João de Sá Pereira (Manuel de Sá Pereira) quem comprou o ofício de provedor de S. Lázaro, mas, e retomo um texto anterior, “em 1549 o provedor de S. Lázaro era Simão de Sá, a quem sucedeu seu filho Francisco Pereira [de Sá]. Em 1584, por morte deste, o rei Filipe I faz mercê do ofício à sua órfã, D. Francisca de Sá, para ser exercido pelo homem com quem viesse a casar. No mesmo ano, o doutor Jerónimo Pereira de Sá (irmão do falecido Francisco Pereira), membro do Conselho de Sua Majestade e desembargador do Paço, requer e obtém para outro irmão, Mateus Pereira, o ofício de provedor de S. Lázaro enquanto a sobrinha não casasse e em 1596, estando esta ainda solteira, volta a requerer e a receber a mesma graça para um outro irmão, António de Sá, continuando D. Francisca com todos os direitos. Em 1615 o provedor do Hospital dos Lázaros era Filipe de Sousa, talvez o marido de Francisca de Sá e antepassado de Francisco de Sousa que vendeu o ofício a Manuel de Sá Pereira” (Maria Antonia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, Viseu, Palimage, 2000, I, p. 635). No século XVI foram provedores da Misericórdia Rui de Sá Pereira, Simão de Sá Pereira, Francisco Pereira de Sá e Mateus Pereira de Sá e, na centúria seguinte, Heitor de Sá Pereira, Cristóvão de Sá Pereira, Bartolomeu de Sá Pereira e João de Sá Pereira, homónimo do provedor do século XVIII (cf. *Catálogo dos Senhores Provedores...*). A Mesa de 1700/01, que abre este estudo, era presidida por Francisco de Melo e Sousa, tio de João de Sá Pereira.

João de Sá Pereira personifica, pois, o tipo acabado de urna poderosa oligarquia cidadina, rica e fidalga, que domina quase todo o conjunto das suas instituições de poder, desde a Câmara, às provedorias de instituições caritativas e aos aparelhos militar e sanitário. Não penetrou na Inquisição, mas fá-lo-á o seu filho e herdeiro, Manuel de Sá Pereira.

Este, um dos homens mais ricos de Coimbra, alternou entre provedor e escrivão da Misericórdia nas décadas de 1730 a 60: começa por ser escrivão em 1737/38, ascendendo à provedoria em 1743/44, 1744/45 e 1745/46. Volta a ser escrivão em 1752/53. Em 1754 ausenta-se de Coimbra e retoma a provedoria da Misericórdia em 1763/64<sup>23</sup>, tendo falecido neste último ano. Fidalgo da Casa Real, sucessor do pai na casa e na provedoria de S. Lázaro, cavaleiro de Cristo e comendador da redízima de Setúbal, familiar do Santo Ofício, vereador em 1751 e mestre de campo dos auxiliares, Manuel de Sá Pereira era casado com uma senhora da alta nobreza minhota aparentada na Corte. Os seus filhos desempenharão altos cargos de confiança régia<sup>24</sup>, pois a dinastia Sá Pereira abandonou o âmbito local, impondo-se em Lisboa<sup>25</sup>. O membro mais notável foi Aires de Sá e Melo, neto de João de Sá Pereira. O seu primeiro casamento integra-o na família dos Melos e por segundas núpcias regressa ao clã original ao unir-se a uma filha de Manuel de Sá Pereira que, além de tio, passa a ser também seu sogro. Aires de Sá e Melo, que foi escrivão da Misericórdia de Coimbra em 1739/40, era fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. A sua carreira começa em Coimbra, onde assume um lugar da governança local como vereador em 1741 -43 e 1745-49. Sendo vereador, em 1746, é eleito escrivão da Santa Casa, mas recusou o lugar<sup>26</sup>. Em 1757 já exerce na Secretaria de Estado e Negócios Estrangeiros e da Guerra<sup>27</sup>. Anos mais tarde, em 1774, toma-se adjunto de Pombal, substituindo José Seabra da Silva<sup>28</sup>, também filho de Coimbra mas caído então em desgraça. Dois anos

<sup>23</sup> Já antes, em 1757, fora eleito provedor, mas não aceitou o cargo apresentando “legítima escuza”. Não estaria ainda reinstalado em Coimbra?

<sup>24</sup> João António de Sá Pereira que seguiu a carreira militar e José António de Sá Pereira e Meneses, diplomata.

<sup>25</sup> Os seus descendentes serão os viscondes e condes de Anadia e barões e viscondes de Alverca.

<sup>26</sup> Não só ele, mas também António Xavier Zuzarte Maldonado Cardoso e o doutor António Caetano da Rocha. Foi a única vez, nesta época, que o lugar de escrivão não foi ocupado pelo mais votado.

<sup>27</sup> Pedro José da França Pinto dos Reis, *Conselheiros e Secretários de Estado de Portugal de D. João IV a D. José I (Subsídios para o seu estudo sócio-jurídico)*, Coimbra, 1987, p. 305 (tese de mestrado policopiada).

<sup>28</sup> E de cujo pai, provedor da Misericórdia de Coimbra em 1749/50 e 1750/51, se falará adiante.

depois, Sá e Melo sobe a secretário de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, lugar que ocupará por 12 anos, tanto no reinado de D. José como no de D. Maria. Aires de Sá e Meló era pai do I<sup>o</sup> visconde de Anadia, secretário de Estado dos Negocios Estrangeiros.

Homens com as características dos Sá Pereira não precisavam do cargo para o seu reconhecimento social mais do que afirmado. E, contudo, assumiam por largos anos a direcção da Misericórdia, tarefa que podia ser bem trabalhosa. Porquê? Detenhamo-nos aqui para reflectirmos um pouco sobre as motivações destes indivíduos quando buscavam ou aceitavam a provedoria da Santa Casa.

O exercício da governança da Misericórdia permitia a gestão de grandes rendimentos tendo sobre eles um poder quase discricionário, controlando o mercado, escolhendo quem seria ou não seu beneficiário na concessão de empréstimos e pressionando ou favorecendo os devedores. Não faltam exemplos conhecidos de corrupção neste domínio. Elites nobiliárquicas, e muitas vezes os próprios provedores, arrebataavam grandes capitais em empréstimos que não honravam. Várias misericórdias foram levadas a situações financeiras muito críticas pelas nobrezas locais, nomeadamente na segunda metade de Setecentos<sup>29</sup>. Coimbra não foge à regra. Em 1749 a Coroa manda dissolver a Mesa presidida por Filipe Saraiva de Sampaio e Melo [1697-?] que fora escrivão em 1745/46 e 1746/47 e provedor em 1747/48 e 1748/49. Foi este homem fidalgo da Casa Real, senhor do morgado de Freches (Trancoso) e do de Vila Verde (por casamento), cavaleiro professo da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício e vereador da Câmara de Coimbra ao longo de 50 anos. Apesar de ter sido afastado pelo poder central em 1749, regressou à provedoria em 1754/55 e 1755/56. Em 1762 foi executado pelo juiz privativo da Misericórdia, o vice-conservador da Universidade, para o pagamento da avultada quantia de perto de três milhões de réis que devia à Santa Casa de juros atrasados<sup>30</sup>. Seria, certamente, um dos visados pela provisão régia de 6.4.1761 que concede à Misericórdia de Coimbra que, tal como solicitara, “seja seu Juis privativo o Conservador da Universidade de Coimbra”, o qual fará “cobrar e arrecadar executivamente todas as dividas e juros liquidos que se estiverem devendo á

<sup>29</sup> Cf. Maria Antonia Lopes, *As Misericórdias de D. José ao final do século XX*, pp. 79-81. Sobre a importância da Misericórdia de Lisboa como credora das principais casas aristocráticas portuguesas, ver Nuno Gonçalo Monteiro, *O crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2ª ed., Lisboa, IN-CM, 2003, pp. 384-396.

<sup>30</sup> Cf. AMC, *Provisões que S. M. tem concedido...*, fl. 14v<sup>o</sup> e *Registo de Provisões I*, fl. 142.

sobredita Misericórdia<sup>31</sup> e todos os anos dará conta à Mesa do Desembargo do Paço das execuções feitas e do seu estado “para evitarçe por este modo que aconteça entrem na dita Meza da Misericórdia pessoas que tomem a sofocar o meyo executivo<sup>32</sup>. Mas o problema persistiu. A provisão de 9.2.1763 recomenda ao juiz privativo da Santa Casa “toda a actividade nas cobranças e execuções das dividas, que estão ahinda por cobrar<sup>33</sup>. E em 1766 pode ler-se num acórdão da Mesa que “so em pessoas principais desta cidade, seo termo e comarca devem de seos respectivos capitais assim de doze mil e quinhentos cruzados” e que o “dezabono da Irmandade he nascido da sua renitencia da paga, e culpável negligencia de não executar a meza por conta do respeito<sup>34</sup>”.

Por isso, só trazia vantagens à Misericórdia atrair poderosos que a defendessem, como já salientei em trabalho anterior<sup>35</sup>. Talvez não tanto a fidalguia local que, mais do que servir, se servia da instituição, mas os magistrados e alto funcionalismo com poderes decisórios na administração central. Um dos homens que mais serviços prestou à Misericórdia quando ocupou lugares no aparelho administrativo central foi o doutor António Teixeira Álvares: lente de Leis e Cânones, vereador pela Universidade em 1689, 1690 e 1692, deputado da Mesa da Fazenda da Universidade (1705, 1706, 1709, 1710, 1716 e 1717), cónego doutoral de Faro e depois de Coimbra, deputado do Santo Ofício, vice-reitor da Universidade, membro do Conselho régio, deputado da Mesa da Consciência e Ordens, desembargador da Suplicação e desembargador do Paço

<sup>31</sup> Na realidade, já desde 1617, quando pela provisão de 21 de Junho a Misericórdia de Coimbra passou a gozar de todos os privilégios concedidos às de Lisboa e do Porto, detinha a Santa Casa a faculdade de cobrar e executar os devedores como se o fossem da Fazenda Real. Contudo, a sua renovação foi repetidamente solicitada, concedida e ampliada ao longo do século XVIII, prova evidente de que se não cumpria (provisões de 27.8.1737, 12.8.1739, 26.5.1758, 6.4.1761, 9.2.1763 e 16.2.1772 em AMC, *Registo de Registo de Provisões I*). O Conservador da Universidade era já também juiz privativo de todas as causas pertencentes à Misericórdia desde 1737, mas a Mesa da Misericórdia de 1760/61, presidida pelo doutor António Dinis de Araújo, requer a confirmação da nomeação e do privilégio do processo de cobrança porque como “a maior parte dos devedores eraõ os mais ricos, justamente receavaõ os supplicantes que intentando usar deste privilegio lho pertendessem embaraçar com o pretexto de que há muito tempo se não usara delle” (provisão de 6.4.1761).

<sup>32</sup> AMC, *Documentos novos I* e copiada em *Livro do Registo 7*, fis. 136vº-137.

<sup>33</sup> AMC, *Registo de Provisões I*, fl. 142.

<sup>34</sup> AMC, *Acordãos 4*, fis. 289vº-291.

<sup>35</sup> Maria Antonia Lopes, *A governança da Misericórdia de Coimbra em finais de Antigo Regime*, sep. *XXII Encontro da APHES*, Aveiro, 2002 (também publicado na Internet na página [www.egi.ua.pt/xxiiaphes](http://www.egi.ua.pt/xxiiaphes)).

já em 1717<sup>36</sup>, quando nesse ano foi eleito provedor da Misericórdia, imediatamente após o seu ingresso na irmandade<sup>37</sup>.

Outro grande espaço de exercício do poder era, naturalmente, o dos receptores da assistência. Os provedores impunham regras de comportamento para o merecimento das esmolas, decidiam quem beneficiava ou não da caridade e que socorros efectivos recebiam. Isto é, detinham o controlo dos destinos de centenas de pessoas. Além disso, exerciam poder sobre os foreiros, arrematantes, camponeses, inquilinos urbanos, trabalhadores e funcionários da instituição, incluindo os capelães. Eram interlocutores directo dos órgãos centrais do poder, parceiros entre os grandes da cidade, testamenteiros a quem eram confiadas as fortunas e as vontades dos possidentes. Podiam rentabilizar oportunidades criadas pelas redes de sociabilidade que se teciam dentro da confraria e no seu relacionamento com outras instituições, eram árbitros da conflitualidade interna da irmandade e últimos decisores de quem nela incluir ou excluir. Como chefes máximos de uma instituição que se apresentava e era reconhecida como a caridade em acção identificavam-se com o papel de personagem exemplar, detendo assim um enorme poder simbólico.

Os escrivães, apesar de hierarquicamente abaixo dos provedores, partilhavam destas vantagens. Como vimos, elementos da elite coimbrã não desdenham ocupar o cargo, mesmo depois de terem exercido a provedoria. Mais de metade (57%) das escriturarias foram ocupadas por nobres, sendo fidalgos em 29% dos anos e morgados noutros tantos. 55% dos mandatos foram exercidos por homens pertencentes à Ordem de Cristo e em 67% estavam ligados ao Santo Ofício (familiares em 30 anos, secretários em dois e alcaide em outro). O peso da carreira autárquica é grande, pois 67% destes mandatos foram ocupados por indivíduos que eram ou tinham sido vereadores e mais 8% por homens que virão a sê-lo no futuro. Membros do aparelho militar tiveram a escrituraria em 51% dos anos e em 12% homens da Igreja. Encontramos ainda pelo menos um escrivão que, embora não simultaneamente, foi também dirigente da Ordem Terceira de São Francisco que, em tese, seria adversária e concorrente da Santa Casa e foi-o, de facto, com a questão dos funerais<sup>38</sup>, como em tantas outras misericórdias. Trata-se de Manuel de Almeida, familiar do Santo Ofício, doutorado em Leis, que em Maio de 1706 servia de desembargador na Mesa

<sup>36</sup> Ver AMC, *Acordaos* 4, fl. 101.

<sup>37</sup> Prestou juramento de Irmão a 6 de Junho de 1717 (AMC, *Termos de Juramentos dos Irmãos, 1706-1853*, fl. 81v°).

<sup>38</sup> Cf. AMC, *Acordaos* 4, mesa de 6.4.1746, fis. 227-228.

Eclesiástica e que foi escrivão da Misericórdia em 1704/05 e 1705/06 e ministro da Ordem Terceira<sup>39</sup> em 1715. E também o foi o provedor Filipe Saraiva de Sampaio e Melo. Ver-se-á adiante que no século XIX foi vulgar a pertença simultânea aos órgãos dirigentes das duas instituições.

Não faltam escrivães com ascendentes e parentes da mesma geração no cargo. Serão depois provedores 7 homens em 25. Sem surpresa, verifica-se que são mais novos do que os provedores (44 anos em média, indo de 35 a 57 anos) e que também não açambarcaram o lugar, pois em média mudavam todos os dois anos. O máximo de permanência foi atingido por Luís Mendes Barreto que exerceu o cargo durante nove anos ao longo de três décadas (entre 1700/01 e 1728/29) e era figura grada da cidade: nobre, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, capitão-mor, familiar do Santo Ofício e ligado ao poder concelhio durante 37 anos, contava ainda com “apoios e protecção da Universidade, da Inquisição e provavelmente conhecimentos na Corte”<sup>40</sup>.

Bento de Figueiredo e Oliveira, escrivão em 1701/02, cuja mãe casara com o pai de Luís Mendes Barreto, era filho de um rico mercador da governança local. Ele próprio fora vereador antes de assumir a escrivania da Misericórdia e sê-lo-á depois várias vezes. Foi também deputado dos marachões a partir de 1702. Ignoro se vivia da mercancia. O único caso em toda a série em que a fortuna do escrivão lhe vinha dos grossos tratos de mercador e contratador é o de João de Oliveira, escrivão em 1725/26. Não identifiquei, e não creio que houvesse, mais nenhum indivíduo a viver do comércio. Mas este homem subia rapidamente na escala social, pois alcançara o hábito da Ordem de Cristo e a familiatura do Santo Ofício. E só ocupou a escrivania porque outros estavam impedidos e só enquanto o estivessem<sup>41</sup>.

É, pois, este o retrato-padrão dos escrivães da Misericórdia de Coimbra entre 1700 e 1748: membro da governança municipal, nobre, ligado ao Santo Ofício e à Ordem de Cristo e com cargos de autoridade militar. Gente grada sem qualquer dúvida. Ser-se escrivão da Misericórdia era um dos cargos importantes que se podia exercer na cidade.

<sup>39</sup> O ministro era o chefe temporal e o comissário o director espiritual. Sobre a Ordem Terceira, ver Joaquim Simões Barrico, *Notícia histórica da venerável Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco da cidade de Coimbra e do seu hospital e asylo*, Coimbra, Typ. de J. J. Reis Leitão, 1895.

<sup>40</sup> Sérgio Soares, *Nobreza conimbricense e modos de governo político...*, pp. 561-562.

<sup>41</sup> AMC, *Acordãos 4*, mesa de 18.6.1725, fis. 133-134.

**2ª época: 1749/50 - 1798/99**

Na segunda metade de Setecentos, longe de se atenuarem as características apontadas, aumenta o peso proporcional da fidalguia no cargo máximo da Santa Casa. À exceção de um homem que ocupou o lugar durante quatro anos, são todos fidalgos da Casa Real<sup>42</sup> (94% dos mandatos exercidos). Mas além de fidalgos, eram eclesiásticos em 40% (todos cónegos), o que representa um crescimento acentuado do peso da Igreja. A Câmara também aumenta a sua presença, pois em 38% dos casos eram antigos vereadores. Posteriormente, 18% que nunca haviam sido membros da governança da cidade virão a sê-lo. Os lentes comandam os destinos da Misericórdia em 10% dos anos, mas são só dois homens. Um deles foi designado pelo poder central e o outro eleito, mas a escolha deste também agradava à Coroa, pois havia sido nomeado escrivão no ano anterior. Este indivíduo foi o único provedor plebeu.

Temos de ter presente que nesta época 56% dos mandatos são de nomeação régia, pois só houve eleições de 1751 a 1770 e em 1796<sup>43</sup>. Ora, os provedores escolhidos pela Coroa apresentam uma tipologia diferente. Se considerarmos apenas os provedores eleitos, baixa o peso da fidalguia e cresce abruptamente a vereação enquanto a proporção dos eclesiásticos também diminui. Assim, neste grupo, os fidalgos são 86%, os vereadores 73% e a clerezia 27%. O perfil das personagens escolhidas pelo poder régio é diferente: são todos fidalgos, sendo metade homens da Igreja, e até 1793 *nenhum* da governança local. Neste ano a Coroa nomeou o provedor e o escrivão por um triénio<sup>44</sup>. Foram designados José Correia de Melo e Brito de Alvim Pinto (da Silveira), provedor, e D. Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Melo e Castro, escrivão. Eram ambos fidalgos da Casa Real e também se movimentavam no quadro camarário, pois haviam sido já vereadores.

<sup>42</sup> “Embora nos empréstimos públicos de finais de Setecentos se tivesse concedido o foro de fidalgo da casa real a quem para eles contribuísse com determinados quantitativos, a verdade é que essa distinção não se tinha vulgarizado até à viragem do século, sendo geralmente usada por fidalgos de linhagem” (Nuno G. Monteiro, *Elites e Poder...*, p. 60).

<sup>43</sup> Sobre a intervenção da Coroa na administração das misericórdias, ver Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, pp. 127-131 e Maria Antonia Lopes, *As Misericórdias de D. José ao final do século XX*, pp. 80-85.

<sup>44</sup> Os mandatos das Mesas foram anuais até à recepção do aviso de 3 de Agosto de 1793 e voltaram a sê-lo por força da provisão régia de 6 de Agosto de 1821 (ambos registados nos *Livros das provisões* da Misericórdia de Coimbra e publicados no *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no anno administrativo de 1876 a 1877* pelo Provedor doutor Luiz Albano d'Andrade Mor aes e Almeida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878, pp. 137-139). A partir de 1891, como já referi, os mandatos passam a ser bienais.

Não seria com bons olhos que certos grandes da terra viam chegar as nomeações que caíam em pessoas de outro tipo e passavam a mandar numa instituição que muitos considerariam quase sua. Segundo Sérgio Soares, o “enquistamento fidalgo” da Câmara de Coimbra, incentivado pela Coroa, prolonga-se “e talvez se acentue” depois de 1777<sup>45</sup>, mas até 1793 esses homens não são escolhidos para a direcção da Misericórdia. E o mesmo aconteceu com os escrivães nomeados, pois eram cónegos, e por isso estranhos às vereações, e nenhum de extracção fidalga ou nobre. Pretender-se-ia, por certo, enfraquecer um grupo demasiado poderoso, instalado na Misericórdia e bem alicerçado na governança municipal, dividindo as suas áreas de influência. É inegável que na segunda metade de Setecentos a fidalguia consolidou o seu poder na Santa Casa, o que é consentido e depois orquestrado pela Coroa, como o foi na governança municipal, mas, com as nomeações das Mesas administrativas, o poder régio promovia e fidelizava um subgrupo estranho à vereação e, simultaneamente, usava-o para controlar a Misericórdia.

O doutor Lucas de Seabra e Silva [1694-1756] foi o primeiro provedor nomeado, em 1749<sup>46</sup>. Era lente de Leis, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, desembargador da Relação do Porto (1729), conservador da Nação Inglesa (1734), desembargador honorário da Casa da Suplicação (1734), desembargador honorário dos agravos (1738), deputado da Bula da Cruzada, provedor do Hospital Real em 1741-43, membro dos Conselhos de Estado e da Fazenda (1745), desembargador do Paço em 1753. Foi ainda ministro da Ordem Terceira de S. Francisco e responsável pela instalação do Hospital da Convalescença sob a administração da Misericórdia em 1743. Assumiu por nomeação régia tanto a provedoria do Hospital Real em 1741 (por provisão de 25 de Janeiro) como depois a da Misericórdia em 1749. Em ambos os casos, foi designado para acudir a irregularidades que, segundo o ponto de vista régio, se verificavam nessas instituições. Era, pois, pessoa da confiança política da Coroa. Movimentando-se muito bem nos centros decisórios da Corte, requer em 1750 que se imponha na comarca um terceiro real de água destinado a

<sup>45</sup> *O município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo...*, I, p. 580.

<sup>46</sup> O decreto de 7.11.1749 (AMC, *Registo de Provisões I*, fis. 119-120) que mandou dissolver a Mesa presidida por Filipe Saraiva de Sampaio e Melo e secretariada por Manuel José Coutinho Pereira, nomeou não só Lucas de Seabra para provedor, mas todos membros da Mesa, “sem embargo de que alguns não sejaõ actualmente limaos da dita Caza”. O escrivão nomeado foi o doutor Antonio Dinis de Araújo e os Irmãos nobres os doutores Antonio da Cruz Ferreira, Antonio Vigier e Antonio Caetano da Rocha, o fidalgo Bernardo de Sá Pessoa e o juiz do crime Joaquim José de Almeida. Note-se a predominância de letrados nesta Mesa.

custear as despesas dos expostos da Misericórdia de Coimbra. Embora a Câmara, ouvida no ano seguinte, discordasse do acréscimo da tributação, o pedido foi satisfeito pela provisão de 30 de Janeiro de 1754<sup>47</sup>.

Lucas de Seabra sucedeu nos morgados de Lobão e de Fail, integrou na sua casa o morgado de Figueiró dos Vinhos, da família Morais Ferraz por casamento com a sua administradora, e instituiu ainda, por testamento de 1756, o morgado de Vilela no Campo de Coimbra. Tal como os Sá Pereira, este homem poderoso implantou uma dinastia que não se contentou com o domínio do poder local. Os seus filhos ocuparão os mais altos cargos da administração pública. Um deles é o célebre José de Seabra da Silva [1732-1813] que em 1753 era já desembargador da Relação do Porto, no ano seguinte da Casa da Suplicação, em 1770 desembargador do Paço e desde esse ano até 1774 secretário adjunto do Marquês de Pombal. Caído em desgraça em 1774, teve se exilar, regressando depois da morte do Marquês e tomando-se secretário de estado dos Negócios do Reino em 1788, cargo que exerceu por 11 anos. O seu primogénito foi o I<sup>o</sup> visconde da Baía. Outro filho do doutor Lucas foi Luís de Seabra [1733-1763] que, vivendo apenas 30 anos, ascendeu a desembargador da Relação do Porto e procurador dos órfãos e capelas. Um terceiro filho [1749-1811?], seu homónimo, foi moço fidalgo com exercício, desembargador da Casa da Suplicação (1771) e do Paço (1799), chanceler da Casa da Suplicação e Intendente Geral da Polícia em 1811.

Os Seabra Silva souberam conjugar as oportunidades que o nascimento lhes proporcionava pela rede familiar em que se integravam, com a competência conferida pelo domínio de saberes. Protecção e formação, os dois grandes mecanismos de ascensão social, actuaram perfeitamente nesta família<sup>48</sup>.

Os dois lentes que dirigem a Santa Casa em 10% dos anos são, como na época anterior, das faculdades de Cânones e Leis (um eleito e o outro nomeado, o doutor Lucas). O eleito foi António Dinis de Araújo, o único provedor que não era fidalgo, que governou a Misericórdia em 1759/60, 1760/61 e 1761/62 e tinha sido escrivão em 1749/50 e 50/51, fazendo equipa com Lucas de Seabra por mandato régio. Foi ele que requereu a provisão de 6.4.1761. Era lente de

<sup>47</sup> Maria Antonia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social*, I, pp. 180-182. Note-se que Lucas de Seabra era desembargador do Paço desde o ano anterior.

<sup>48</sup> Ignoro se os Sá Pereira e os Seabra Silva eram rivais. Nunca cooperaram nas chefias da Santa Casa, mas os Seabra Silva só dirigiram a Misericórdia em 1749/51, quando o chefe da família a governou. Um incidente, contudo, sugere alguma má vontade. Em Novembro de 1743, a Mesa, dirigida por Manuel de Sá Pereira, nomeou Lucas de Seabra administrador do Hospital da Convalescença (a ele lho devia), mas foi afastado logo em Janeiro seguinte (Maria Antonia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social*, I, pp. 626-628).

Cânones, deputado da Mesa da Fazenda da Universidade (1752, 1753, 1762 e 1763), deputado do Santo Ofício e cônego doutoral de Lamego desde 1754; fora vigário capitular desta diocese entre Outubro de 1742 e Maio do ano seguinte e vice-reitor da Universidade de 1758 a 1764, acumulando, portanto, com a provedoria da Misericórdia. Teve como escrivães José Vigier (1759/60 e 60/61) e o doutor António da Costa Pacheco (1761/62), ambos plebeus, cônegos e dignidades do bispado.

A Ordem de Cristo e o aparelho militar continuam representados na provedoria da Misericórdia, ambos com 26% dos mandatos, mas o Santo Ofício perde importância: 10% dos provedores são seus familiares e 6% deputados<sup>49</sup>. É importante também a filiação como canal de acesso ao poder, pois 9 mandatos são exercidos por filhos ou genros de anteriores provedores e escrivães (18%). Nenhum destes foi nomeado pelo poder central. É visível, pois, uma forte tendência para o fechamento, para a hereditariedade do cargo, quando a Coroa não interfere.

A permanência no lugar é maior, o que se explica pela tendência em reconduzir os nomeados e pelas mesas trienais de 1793 e 1796. Em média exerceram o cargo 3,3 anos (de 1 a 13), mas enquanto os eleitos permaneceram em média 1,8 anos, os nomeados atingem os 5,6 anos. António Xavier de Brito e Castro foi o indivíduo que mais tempo ocupou a provedoria: 13 anos ininterruptos, entre 1771/72 e 1783/84, sempre nomeado pelo poder central. Havia sido escrivão em 1762/63 e era fidalgo da Casa Real e deão da Sé<sup>50</sup>. Em segundo lugar encontra-se Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro que foi provedor durante 9 anos, de 1784 a 1792, também sempre por nomeação régia. Fidalgo da Casa Real, mestre de campo de Castelo Branco, senhor da Quinta das Lágrimas por casamento e do morgado da Ratoeira (Celorico da Beira) por herança, será vereador camarário depois de ocupar a provedoria da Misericórdia.

Tinham sido escrivães 12 homens em 15. Alcançaram a provedoria em média 7 anos após o primeiro mandato de escrivão e 4 anos após o último. Os escrivães, 17 pessoas diferentes, eram em primeiro lugar eclesiásticos (78%), todos cônegos, 44% fidalgos e 18% vereadores. 10% eram filhos de anteriores

<sup>49</sup> A nomeação de familiares do Santo Ofício, ao nível do país, decresce de forma acentuada e constante a partir da década de 1770. Entre 1721 e 1770 foram encartados 8.680 familiares e 119 deputados e inquisidores. No meio século seguinte serão, respectivamente, 2.746 e 62 (José Veiga Torres, “Da repressão religiosa para a promoção social”, pp. 127, 130, 135).

<sup>50</sup> O deado foi-lhe transmitido pelo pai (que se ordenara depois de enviuar) e ele, por sua vez, fez suceder um sobrinho.

provedores ou escrivães, 8% pertenciam à Ordem de Cristo e outros tantos à Inquisição. Mantiveram-se no cargo em média 2,9 anos (de 1 a 13). Em 54% dos anos foram nomeados pelo poder central, mas são só quatro homens.

Quando estes indivíduos alternam no exercício dos dois cargos máximos da Misericórdia, não é mais do que uma bem urdida estratégia de poder. Ambas as funções eram apetecíveis, ambas usufruíam de alta estima social. Vejamos alguns casos:

Em 1752, Manuel de Sá Pereira, de quem já se falou, toma-se escrivão do provedor Manuel José Coutinho Pereira (ou Pereira Coutinho), a única vez que este indivíduo assume o cargo. Trata-se de um fidalgo da Casa Real com 50 anos, familiar do Santo Ofício, senhor dos morgados dos Coutinhos de Coimbra, membro da família Forjaz Pereira pelo lado materno, sobrinho de dois cónegos da Sé de Coimbra (José de Melo e João de Lacerda Coutinho que foi também provedor da Misericórdia em 1742/43 e 1746/47) e que ao assumir a provedoria já fora mais do que uma vez vereador. Havia sido já escrivão da Misericórdia em quatro mandatos, 1740/41, 1741/42, 1747/48 e 1748/49, tendo sido destituído pela Coroa neste último. O seu filho Bernardo, sobre quem se falará a seguir, ocupará também os lugares de escrivão e provedor desta Misericórdia. Manuel Coutinho seria ainda irmão ou parente chegado dos cónegos Nuno Pereira Coutinho (quatro vezes escrivão e três vezes provedor) e Bernardo Coutinho Pereira, escrivão em 1753.

Quanto a Manuel de Sá Pereira, recordemo-lo, é fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, comendador da redízima de Setúbal, mestre de campo, vereador em 1751 e provedor do Hospital de S. Lázaro desde 1751 a cerca de 1763. Manuel Coutinho Pereira, como tantos outros, alterna os cargos camarários com os da Misericórdia e Manuel Sá Pereira acumula outros muitos mandos. Em 1763 volta este último a ser provedor, tendo como escrivão o cónego Nuno Pereira Coutinho.

Nuno Pereira Coutinho (ou Nuno Alvares Pereira Coutinho), que era fidalgo da Casa Real e cónego prebendado na Sé de Coimbra<sup>51</sup>, foi escrivão em 1751/52 (com o provedor Bernardo de Sá Pessoa), provedor em 1757/58 (tendo como escrivão Manuel Pessoa de Sá Figueiredo e Cunha, filho de Bernardo de Sá Pessoa) e em 1758/59 (sendo escrivão José Correia de Melo e Brito de Alvim Pinto). Nos anos 1760 Nuno Alvares Pereira Coutinho e Bernardo Coutinho

<sup>51</sup> Nuno Pereira Coutinho foi benfeitor do Recolhimento do Paço do Conde, onde criou uma fundação que alargou o quadro de recolhidas - ver Maria Antonia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social*, I, p. 441.

Pereira de Sousa Meneses Forjaz, segundo filho de Manuel José Coutinho Pereira, trocam de cadeira mais de uma vez. Bernardo foi provedor em 1764/65 (com apenas 36 anos), escrivão em 1765/66, provedor de 1766/67 a 1769/70 e escrivão em 1770/71. Este homem, passando de provedor a escrivão e de escrivão a provedor, manteve-se na chefia da Misericórdia oito anos ininterruptos. Quem era ele? Filho de ex-provedor, sobrinho-neto de outro, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, vereador antes, durante e depois dos seus mandatos na Misericórdia (1763, 64, 67, 82 e 83), casara com Francisca Maria de Távora e Sousa, filha dos senhores de Mira, e era tio por afinidade de José de Seabra da Silva por ter este casado com a filha e herdeira de Nicolau Pereira Coutinho, o filho mais velho de Manuel José Pereira Coutinho. Nicolau, filho, sobrinho e irmão de provedores e sogro de um secretário de Estado, era devedor da Misericórdia. Certamente aproveitou facilidades concedidas pelos seus parentes na direção da Casa. A filha e genro herdarão a dívida, ainda por pagar em 1795. Neste ano, José Seabra da Silva e esposa requerem à Santa Casa rebate de juros, mas o pedido foi indeferido ao poderoso governante<sup>52</sup>.

Na década de 1760, como disse, Bernardo Coutinho Pereira de Sousa Meneses Forjaz, partilhou o poder com o cónego Nuno Pereira Coutinho. Entre 1767/68 e 1769/70 o escrivão foi outro cónego, Rodrigo de Almeida Vasconcelos Barberino e em 1770/71 Bernardo Coutinho Pereira Forjaz e Rodrigo Barberino trocaram de pastas.

Bernardo de Sá Pessoa, que já referi, foi outro indivíduo que se tomou escrivão depois de ter sido provedor. Fidalgo da Casa Real, senhor do prazo de Tuias e do morgado dos frades de Tentúgal, capitão-mor da vila de Pombeiro, vereador camarário quando não exercia o poder na Misericórdia e deputado dos marachões, chegou à provedoria em 1751. Tinha sido escrivão no ano de 1738/39 e volta a sê-lo em 1754/55 e 1755/56. No ano imediato a escrivania da Misericórdia é ocupada pelo filho, Manuel Pessoa de Sá Figueiredo e Cunha. Ao retomar as funções de escrivão após ter sido provedor, Bernardo Pessoa fez equipa com o fidalgo Filipe Saraiva de Sampaio e Melo, o provedor já referido afastado pela Coroa em 1749.

Por fim, veja-se o caso de António Xavier Zuzarte Maldonado Cardoso, também fidalgo da Casa Real, senhor do prazo de Vilarinho e Casais de Eiras e do morgado dos Zuzartes, detentor de avultadíssima renda, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, filho, neto e bisneto de vereadores camarários, familiar do Santo Ofício, capitão-mor de Eiras, superintendente da coudelaria da comarca,

<sup>52</sup> Maria Antonia Lopes, *A governança da Misericórdia de Coimbra...*, p. 20.

correio-mor de Coimbra<sup>53</sup>, escrivão da receita e despesa do Hospital Real, vereador nas décadas de 1740, 50, 60 e 70. António Xavier, nascido em 1705, era filho de Francisco Zuzarte Maldonado (provedor em 1709/10 e 1710/11) e ligado por casamento aos Quadros de Tavarede. Foi escrivão em 1742/43 e provedor 11 anos depois. Em 1756/57 volta a ser escrivão com o provedor Francisco de Morais de Brito da Serra. Quanto a este, era fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, vereador antes e depois (1751, 55, 60, 64, 68, 71 e 73), fora proprietário do ofício de escrivão da Câmara (1724-35)<sup>54</sup>, continuando a dinastia dos Morais da Serra nesse cargo ao suceder ao sogro Francisco de Morais da Serra, um antigo escrivão (1697/98) e provedor da Misericórdia (1712/13 e 1713/14) que, por sua vez, era filho de um escrivão da Santa Casa de finais de Seiscentos (Gonçalo Morais da Serra).

Confuso? Trata-se, de facto, de uma rede emaranhada onde as mesmas famílias e os mesmos indivíduos se repetem e cruzam constantemente. Ou seja, uma poderosa e restrita oligarquia dominava a Santa Casa.

### *3ª época: 1799/01 - 1833/34*

Embora dirigir a Misericórdia pudesse ser tarefa muitíssimo trabalhosa, o certo é que entre 1700 e 1770 apenas seis homens se esquivaram aos cargos dirigentes para que tinham sido eleitos (2 provedores e 4 escrivães). Em 1799 escusaram-se oito (4 provedores e 4 escrivães). Até 1834 haverá mais 10 recusas. Isto é, nesta época de 1799/01 - 1833/34, em que houve 17 Mesas eleitas, 18 indivíduos recusaram os cargos máximos da Misericórdia.

As recusas de aceitação dos cargos são indicações claras de que a Misericórdia de Coimbra, como tantas das suas congéneres, perdia capacidades atractivas para os grandes. Expressamente o afirma o provedor José Joaquim da Silva<sup>55</sup> em 1814: é desde 1799 que “data a infeliz dezerção ou abandono que a Fidalguia, Corpo da Universidade e do Cabido tem feito da Misericórdia de Coimbra”.

<sup>53</sup> O ofício de correio-mor de Coimbra esteve nesta família durante seis gerações, pois o tiveram o pai (Francisco Zuzarte Maldonado), o avô (Agostinho Zuzarte Maldonado), o bisavô (Francisco Cardoso Zuzarte), o filho (Francisco Zuzarte Quadros) e o neto (António Xavier Zuzarte de Quadros) - cf. Godofredo Ferreira, *Assistentes do Correio-Mór do Reino em Coimbra*, Lisboa, 1966, sep. *Guia Oficial dos CTT*, pp. 47-93.

<sup>54</sup> Ofício que tivera de vender para fazer face a dificuldades financeiras.

<sup>55</sup> Nascido em 1762 e morto em 1825, era lente de Leis e havia sido capitão-mor, conservador da Universidade e corregedor de Coimbra. Foi duas vezes eleito e duas nomeado provedor da Misericórdia e esta muito lhe ficou a dever (cf. Maria Antonia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social*, I, p. 359). Conservador, será um dos membros da deputação dos seis lentes que em 16 de Julho de 1823 irá felicitar D. João VI após o golpe da Vilafrancada.

O mesmo provedor explica o facto pelo seguinte: visto que o Aviso Régio de 1793 permitia a eleição de provedor e mesários ainda que não fossem membros da irmandade, nesse ano de 1799 foram eleitos três lentes da Universidade e três cônegos do Cabido, mas todos se escusaram, “vendo-se a Irmandade na triste necessidade de fazer huma elleiçãõ menos comoda da qual data a infelís dezerçaõ”. Acrescenta ainda que ele próprio só aceitou a provedoria no mandato seguinte por ter sido muito instado pelo então vice-reitor da Universidade, José Monteiro da Rocha<sup>56</sup>.

Que se passou em 1799? Por que razão a gente principal da terra se escusa a dirigir a Misericórdia? E quem foram os eleitos que, segundo José Joaquim da Silva, terão provocado o esvaziamento de ilustres?

A 2 de Julho de 1799 procedeu-se à eleição da Mesa, mas tanto o provedor como o escrivão eleitos nesse dia recusaram assumir os cargos. Eram eles, respectivamente, António Xavier de Brito e Castro, fidalgo e deão da Sé que, nomeado pela Coroa, já dirigira a Casa desde 1771/72 a 1783/84, e Inácio Roberto Bettencourt, professor na Faculdade de Teologia e cônego magistral na Sé da Guarda<sup>57</sup>.

A 5 de Julho, quando se efectuava novo acto eleitoral, foi este suspenso porque alguns mesários e Irmãos contestaram a legitimidade dos eleitores que não preenchiam as condições exigidas pelo compromisso e “a maior parte delles forão sobornados ou induzidos com geral escândalo desta Cidade e Irmandade, e alguns da Meza, para nella meterem alguma ou algumas pessoas da sua contemplaçãõ”<sup>58</sup>. Não concordaram com a suspensão do acto o anterior escrivão (o fidalgo e cônego José de Albergaria Monteiro e Vasconcelos) e o procurador geral. Estariam eles por detrás das irregularidades?

Com o problema por resolver, o provedor e o escrivão ainda em funções demitem-se em Agosto e João Henriques Seco assume interinamente a provedoria por ser o mesário mais velho, o que foi contestado por vários Irmãos. Por certo aproveitando o vazio das gentes mais ilustres, a Junta Plena da Irmandade, reunida a 28 desse mês, aprova uma proposta que faz passar de 2ª para 1ª graduação os Irmãos lavradores, negociantes e almotacés<sup>59</sup>.

<sup>56</sup> AMC, *Acordãos* 5, fis. 225vº-226.

<sup>57</sup> AMC, *Livro dos termos da eleição da Meza da Srª Misericórdia 1795-1864*, fis. 8-9.

<sup>58</sup> AMC, *Acordãos* 5, fl. 89-89vº.

<sup>59</sup> Abrangidos os lavradores que “com decencia se sustentassem e a suas Familias dos rendimentos das suas propriedades assim rusticas como urbanas”, os negociantes “que notoriamente forem reputados de senhores de cabedal volumoso acreditando-se de comportamento decente e irreprehensivel, e com aptidão notoria para o bom regimen deste Monte de Piedade assim como também os Almotacés que forem eleitos na conformidade das Leis do Reino” (AMC, *Acordãos*

Em Setembro, Henriques Seco pede aos ex-provedores Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro e António Xavier de Brito e Castro que assumam a direcção da Santa Casa porque “me não convém continuar em huma Jurisdição a que se me oponha a minima duvida; e mais quando delia me não rezulta outro interesse mais do que encomodos, trabalhos e criminosos atrevimentos”<sup>60</sup>. Ambos se escusam, lamentando o segundo “as dezordens da Mizericordia que querendo compo-las não achei meio de faze-lo e sinto que ellas continuem”<sup>61</sup>.

Procede-se a nova eleição no dia 13 de Setembro onde se lembra aos eleitores que podem ser escolhidos para a governança da Casa pessoas não pertencentes à irmandade. Para provedor, o indivíduo mais votado foi António Soares Barbosa seguido de Francisco António Duarte da Fonseca Montanha, académicos tão ilustres e conhecidos que me dispenso de os apresentar. Declinaram o cargo. Um terceiro nome e ainda os três votados para escrivães, sucessivamente se recusaram a assumir as funções que lhes atribuíam<sup>62</sup>.

Só dez dias mais tarde se conseguiu eleger o provedor, João Henriques Seco, e o escrivão, Teófilo Morato Freire de Melo, que afirmam ter aceite “taõ somente para remir a vexação e dezordem a que se acha reduzida a administração deste Monte de Piedade desamparado de todas as pessoas que o podiaõ zelar e horrorisados pelos ameaços que tem espalhado certos inimigos communs deste Monte de Piedade pedindo e intimidando todas as pessoas que lhes parece podiaõ ser uteis á sua administração para que a dezamparem totalmente”<sup>63</sup>. Quem eram esses inimigos? Ignoro-o. Quanto aos eleitos, João Henriques Seco era bacharel, tesoureiro geral da Universidade, notário apostólico, fora e será ainda vereador e em 1801 é nomeado depositário e recebedor das apólices do Erário Régio. Teófilo Morato Freire de Melo, também bacharel, foi vereador em 1797, 1802 e 1805. Nem um nem outro eram fidalgos, lentes ou cónegos<sup>64</sup>,

5, fl. 93v<sup>o</sup>). Note-se como a almotaçaria que desde a Restauração conferia aos seus detentores a qualidade de membro da governança ou pequena nobreza de cidadão simples (cf. Sérgio Soares, *O município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo*, I, p. 33) só agora possibilita o acesso à 1ª classe da Misericórdia.

<sup>60</sup> AMC, *Acordãos* 5, fl. 97.

<sup>61</sup> AMC, *Acordãos* 5, fl. 98.

<sup>62</sup> AMC, *Livro dos termos da eleição da Meza da Sr<sup>a</sup> Mizericordia 1795-1864*, fis. 14-15.

Os seis indivíduos votados eram todos lentes da Universidade.

<sup>63</sup> *Idem, ibidem*, fl. 16-16v<sup>o</sup>.

<sup>64</sup> O escrivão da mesa seguinte (e até 1807) sairá do mesmo grupo: António Luís de Sousa Reis e Maia [1752-1813], sargento-mor, vereador em 1797 e 1798 e avô do conhecido António Luís de Sousa Henriques Seco, de quem se falará adiante. Por carta régia de 9.8.1802 António Luís de Sousa Reis e Maia e Teófilo Morato foram nomeados vereadores e, em 1805, o lugar de João Henriques Seco, vago por falecimento, foi ocupado por Reis e Maia (cf. J. P. Loureiro, *Coimbra no século XIX*, pp. 57-58).

o que, seguindo o discurso do doutor José Joaquim da Silva, seria condição indispensável para o desempenho do lugar<sup>65</sup>, sob pena de o deslustrar. Seria por essa razão que se seguiu a “inferís dezerção”? Parece mais plausível que a eleição seja consequência e não causa da deserção das elites coimbrãs. É que as dificuldades financeiras da instituição diminuía-lhe drasticamente o seu poder e as medidas régias que visavam controlar o acesso aos empréstimos de capitais, exigindo cada vez mais garantias e fiscalizando o pagamento dos juros, fizeram perder às administrações das misericórdias um dos maiores atractivos que exerciam junto da nobreza. Mas é bem provável, também, que a deserção se tenha agravado com a escolha de uma equipa dirigente cujo *status* era manifestamente inferior ao habitual. E a elevação à Iª classe dos lavradores, negociantes e almotacés certamente não agradaria a quem se considerava superior e se via agora igualado nas categorias internas da irmandade.

Mas se as elites tradicionais se desinteressavam da direcção da Misericórdia, o ingresso na confraria continuava a ser muito atraente para os grupos (ou indivíduos) em processo de ascensão porque lhes oferecia o revestimento da consagração social. “Apesar da fuga dos notáveis em finais do século XVIII e inícios da centúria seguinte - de tal forma que a partir de 1815 a Misericórdia de Coimbra tem de ser injectada com repetidas levas de irmãos, o que se fez, em várias ocasiões, por expressas ordens régias -, ao longo da segunda metade do século XVIII e primeira década de Oitocentos é constante o fluxo de novos confrades que, sem integrarem a elite local, não deixam de ser profissionais nos centros de decisão da urbe: escrivães do Fisco Real, da Conservatória, da Fazenda da Universidade, da Câmara Eclesiástica, da Câmara Municipal, do Juízo do Crime, do Cível, da Correição, do Isento de Sf Cruz, secretários do Santo Ofício, tabeliães, meirinhos, procuradores de causas. E além destes, muitos advogados, médicos, cirurgiões e boticários”<sup>66</sup>.

Os momentos de grande conflitualidade interna patentes em alguns anos deste período demonstram bem a luta que se travava pelo acesso ao poder. Em 1799, embora a elite recuse o cargo, não o quer ver desempenhado por indivíduos estranhos ao grupo. Em 1814 o doutor José Joaquim da Silva, que ocupava a provedoria desde 1802, pretendia continuar, mas viu-se obrigado a abandonar o cargo por vontade da maioria dos membros da irmandade e por força da provisão

<sup>65</sup> A mesma ideia surge no seguinte trecho do mesmo provedor: “qualquer Fidalgo Illustrado, Lente da Universidade, Conego do Cabido juntándose na Meza Homens de Luzes e de bom coração zellosos do serviço de Deos e V. A. R. pode ultimar [os actuais negócios da Santa Casa]” (AMC, *Acordaos* 5, fl. 227).

<sup>66</sup> Maria Antonia Lopes, *A governança da Misericórdia de Coimbra...*, pp. 23-24.

régia de 15 de Março de 1815<sup>67</sup>. Em 1821, por provisão de 6 de Agosto, é exonerado o provedor doutor Manuel Bernardo Pio a requerimento de quatro mesários que, acusando-o de graves irregularidades e prepotência, não hesitam em comunicar ao poder central que lhes é impossível “por mais tempo tolerar o [seu] arbitrio infrene”<sup>68</sup>. Entre outras acusações, é dito que o provedor oculta o nome dos devedores da Santa Casa, sendo ele próprio um deles. Apesar de tantas medidas legais e administrativas internas que visavam discipliná-lo, mais uma vez deparamos com o poder (discricionário) que advém do controlo dos créditos. Na eleição desse mês, que designa para provedor o cônego e fidalgo José de Albergaria Monteiro e Vasconcelos, alguns Irmãos queixam-se de ter havido subornos. Recorde-se uma das eleições de 1799, onde é possível que esse mesmo indivíduo estivesse também envolvido em práticas do género para preencher a Mesa com pessoas da sua confiança.

Assim sendo, não se pode afirmar que a direcção da Misericórdia fosse um cargo sem atractivos. Possivelmente os grupos que a pretendiam é que mudavam. Período de acentuadas mutações das elites portuguesas e coimbrãs e de oscilações no peso simbólico do mando da Misericórdia, é natural que se traduzisse em instabilidade e hesitações. Os tipos sociais que as elites tradicionais consideravam aptos para o comando já não seriam os que o desejavam. Depois de 1834, com a recomposição das elites, a referência e a pertença social voltarão a ser coincidentes e os provedores da Misericórdia serão, sem contestação, membros da elite social, cultural e dirigente.

Mas é negável que entre 1799 e 1833 a tipologia dos provedores da Misericórdia de Coimbra apresenta profundas alterações: as famílias que tradicionalmente dominavam a Misericórdia desapareceram; a fidalguia sofre uma quebra brutal<sup>69</sup>, passando de 93% para 26%; a ordem eclesiástica tem agora muito pouca influência, 9%, e a pertença à Ordem de Cristo a mesma proporção (lembremo-nos que na época anterior a clerezia atingia os 40% e a Ordem de Cristo os 26%). Mas se a rarefacção dos cônegos e a diminuição da fidalguia

<sup>67</sup> Por requerimento enviado pelo mesário Manuel José Ferreira ao príncipe regente, pedia-se a recondução do provedor e Mesa. Com data de 15.6.1814, o Desembargo do Paço pede informações ao provedor da comarca, que era então Manuel Fernandes Tomás, o qual solicita à Mesa da Misericórdia que faça reunir a Junta Geral para que se pronuncie (AMC, *Registo de Provisões II*, fis. 23-25). Nesta, realizada a 30 de Junho, 11 membros votaram pela recondução e 22 contra, sendo por isso expedida a provisão de 15.3.1815 que mandava proceder a eleições (*Idem, ibidem*, fis. 25vº-26 e *Acordãos 5*, fis. 222vº-224).

<sup>68</sup> Leia-se o requerimento e provisão em AMC, *Registo de Provisões II*, fis. 30vº-32vº.

<sup>69</sup> E, a julgar pelos nomes constantes dos elencos camarários, o mesmo acontecia na sede do poder municipal nos anos de charneira dos dois séculos.

corroboram os lamentos do doutor José Joaquim da Silva, o mesmo não se passa relativamente aos professores universitários, pois pela primeira vez ser lente é a característica maioritária (63% das provedorias deste período), embora esta percentagem se deva em boa parte à sua própria governação. Mas não só. Em treze pessoas diferentes, oito são doutorados e sete são lentes. Começam a impor-se novas elites e em Coimbra nada melhor do que a carreira académica para assegurar a ascensão e o prestígio social. Implantado o Liberalismo, o movimento será imparável: entre 1834 e 1910 só em dois anos a provedoria não foi ocupada por professores da Universidade. Isto é, a minoria fidalga é substituída pela minoria universitária.

O doutoramento e o professorado universitário são, pois, poderosos mecanismos de promoção social, mas o acesso à provedoria não é imediato à obtenção do grau. Decorriam vários anos até se ter adquirido ou consolidado o prestígio indispensável. Aos sete provedores lentes foi necessário em média um intervalo de 16 anos entre o doutoramento e a primeira eleição, indo de um mínimo de 12 a um máximo de 27. Excluindo este, que se afasta bastante dos outros casos, o intervalo médio é de 14 anos (de 12 a 18). Surgem nesta época os “bacharéis formados” (isto é, os licenciados) que governam em 17% dos anos, mas depois deste período de transição não mais serão admitidos à provedoria.

O peso da carreira autárquica diminui um pouco: é agora de 31% enquanto no período anterior era de 38%, mas 63% dos escrivães desta época tinham sido ou virão a ser vereadores. Não é pois de admirar que em 1824 se declarasse no Senado da Câmara que para a decisão de aumentar o tributo a favor dos expostos foi determinante o facto de grande parte dos seus membros serem Irmãos da Misericórdia e alguns deles ex-mesários<sup>70</sup>.

Razões políticas imperam também neste período conturbado. Durante pelo menos seis anos a Misericórdia foi dirigida por militantes miguelistas e em dois por liberais. José Inácio Monteiro Lopo, lente de Medicina que por muitas vezes dirigiu os Hospitais da Universidade, governou a Misericórdia em 1825/26 e de 1831/32 a 1833/34. Era ele, pois, o provedor da Santa Casa quando o exército liberal entrou na cidade a 8 de Maio de 1834. O doutor Lopo, assim como todos os mesários, fugiram de Coimbra e por isso teve de se fazer eleição extraordinária. Também de convicções absolutistas, e responsável pela maior purga que se fez na irmandade, foi o provedor de 1829/30, António da Cunha e Sousa, lente de Cânones, que teve por escrivão o seu colega de Faculdade José Lopes Galvão. Estes dirigentes, em sessão da Mesa de 25 de Março de 1830,

<sup>70</sup> Maria Antonia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social*, I, p. 192.

aprovaram a expulsão de 30 confrades por perfilharem ideias liberais, sendo 18 de primeira graduação e 12 de segunda e estando entre eles os dois provedores liberais que menciono a seguir<sup>71</sup>. A Mesa imediata foi dirigida pelo doutor Aureliano Pereira Frazão de Aguiar que era lente de Medicina, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e foi também demitido da Universidade por motivos políticos em 1834.

De filiação política oposta foram os provedores de 1822/23 e 1824/25. No primeiro desses anos dirigiu a Misericórdia Manuel Pedro de Melo [1765-1833]: ex-aluno da Casa Pia de Lisboa, era lente de Matemática e fora vereador pela Universidade dois anos antes. Homem de convicções liberais, é eleito deputado às Cortes em 1822 e<sup>23</sup>. Em 1801-15 viajara pelo estrangeiro por incumbência do vice-reitor José Monteiro da Rocha como observador dos trabalhos hidráulicos. Era sócio da Academia Real das Ciências e recebeu um prémio da sua congénere de Copenhaga em 1806. Morreu homiziado perto de Alenquer. Em 1824/25 os destinos da Misericórdia foram entregues ao doutor Caetano Rodrigues de Macedo [1790-1831] que era lente de Filosofia, liberal e maçónico. Fora sócio fundador da Sociedade Promotora da Indústria nacional (1822) e deputado às Cortes antes e depois de exercer o cargo de provedor da Misericórdia. Pronunciado por rebelião, perseguido a partir de 1829, exilou-se e morreu em Berna com 41 anos.

Apesar dos 13 anos que o doutor José Joaquim da Silva governou a Misericórdia e de os mandatos terem sido trienais até 1821, a rotatividade foi grande, pois a permanência média foi de 2,7 anos; se excluirmos esse indivíduo, o máximo foram 4 anos e a média 1,8. Só dois tinham sido escrivães e ninguém passou de provedor a escrivão. Parece, pois, cavar-se um fosso entre os dois cargos que passam a ter graus de dignidade distintos. Vejamos:

Nenhum dos escrivães é fidalgo ou membro da nobreza. São vereadores (54% já o foram e mais 9% sê-lo-ão no futuro), professores universitários (40%) e eclesiásticos (34%, mas apenas 6% cónegos<sup>72</sup>). 23% dos mandatos foram exercidos por bacharéis. Comparativamente com os provedores, os escrivães doutorados eram mais jovens na carreira. Tinham obtido o grau entre 4 a 30 anos atrás, constituindo este último uma clara excepção. Excluindo-o, o prazo máximo foi de 12 anos, isto é, o mínimo para se atingir a provedoria. A média, sem esse caso serôdio, é de 9 anos. A idade média dos escrivães (relativas a 6

<sup>71</sup> E ainda o bacharel António Migueis da Fonseca que fora escrivão em 1824/25 e sê-lo-á novamente em 1834/35 e 1838/39 (AMC, *Acordãos* 6, fis. IIIv<sup>o</sup>-113). Serão readmitidos em Mesa de 20 de Maio de 1834 (*Idem*, fis. 142v<sup>o</sup>-144).

<sup>72</sup> Mais 10% serão nomeados cónegos posteriormente.

homens em 17) é de 47 anos, indo de 34 a 58. A permanência foi de 1 a 6 anos (2,1 em média).

À exceção do doutor Luís da Costa e Almeida [1774-1843], escrivão de 1811/12 a 1814/15<sup>73</sup>, não se encontram entre os escrivães deste período homens com carreiras brilhantes na política, na magistratura ou na administração, mas nem por isso a escrivania da Misericórdia de Coimbra é pouco selectiva. São conhecidas as identidades dos principais negociantes da cidade em 1808<sup>74</sup>. Nenhum deles ocupou os dois cargos máximos da Misericórdia, apesar de cada vez maior número ingressar na Iª classe de confrades (em 1830 são 12% da Iª classe<sup>75</sup>). E, contudo, entre esses negociantes encontram-se homens de grande fortuna que eram Irmãos da Misericórdia e virão a ser importantes benfeitores da instituição, como João Femandes Guimarães e Francisco Pereira<sup>76</sup>. Mas a riqueza só por si não dá honra suficiente. Substituindo-se ao peso simbólico da família, é agora, e cada vez mais, o domínio do saber intelectual que confere dignidade.

Lido este texto em que procurei caracterizar os dirigentes da Misericórdia de Coimbra entre 1799 e 1833, é nítido de imediato que o ambiente social descrito é completamente outro. Distinguem-se traços inequívocos da transformação de uma sociedade de Antigo Regime numa sociedade liberal. Época confusa, em que durante algum tempo o comando da Misericórdia parece perder interesse para a elite urbana, recuperá-lo-á no período seguinte, com a emergência de novas elites.

#### ***4ª época: 1834/35 - 1873/74***

Entre 1834 e 1873 verifica-se um fortíssimo crescimento da carreira académica, agora com 95%. A provedoria da Misericórdia fechou-se ao grupo restrito dos lentes que são recrutados maioritariamente entre os homens de leis. A faculdade de Direito, criada em 1836 pela união das antigas faculdades de Cânones e Leis, forneceu 40% destes académicos. Vem a seguir a Teologia com 21% e as restantes com 13% cada uma. Além da Universidade - instituição produtora de ideologia e de governantes - cujos professores se afirmam como a elite

<sup>73</sup> Lente de Leis e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Fora já corregedor de Coimbra, fiscal da Fazenda da Universidade, vice-conservador e vereador pela Universidade. Foi desembargador da Relação do Porto e da Casa da Suplicação. Por ser miguelista foi demitido em 1834. O seu filho homónimo exercerá três mandatos de provedor nas décadas de 1870 e 1890.

<sup>74</sup> Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a historia contemponea*, p. 7

<sup>75</sup> AMC, *Pautas impressas da Irmandade, 1830-1891*.

<sup>76</sup> Ver Maria Antonia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social*, I, pp. 204-205.

incontestada da urbe, a Igreja recuperou o seu peso na direcção da Santa Casa. Os eclesiásticos representam 43%, ao que não é estranho o elevado número de homens da Igreja que abraçaram a causa liberal.

O prestígio pessoal, prévio à ascensão à provedoria, materializa-se em títulos honoríficos, pois 38% dos mandatos foram exercidos por comendadores<sup>77</sup> e 33% por membros da Ordem de Cristo. Os fidalgos da Casa Real mantêm ainda 18% dos lugares, mas são todos lentes. As fontes do poder tinham mudado e com elas mudaram também os seus detentores. Com o Liberalismo verificava-se, pois, também em Coimbra, uma clara ruptura na composição das elites locais, como Nuno G. Monteiro tem defendido<sup>78</sup>.

Indiscutível é, também, a implantação destes homens nas sedes do poder político: 30% haviam sido vereadores (e isto quando a Universidade já não ocupava por privilégio seu um dos lugares da vereação), 23% eram ou tinham já sido deputados, 28% conselheiros de Estado, 15% presidentes da câmara municipal, 10% governadores civis, 8% pares do reino, 3% administradores do concelho. Além disso, 10% destes mandatos foram exercidos por homens que se sentarão na cadeira episcopal, 18% por indivíduos que virão a ser vice-reitores, 10% presidentes da Câmara, 8% reitores da Universidade, 8% vigários gerais ou capitulares em várias dioceses, 5% pares do reino e outros tantos conselheiros.

Quanto às opções políticas, destaque-se que 38% das provedorias foram ocupadas por antigos liberais e 10% foram entregues a lentes que haviam sido expulsos da Universidade por terem abraçado a causa absolutista. Significaria pacificação dos ânimos políticos ou conquista da Misericórdia por parte dos conservadores nesses anos de 1841, 48, 56 e 63? Nem uma coisa nem outra. Um pequeno texto de Joaquim Martins de Carvalho, insuspeito de conservadorismo, esclareceu a questão: segundo o jornalista, o decreto de 15.7.1834, que exonerou 45 lentes por serem afectos à causa absolutista, foi injusto relativamente a sete homens, entre eles, António Honorato de Caria e Moura, Francisco de Arantes e Joaquim José Pais da Silva os provedores em causa<sup>79</sup>.

As rivalidades político-ideológicas no seio do novo regime, também se reflectiam, naturalmente, na escolha dos dirigentes da Misericórdia. Por exemplo, para a eleição do doutor Cesário Augusto de Azevedo Pereira em 1846, “epoca

<sup>77</sup> Contrariamente ao que acontecia no Antigo Regime, as comendas eram agora meras distinções honoríficas que não comportavam rendimentos.

<sup>78</sup> E também Luís Espinha da Silveira (cf. “Revolução liberal e pariato (1834-1842)”, *Análise Social*, 116-117, 1992, pp. 329-253).

<sup>79</sup> E ainda António José Lopes de Moraes, provedor da época anterior (*O Conimbricense* n.º 2763 de 17.1.1874).

de grande excitação política”, terá sido determinante o facto desse lente “pertencer ao partido popular, e ser ao mesmo tempo de ideias moderadas”<sup>80</sup>. São de certeza, também, animosidades e ambições políticas que estão por detrás de um requerimento enviado ao governo civil em Junho de 1844 no qual se pedia a substituição das mesas electivas por comissões administrativas nomeadas pelo governo, alegando-se a má gerência da Misericórdia<sup>81</sup>. Em 1851 um artigo de *O Observador* (periódico criado em Novembro de 1847 por dirigentes do *Partido Popular* que se consideravam perseguidos<sup>82</sup> e antecedente directo de *O Conimbricense*), acusa a Misericórdia de se ter convertido em instrumento de eleições “desde o Ministerio do Conde de Tomar”<sup>83</sup>, noticiando que a Mesa elaborara urna lista dos devedores à Santa Casa “para serem perseguidos se não votarem a favor d’um Partido Politico”. O provedor, na altura o doutor José Ernesto de Carvalho Rego, homem que deixou memória de grande tolerância, e que por motivo de doença não se deslocava à Misericórdia desde há um mês, sentiu-se indignado e exigiu saber se algum mesário ou empregado da Misericórdia havia praticado “tão reprehensivel abuzo”<sup>84</sup>. Na época pós-regeneração todas as facções políticas se irão encontrar entre os provedores, procurando todas controlar a poderosa instituição. Por exemplo, nas eleições nacionais de 1852 foram candidatos a deputados três ex-provedores da Misericórdia: Francisco José Duarte Nazaré, pelo partido do governo (Regenerador) e Vicente Ferrer Neto Paiva e Joaquim dos Reis pelo Partido Histórico (Progressista).

A acusação publicada na *O Observador* remete-nos de imediato para o poder real que os dirigentes da Misericórdia detinham com o controlo de capitais. Mas refiro ainda, para que se avalie a dimensão desse poder, que a Mesa de 1853/54 entregou em empréstimos a particulares perto de 11 milhões de réis<sup>85</sup>

<sup>80</sup> Joaquim Martins de Carvalho, *O Conimbricense* n.º 3214 de 18.5.1878.

<sup>81</sup> AMC, *Acordãos* 7, fl. 2. Era então provedor Francisco José Duarte Nazaré, lente de Direito, maçónico, membro activo na luta anticabralista desse ano (e por isso alvo de um mandato de captura) e que fora e será vereador (1834, 38,41 e 46) e deputado às Cortes (1840, 52, 53 e 57).

<sup>82</sup> Sendo alguns deles ex-dirigentes da Misericórdia: Francisco José Duarte Nazaré (provedor em 1843/44), Cesário Augusto de Azevedo Pereira (escrivão em 1842/43 e depois provedor, em 1846/47) e António Luis de Sousa Henriques Seco (escrivão em 1846/47).

<sup>83</sup> Costa Cabral, que assumiu a presidência do Conselho de Ministros em Junho de 1849.

<sup>84</sup> AMC, *Actas da Mesa e das Juntas, 1847-1858*, fl. 92vº. O episódio não mais foi aflorado nos livros de actas da irmandade.

<sup>85</sup> *Relatorio e Contas da administração da Sancta Casa da Misericordia de Coimbra, relativas ao anno económico desde 27 de Julho de 1853 até 16 de Julho de 1854*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854.

e em 1866/67 quase 15 milhões<sup>86</sup>, que em 1860 a Misericórdia era credora de mais de mil pessoas e que os juros em atraso atingiam os 14 milhões de réis<sup>87</sup>; que muitos capitais haviam sido emprestados há mais de 100 ou 150 anos e que estando a documentação em nome dos devedores e fiadores originários, era muito fácil apagar essas dívidas declarando não se conhecer os herdeiros, mormente quando muitas delas estavam afiançadas em propriedades situadas a mais de 30 ou 40 léguas de Coimbra<sup>88</sup>. Depois da promulgação da lei de desamortização de 22 de Junho de 1866, que ordena a venda do património das misericórdias não necessário à actividade pia e beneficente e a aplicação do produto em títulos de dívida pública, o poder que advinha aos dirigentes desta Santa Casa pelo domínio do crédito não foi realmente abalado. Muito pelo contrário, pois com a venda de bens, por vezes tão dispersos e difíceis de gerir, a instituição ganhou em liquidez. A Mesa de 1867/68 mutuou a particulares 28.500.000<sup>89</sup> e 21.900.000 réis a de 1876/77, ascendendo neste ano a totalidade do capital aplicado em empréstimos a privados a 240 contos, além de 161 em inscrições de dívida pública<sup>90</sup>. Em 1891/92 os capitais dados nesse ano a juro por escrituras a particulares ultrapassaram os 37 contos<sup>91</sup>. No fim do século, a Misericórdia de Coimbra era uma das mais ricas misericórdias portuguesas, posicionando-se em 7º lugar<sup>92</sup>.

<sup>86</sup> *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra desde 10 de Julho de 1866 a 12 de Julho de 1867* pelo Provedor Dr. Joaquim Cardoso D'Araújo, Coimbra, Typ. de Santos & Silva, 1867.

<sup>87</sup> *Relatorio da administração da Sancta Casa da Misericordia de Coimbra de 26 de Julho de 1860 a 15 de Julho de 1861* pelo provedor conselheiro Florencio Barreto-Feio, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1861, p. 15.

<sup>88</sup> *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 27 de Julho de 1862 a 26 de Julho de 1863* pelo Provedor Doutor Manuel dos Sanctos Pereira Jardim, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1863, pp. 10-11.

<sup>89</sup> *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra desde 12 de Julho de 1867 a 22 de Julho de 1868* pelo Pro-Provedor Dr. Manuel de Oliveira Chaves e Castro, Coimbra, Typ. de Santos & Silva, 1868.

<sup>90</sup> *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no anno administrativo de 1876 a 1877* pelo Provedor Dr. Luiz Albano d'Andrade Moraes e Almeida, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878.

<sup>91</sup> *Relatorio e contas da Santa Casa da Misericordia de Coimbra do anno de 1891-1892* [Autor: Manuel Dias da Silva], Coimbra, Typ. de M. C. da Silva, 1892, p. 39.

<sup>92</sup> Só oito misericórdias ultrapassavam a receita anual de 20 milhões de réis: Porto e Lisboa (com rendimentos muito superiores à de todas as outras), Ponta Delgada, Braga, Viseu, Évora, Coimbra e Guimarães (Maria Antonia Lopes, *As Misericórdias de D. José ao final do século XX*, pp. 89-90).

No fundo, as vantagens pessoais que a governação da Misericórdia proporcionava nesta centúria não diferem muito das que já foram apontadas para o século XVIII. E, de facto, o perfil dos provedores oitocentistas e a luta pelo acesso ao controlo da instituição são prova disso mesmo e de que a chefia da Misericórdia não perdeu nesta centúria capacidades atractivas.

Uma das maiores novidades deste período é o peso que a maçonaria adquire na Santa Casa. É que em 50% destes anos a instituição foi dirigida por maçónicos<sup>93</sup>. Poderíamos chamar a esta época da história da Misericórdia de Coimbra a *idade de ouro da maçonaria*. Distribuem-se os provedores mações entre 1836/37 e 1872/1873, só tendo havido um anteriormente, em 1824/25. Depois de Julho de 1873 não mais a Misericórdia de Coimbra foi dirigida por um mação. Quanto aos escrivães maçónicos, representam 43% nos anos 1834-1873. O Iº data de 1835/36 e o último de 1870/71<sup>94</sup>.

Organizações como a maçonaria ou as facções políticas (mais tarde partidos) irão criar ou fortalecer novas elites e antagonismos, actuando como eficazes mecanismos de promoção social e de acesso ao poder. Os provedores e escrivães desta época são indubitavelmente os homens mais notáveis e poderosos da cidade, a sua elite dirigente, revelando-se assim a enorme apetência pelo governo da Misericórdia. Foque-se o ano de 1854 e veja-se quem detinha o poder em Coimbra: a Universidade estava sem reitor desde a demissão de José Machado de Abreu (provedor da Santa Casa em 1836/37), sendo governada pelo vice-reitor José Manuel de Lemos (provedor da Misericórdia em 1840/41) que recebeu nesse ano a Mitra de Bragança, passando a direcção da Universidade para José Ernesto de Carvalho Rego (provedor em 1851/52); na cadeira do governo civil sentava-se António Luís de Sousa H. Seco (escrivão em 1846/47) que também nesse ano foi eleito deputado; o administrador do concelho era António Pereira Jardim (membro activo da Misericórdia e irmão do provedor de 1862/63 e por um breve período de 1874); a presidência da Câmara pertencia a Cesário Augusto de Azevedo Pereira (escrivão em 1842/43 e provedor em 1846/47 e 1871/72).

<sup>93</sup> E é possível que a percentagem seja superior, pois sendo a maçonaria uma associação secreta (ou, no mínimo, “discreta”), é natural que os pedreiros-líves tivessem sido em número superior aos encontrados. Para a identificação destes homens enquanto maçónicos, recorri a A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria portuguesa*, Lisboa, Celta, 1986; A. H. de Oliveira Marques, *História da Maçonaria em Portugal. Das origens ao triunfo*, Lisboa, Presença, 1990; Fernando Catroga, *Mações, Liberais e Republicanos em Coimbra (década de 70 do século XIX)*, Coimbra, 1990, sep. *Arquivo Coimbrão*, 31-32; João Pedro Ferro, *Maçonaria epolítica no século XIX: a loja “Liberdade” (Coimbra, 1863-1864)*, Lisboa, Presença, 1991.

<sup>94</sup> No período seguinte a escrivania será ocupada por um mação nos anos 1903/04 a 1906/07.

Se identificarmos os governadores da diocese de Coimbra no primeiro período liberal, não restam dúvidas sobre a proximidade da Misericórdia a essa outra sede nevrálgica do poder. Em 1834, na véspera da entrada vitoriosa do exército liberal, o bispo D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré fugiu da cidade, confiando o governo da diocese ao provisor, o doutor Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos (futuro provedor da Misericórdia, em 1855/56 e 1859/60). Mas o governo de Lisboa não o aceitou e nomeou outro governador. Mais tarde, depois de um primeiro momento de fraqueza, Miguel Ribeiro e Vasconcelos passou a exercer ocultamente as funções que o bispo lhe confiara, dividindo-se a Igreja diocesana entre as duas facções - foi o chamado “cisma de Coimbra”. Em Maio de 1837, Miguel Vasconcelos foi preso, mas o cisma persistiu, pois o bispo ausente mandou entregar a administração diocesana ao doutor José Rodrigues Feio que fora escrivão da Misericórdia em 1830/31 e era desembargador da Relação eclesiástica e promotor do bispado. Quanto aos novos vigários capitulares e governadores temporais apresentados pelos governos liberais, foram os seguintes: em Agosto de 1834, Manuel Domingues de Gouveia (escrivão da Misericórdia em 1821/22 e provedor em 1826/27 e 1837/38) que desempenhou o cargo até Junho de 1836; sucedeu-lhe o doutor Guilherme Henriques de Carvalho (provedor da Misericórdia em 1834/35), só entre Junho e Setembro de 1836, porque caiu o governo cujo ministério da Justiça e Negócios Eclesiásticos era chefiado pelo primo Joaquim António de Aguiar. O terceiro governador diocesano (1836-42) foi o doutor José Manuel de Lemos, provedor da Misericórdia em 1840, e o quarto (1842-52) o doutor António José Lopes de Moraes, provedor da Misericórdia em 1828/29. Em 1852 volta a ocupar esse lugar o doutor José Manuel de Lemos.

Refiro um último exemplo que remete para a competência jurídica (e a proximidade do poder político central) de alguns dos provedores: em 1850 foi constituída pelo governo uma comissão científica de acompanhamento da elaboração do Código Civil de Seabra. Compunham-na quatro elementos, três dos quais foram provedores da Misericórdia: Vicente Ferrer de Neto Paiva que era o presidente e fora provedor da Santa Casa em 1842/43, Domingos José de Sousa Magalhães (provedor em 1844/45 e nesse ano de 1850/51) e Joaquim José Pais da Silva (provedor em 1848/49). Depois, ficaram apenas Vicente Ferrer e Pais da Silva, porque Domingos Magalhães se tomou bispo de Mitilene e Coelho da Rocha, que era o quarto elemento, tinha entretanto falecido.

Os princípios hierarquizadores operativos na Misericórdia retratam os valores determinantes na cidade. É claro que viviam em Coimbra homens de negócios ricos, mas nenhum foi admitido no topo hierárquico da Misericórdia. Em 1851 foi elaborada pela Câmara Municipal uma lista dos indivíduos de Coimbra que

podiam ser jurados nos crimes de liberdade de imprensa<sup>95</sup>. Segundo as disposições legais (carta de lei de 19.10.1840), teriam de pagar mais de 20\$000 réis de contribuições ou impostos no caso dos moradores de Lisboa e Porto e mais de 15\$000 nas restantes localidades do reino; ou pagar a quarta parte desse montante, tendo como habilitações mínimas o bacharelato pela Universidade. Circunscrevia-se, desta forma, a elite económica e cultural. Existiam em Coimbra 86 homens que reuniam tais condições, numa população de uns 13 mil habitantes. Dos possíveis jurados, 49% eram lentes, 22% funcionários da Universidade, 9% proprietários, 8% negociantes, 5% bacharéis ou doutores, 4% professores do liceu e 4% boticários. Note-se que os lentes, embora com um peso enorme, não atingiam os 50% e que os proprietários e negociantes representam 17%. Ora, nenhuma destas duas últimas categorias está representada nas chefias da Misericórdia, nem como provedores nem como escrivães. E, contudo, 25% dos Irmãos da I<sup>a</sup> graduação eram já, em 1851, negociantes ou proprietários<sup>96</sup>. Mas para os dois cargos de direcção a Misericórdia só elegia pessoas da elite cultural.

A Mesa de 1835/36, num clima de grande idealismo político característico da época, propôs ao governo a extinção das duas classes de Irmãos, o que o governo central não permitiu sem que se reformulasse o Compromisso. Embora se decidisse em sessão da Mesa de 4 de Janeiro de 1836, reunir a Junta do Definitório para resolver a questão, o assunto foi esquecido<sup>97</sup>. No início da década de 1860 foi apresentado em Cortes um projecto que, entre outras coisas, fazia cessar a distinção dos confrades das misericórdias. O provedor da Santa Casa de Coimbra, o doutor Florêncio Mago Barreto Feio, considera que “egualar todos os irmãos, acabando com a odiosa distinção de nobres, e de officiaes, ou irmãos de I<sup>a</sup> e de 2<sup>a</sup> classe”, é “providencia de grande importancia, e ha de contribuir efficazmente, se for convertida em lei, para que o governo administrativo da Sancta Casa seja sempre composto de pessoas independentes e illustres”<sup>98</sup>. O projecto nunca passou disso mesmo. Na Misericórdia de Coimbra,

<sup>95</sup> Nomes apurados em sessão da Câmara de 23.2.1851 (Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Vereações*, Livro 81<sup>o</sup>, fis. 79v<sup>o</sup>-80v<sup>o</sup>).

<sup>96</sup> Cf. AMC, *Pautas impressas da Irmandade, 1830-1891*. Eram admitidos na I<sup>a</sup> graduação os que fossem mais prósperos e adoptassem um estilo de vida condicente. A título de exemplo, em Julho de 1856 um Irmão de 2<sup>a</sup> classe requereu à Mesa para ser transferido para a I<sup>a</sup>, “visto achar-se abastado de bens, e viver á Lei da Nobreza” (AMC, *Actas da Mesa e das Juntas, 1847-1858*, fl. 204v<sup>o</sup>). Repare-se no atavismo da formulação.

<sup>97</sup> AMC, *Acordãos* 6, fis. 57v<sup>o</sup>-158.

<sup>98</sup> *Relatorio da administração da Sancta Casa da Misericordia de Coimbra de 26 de Julho de 1860 a 15 de Julho de 1861*, cit., p. 28.

a discussão sobre a conveniência de manter essa distinção será retomada em Junta de Definitório de 5 de Fevereiro de 1865. A resolução aprovada ilustra bem o aforismo *mude-se alguma coisa para que nada mude*: “movendo-se sobre isto demoradas discussões, o Defmitorio accordou em que qualquer Irmão possa depois da sua admissão escolher a classe em que desejar ficar”<sup>99</sup>. É claro que nunca nenhum sapateiro ou oleiro foi admitido na maior graduação. O acórdão não passa de retórica que oculta a manutenção das relações de poder. Quando, por um breve período de 1874, Olímpio Nicolau Rui Femandes foi escrivão da Misericórdia de Coimbra<sup>100</sup>, trouxe o assunto a reunião da Mesa, declarando, porém, “que não tinha ainda opinião assentada sobre a vantagem ou desvantagem da continuação das graduações dos Irmãos d’esta Santa Casa, em duas classes; mas sobre que lhe não restava duvida é, que a 2ª classe precisa ser rectificada, passando para a 1ª classe muitos Irmãos, que se acham inscriptos na 2ª”<sup>101</sup>. O Compromisso de 1891 reafirma que a 1ª categoria de Irmãos é composta por “pessoas, que, em virtude dos rendimentos provenientes de trabalhos intellectuaes, de propriedades, e de estabelecimentos de commercio ou industria, possam, sem detrimento seu, acudir ao serviço da Irmandade; a segunda é constituída de pessoas que tenham officio que as colloque em circunstancias de satisfazerem aquella obrigação” (art.º 5º). O artigo permaneceu inalterado no Compromisso de 1935. As duas diferentes classes de Irmãos em função da profissão de cada um mantiveram-se até à revolução do 25 de Abril de 1974, situação muito arcaizante e que tantas misericórdias haviam já superado<sup>102</sup>.

A idade média dos provedores desta época de 1834-73 é de 50 anos, indo de 31 a 80, e a rotatividade grande, pois nenhum indivíduo esteve no lugar mais de 2 anos, sendo a média de 1,3. Pode haver uma carreira interna na Misericórdia: 9 vezes em 40 (23%) e 6 homens em 31 (19%) tinham sido escrivães. Em média, atingiram a provedoria entre 3 a 6 anos após o 1º mandato de escrivão. Nenhum foi escrivão depois de ter sido provedor. Acentua-se, pois, a diferenciação da estima social dos dois cargos, mas tanto um como o outro aumentam de prestígio. Foi necessário, em média, decorrerem 19 anos entre o doutoramento e a eleição como provedor da Misericórdia, indo do mínimo de 5 anos ao máximo de 36.

<sup>99</sup> AMC, *Actas da Junta do Defmitorio*, 1864-1896, fl. 3vº.

<sup>100</sup> Ver adiante a polémica eleição de 1874.

<sup>m</sup> *Actas das sessões da Mesa*, 1869-1879, fl. 197-197vº.

<sup>102</sup> Cf. Maria Antonia Lopes, *As Misericórdias de D. José ao final do século XX*, p. 91.

São agora muitos os que adquirem notoriedade nacional consolidada pela direcção da Misericórdia ou, regressados a Coimbra, aqui se lhes abriram as portas da prestigiosa instituição. Para corroborar esta afirmação, julgo ser mais elucidativo deixar a simples relação numérica e traçar alguns percursos biográficos:

Guilherme Henriques de Carvalho [1793-1857], provedor em 1834/35, era um eclesiástico lente de Cânones. De 1815, data do doutoramento, até 1825 foi administrador do Colégio de S. Paulo, onde tinha sido colegial, passando nesse ano à Junta da Fazenda da Universidade, donde será demitido pelo governo de D. Miguel. Liberal, membro da Comissão do Código Penal por nomeação das Cortes, eleito deputado em 1821, não chegou a tomar assento na Câmara. Fá-lo-á depois, em 1838 e 1840, mas antes disso foi provedor da Misericórdia, um dos fundadores do Asilo da Infância Desvalida, governador e vigário capitular da diocese (1836) e vice-reitor da Universidade (1839). Em 1840 é nomeado bispo de Leiria. Ascende a cardeal patriarca em 1845 e preside à Câmara dos Pares a partir de 1850.

José Machado de Abreu [1794-1857], outro deputado vintista, foi provedor em 1836/37. Era lente de Leis e depois de Direito (doutorado desde 1818), magistrado, comendador da Ordem de Cristo, membro do Conselho de Sua Majestade. Enquanto deputado, em 1826, integrou o Conselho de Instrução Pública. Figurava na lista da Junta Expurgatoria de 1823/24 e emigrou quando D. Miguel tomou o poder. Regressado a Coimbra, foi presidente da câmara (1837 e 1843-44), vice-reitor (1839, 1844-46, 1848-50), director do ensino primário e secundário em 1840 e 1841 e reitor da Universidade em 1850-53. Recebeu o título de barão de Santiago de Lordelo em 1852. Cabralista, embora fosse nominalmente reitor até Julho de 1853, deixou de exercer logo em Setembro de 1851, passando o cargo de facto para o doutor José Manuel de Lemos, outro dos provedores deste período.

Doutorado em 1824, o cónego José Manuel de Lemos [1791-1870] foi eleito provedor em 1840, ano em que chegou a lente de Teologia, com 49 anos. Fora já secretário do bispo de Eivas (1815-18), pároco de Castelo Viegas (1816-28), perseguido por ser liberal entre 1828 e 1833. Implantado o Liberalismo, foi sócio do Asilo da Infância Desvalida, iniciado na maçonaria em Coimbra entre 1834 e 1836, professor do Colégio das Artes em 1835-36, vigário temporal e capitular de Pinhel em 1834-35 e de Coimbra em 1836-42 e 1852-53. Depois do exercício da provedoria tomou-se deão da Sé (1843), recusou a Mitra de Goa em 1844, integrou o Conselho Superior de Instrução Pública (1850), foi nomeado vice-reitor (1851 -54), conselheiro de Estado (1853), bispo de Bragança (1853-56), de Viseu (1856-58) e de Coimbra (1858-70). Recebeu a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição em 1854.

O bem conhecido Vicente Ferrer Neto de Paiva [1798-1886] foi provedor da Misericórdia de Coimbra em 1842/43. Doutorado em 1821, perseguido pelos miguelistas, era lente de Direito, eclesiástico e fidalgo da Casa Real. Já fora e será por várias vezes ainda deputado às Cortes ( 1838-42,51 -52,57-64)<sup>103</sup>, sendo presidente da câmara dos deputados em 1861-62. Em 1857 assumiu o cargo de ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, demitindo-se por discordar com os termos da Concordata do mesmo ano (questão do padroado no Oriente). Pouco depois ascende ao pariato (1862) e é nomeado reitor da Universidade (1863-64), substituindo o reitor contestado pela *Sociedade do Raio*<sup>104</sup>, o doutor Basilio Alberto de Sousa Pinto<sup>105</sup>. Maçónico, regalista, sócio da Academia Real das Ciências, Vicente Ferrer é autor de importante obra de grande influência no âmbito da Filosofia do Direito. íntimo de Alexandre Herculano, inicialmente do Partido Cartista, militou desde 1852 no Partido Histórico/Progressista. Sócio fundador da *Sociedade Conimbricense dos Amigos da Instrução* (1834), aceitou a comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição e recusou em 1870 o título de I<sup>o</sup> visconde de Freixo.

Em 1844/45 e 1850/51 ocupou a provedoria da Misericórdia de Coimbra Domingos José de Sousa Magalhães [1809-1872]. Era lente de Direito, cónego e maçónico. Foi deputado às Cortes, sócio emérito da Academia Real das Ciências, vigário geral, provisor do Patriarcado (1852) e arcebispo de Mitélene (1853). Sucedeu-lhe em 1851 José Ernesto de Carvalho e Rego [1799-1876], lente de Teologia, ex-monge beneditino e que será vice-reitor ( 1854-59,1862-63,1864-69 e várias vezes interino na década de 1870), conselheiro (1855) e fidalgo da Casa Real (1867). Homem tolerante que os estudantes muito estimavam, foi ele que, na qualidade de vice-reitor, manteve a situação sob controlo quando da contestação académica ao reitor Basilio. Mais tarde receberá as comendas das

<sup>103</sup> Cujas intervenções parlamentares foram recentemente publicadas por A. Dias Oliveira em *Vicente Ferrer Neto Paiva. Discursos parlamentares (1839-1862)*, Lisboa/Porto, Assembleia da República/Afrontamento, 2003.

<sup>104</sup> Oliveira Marques considera-a uma instituição pré e para-maçónica (*História da Maçonaria*, III, p. 290-291) Fizeram parte desta associação secreta o doutor Manuel de Oliveira Chaves e Castro, escrivão da Misericórdia (mas provedor de facto) em 1867/68 e o doutor Filomeno da Câmara de Melo Cabral, provedor de 1886/87 a 1888/89 (cf. António Nóvoa, “A Sociedade do Raio na Coimbra académica de 1861 -1863” em *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas (Actas)*, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991, vol. 3, pp. 277-320).

<sup>105</sup> O doutor Basilio Alberto de Sousa Pinto foi o nome mais votado para provedor da Misericórdia em 1839. Não aceitou o lugar.

Ordens de Cristo, da Conceição e da Rosa (Brasil) e virá a recusar a Mitra do Algarve.

Cesário Augusto de Azevedo Pereira [1806-1878] foi escrivão em 1842/43 e provedor em 1846/47 e 1871/72. Este lente de Medicina, mação e comendador da Ordem de Cristo, foi vereador antes e depois da primeira provedoria (1837, 52, 56, 62), governador civil (1846) e presidente da Câmara (1852-1855). Foi ainda director do Hospital dos Coléricos em 1856, deputado às Cortes em 1857, 58, 64 e 65, membro da comissão fundadora e gerente do Asilo de Mendicidade (desde 55 até à morte), vice-presidente da câmara municipal (1862-63), novamente presidente em 1865-69 e sócio benfeitor (porque paga mas não recebe) do *Monte Pio Conimbricense*.

Outro “notável” da época foi o provedor de 1854/55 e 1857/58, António Nunes de Carvalho [1786-1867], que era lente de Direito jubilado, fidalgo cavaleiro, membro do Conselho de Sua Majestade, comendador da Ordem de Cristo e da Ordem da Conceição. Era maçãonico e por essa razão foi um dos professores propostos para expulsão pela Junta Expurgatoria de 1823/24. Pronunciado por rebelião em 1828, exilou-se em França e Inglaterra. Foi nessa época, em Paris, mestre da jovem rainha D. Maria II. Quando regressou do exílio em 1834, recebeu a nomeação de lente de Leis e deputado da Real Junta da Directoria Geral dos Estudos e foi encarregado pelo Governo de coligir os manuscritos e livros dos conventos extintos de Lisboa, Estremadura e Alentejo. Bibliotecário do Paço em 1835, exerceu as funções de guarda-mor da Torre do Tombo entre 1836 e 1838, não aceitando a propriedade do cargo, como insistia Passos Manuel, porque sustentava que pertencia a D. Francisco de S. Luís, demitido por não jurar a Constituição de 1822. Ao doutor Nunes de Carvalho deve a Universidade a concessão, em 1836, dos edificios das Ordens Regulares e das cercas de S. Bento e de S. José. Quando assumiu a provedoria da Misericórdia, já tinha sido também vereador ( 1846) e presidente da Sociedade Filantrópica Académica (1850).

Miguel Osório Cabral de Castro [1818-1890], provedor em 1869/70-e neto de Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro (provedor de 1784 a 1792) que fora fidalgo da Casa Real e senhor da Quinta das Lágrimas -, é um dos raros sobreviventes da antiga fidalguia coimbrã. Miguel Osório, o neto, era bacharel formado em Filosofia, par do reino desde 1858 e por largos anos deputado. Em Coimbra foi vereador ( 1861 ) e co-fundador de várias associações, como o Asilo de Mendicidade (1855), o Clube Conimbricense (1859) e a Associação Liberal (1875).

Fernando Augusto de Andrade Pimentel de Melo [1836-1892], que foi escrivão em 1864/65 e provedor em 1867/68<sup>106</sup>e 1879/80, era um dos políticos

mais influentes de Coimbra. Lente de Medicina, administrador do Asilo da Mendicidade, deputado (1865-70), presidente da câmara (1874-75) e governador civil (1876-79), foi também conselheiro de estado e par do reino. Os doutores Fernando de Melo e Lourenço de Almeida e Azevedo<sup>107</sup>, ambos regeneradores, são referidos por Joaquim Martins de Carvalho como os “mandões” da cidade dos anos 70<sup>108</sup>.

O provedor de 1862/63, o doutor Manuel dos Santos Pereira Jardim [1818-1887] e a sua família ilustram as possibilidades reais de fortíssima mobilidade social ascendente proporcionada pelo grau académico nesta sociedade agora efectivamente burguesa e, em Coimbra, acima de tudo letrada. Este homem era oriundo de uma família de tanoeiros e, sendo já lente, tinha um irmão, António dos Santos Pereira Jardim, que exercia esse ofício na Baixa. Já adulto, o mestre tanoeiro decidiu estudar. Em 1850 é bacharel, no ano seguinte administrador do concelho e em 1855 toma o grau de doutor<sup>109</sup>. Em 1861 é lente da Faculdade de Direito, juntando-se ao irmão na Academia. Quanto a este, o doutor Manuel Jardim, participou nas lutas liberais (condecorado com a medalha da Campanha da Liberdade), doutorou-se em 1840 e ascendeu a lente de Filosofia e fidalgo da Casa Real. Foi jornalista político e, tal como o irmão, membro da maçonaria. Foi também director do Gabinete de Mineralogia, Paleontologia e Geologia (1865-70; 75-79), membro do Conselho Superior de Instrução Pública, presidente da Câmara em 1866-67, par do reino, comendador da Ordem da Conceição e I<sup>o</sup> visconde de Monte São (1871).

Outro caso de grande ascensão social é protagonizado pelo doutor José Gomes Aquiles [1807-1876], provedor em 1865/66. Este lente de Teologia (1848), eclesiástico que se doutorou em 1841 e recebeu em 1863 a comenda da

<sup>106</sup> Porque foi eleito deputado e devido a “tristes acontecimentos domesticos” {*Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra desde 12 de Julho de 1867 a 22 de Julho de 1868*, cit., p. 3} praticamente não exerceu este mandato, tendo sido o verdadeiro provedor o escrivão Manuel de Oliveira Chaves e Castro [1836-1919]: professor de Direito, eclesiástico, maçónico e advogado da Câmara até 1867; fundou a *Revista de Legislação e Jurisprudência* em 1868; fora, como foi referido, membro da *Sociedade do Raio*.

<sup>107</sup> Lente de Medicina, par do reino em 1882, foi presidente da câmara em 1872-73 e de 1876 a 1885. Neste último ano mudou-se para Lisboa.

<sup>108</sup> Ver adiante a eleição da Mesa de 1874.

<sup>109</sup> Conta Joaquim Martins de Carvalho: “Viu nesse dia [29 de Junho de 1855] a cidade de Coimbra o facto, verdadeiramente extraordinario e sympathico, de um *operario*, saído do *trabalho manual*, chegar pelos seus exclusivos esforços, sem protecção e sem auxilios pecuniarios estranhos, a receber na sala dos actos grandes da Universidade a *borla doutoral*.” (*O Conimbricense* n.º 4232 de 17.3.1888).

Ordem de Cristo, foi em menino um órfão pobre educado pela Misericórdia no seu Colégio de São Caetano. Para poder receber as ordens sacras, a Misericórdia fez-lhe património numas casas da Rua dos Estudos. Segundo os dados do livro de matrículas deste estabelecimento, era órfão de pai e mãe e ingressou no colégio com oito anos, sendo natural de Casal de Vila Franca (S. Cristóvão)<sup>110</sup>. Foi nomeado vice-reitor do Colégio de S. Caetano em 1831, mas exonerado em 1834 por motivos políticos. Exerceu ainda as funções de procurador das freiras de Lorvão, pároco de Almedina, professor do Liceu (1845-48) e examinador sinodal.

Quanto aos escrevães (37 indivíduos diferentes) são também agora os lentes, representados em 70% dos mandatos, que ocupam o Iº lugar na tipificação destes homens, mas estão ainda numa fase precoce da carreira, pois tinham obtido o doutoramento apenas há 5,6 anos em média (de 0 a 16). A idade média é baixa, de 34 anos, indo de 24 a 60. Embora menor, o peso social dos escrevães da Misericórdia de Coimbra é indubitável. É certo que 30% não eram lentes, contra apenas 5% nos provedores, mas eram todos licenciados. Além disso, 33% dos mandatos foram exercidos por pessoas pertencentes à Ordem de Cristo, 25% por comendadores, 23% por eclesiásticos (mas só 8% cónegos), 15% por vereadores, 15% por advogados, 10% por deputados, 10% por fidalgos, 10% por dirigentes da Ordem Terceira, 3% por pares do reino. Eram também mações em 43% dos anos, como já referi. E, no futuro, mais 15% serão deputados, 15% pares do reino, 10% presidentes da Câmara de Coimbra, 8% bispos, 8% vereadores, 8% dirigentes da Ordem Terceira de S. Francisco.

O suporte familiar parece readquirir alguma importância: dois escrevães tinham ascendentes no cargo (avô e tio), pelo menos outros dois eram cunhados e ainda dois outros eram simultaneamente primos diretos e cunhados. Mas a rotação de pessoas na escrivania é quase plena, pois a média de permanência foi neste período de 1,1 anos e apenas 3 indivíduos exerceram um 2º mandato. O exercício da escrivania importava agora, sobretudo, como via de aproximação ao poder, fosse ele na própria Santa Casa ou noutras sedes locais e nacionais. É que entre os escrevães deste período encontram-se vários “notáveis” do período Liberal. Destaquem-se alguns:

José Maria da Silva Torres [1800-1854] ocupou o cargo em 1835/36 e ainda 1839/40. Tendo-se doutorado em 1831, este ex-monge beneditino, maçónico desde 1834, sócio do Asilo da Infância Desvalida, lente de Teologia e professor

<sup>110</sup> AMC, *Livro de Matricula dos Meninos Órfãos que houverem de entrar para o Collegio de S. Caetano* [1804-1883].

do Liceu, será nomeado em 1843 arcebispo de Goa e primaz do Oriente. Resigna, hostilizado pela Cúria romana devido às suas posições sobre a questão do Padroado do Oriente. Em 1848, na qualidade de coadjutor e futuro sucessor do arcebispo de Braga, recebeu o título de arcebispo de Palmira. Dois anos depois é nomeado Provedor da Misericórdia de Lisboa, cargo que exerce até à morte. Depois de sair de Coimbra, foi nomeado par do reino e recebeu a grã-cruz da Ordem de Santiago.

O já mencionado António Luís de Sousa Henriques Seco [1822-1892], escrivão em 1846/47. Professor de Direito, membro activo nas lutas anti-cabralistas, amigo de Saldanha, nomeado em 1846 administrador do concelho, cargo que recusou, foi secretário do governo civil (1851), governador civil (1853-54), várias vezes eleito deputado (1854,57, 58,60), presidente da câmara (1863-64) e par do reino (1881). Foi ainda fidalgo da Casa Real, membro do Conselho de Estado e comendador da Ordem da Conceição. Em 23 de Abril de 1855, Henriques Seco apresentou à Câmara dos Deputados um projecto de lei que abolia as rodas dos expostos, substituídas por hospícios distritais onde a admissão das crianças seria ponderada e só aceite se se justificasse a sua necessidade<sup>111</sup>. Era, no fundo, o que veio a ser decretado em 1867, abolido em 1868 e finalmente posto em prática ao longo da década de 1870. Maçónico, mas também irmão e ministro da Ordem Terceira de S, Francisco, é autor de importantes publicações sobre Coimbra, ainda imprescindíveis para o seu estudo no século XIX. E era neto do escrivão que ocupara o lugar entre 1802 e 1810, António Luís de Sousa Reis e Maia.

Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel [1817-1885], escrivão em 1848/49: lente de Direito, fidalgo da Casa Real, foi conselheiro de estado, comendador da Ordem de Santiago, deputado às Cortes, sócio da Academia Real das Ciências e autor de várias obras de Direito; era irmão do conhecido Adrião Pereira Forjaz de Sampaio e primo e cunhado de Bernardo de Serpa Pimentel [1817-1895], o escrivão do ano seguinte, que era também lente de Direito e foi maçónico, director da Imprensa e da Biblioteca da Universidade, deputado, par do reino (1881) e vice-reitor (1883-95). Bernardo de Serpa Pimentel, por sua vez, era irmão de António de Serpa Pimentel, várias vezes ministro entre 1859 e 1890 (neste ano chefe do governo) e líder dos regeneradores depois da morte de Fontes Pereira de Melo.

<sup>111</sup> Publicado em *O Conimbricense* n.º 144 de 9.6.1855.

Adriano Augusto de Abreu Cardoso Machado [1829-1891], escrivão em 1855/56: lente de Direito, membro do Conselho de Sua Majestade e comendador de Nossa Senhora da Conceição. Mais tarde regeu a cadeira de Economia Política na Academia Politécnica do Porto (1858) e foi reitor do liceu da mesma cidade (1862), director geral da Instrução Pública (1865-69) por convite do duque de Loulé, director da Academia Politécnica do Porto (1869), deputado (1871 e 1878), ministro da Justiça (1879-81), par do reino (vitalício em 1887), reitor da Universidade de Coimbra (1886-90) e Procurador Geral da Coroa e Fazenda (1890). Político do Partido Progressista, foi o autor da reforma da instrução superior apresentada por Alves Martins e foi por sua iniciativa que se criaram os exames do sexo feminino nos liceus. Era sobrinho de José Machado de Abreu, que fora provedor da Misericórdia em 1836/37 e reitor da Universidade em 1850-53.

João Crisóstomo de Amorim Pessoa [1810-1888], escrivão em 1856/57: egresso franciscano, professor de Teologia, capelão da Universidade e arcediogo na Sé de Coimbra (1856). Quatro anos mais tarde foi nomeado bispo de Cabo Verde (1859-60), tomando-se depois arcebispo de Goa (1860-74), comendador da Conceição (1862), par do reino (1871) e arcebispo de Braga (1877-83). Em Goa assumiu posições pró-romanas, sendo por isso acusado de ultramontano pela imprensa liberal. Em 1875 foi agraciado com a Grã Cmz da Ordem de Cristo. Deixou a sua herança à Misericórdia de Cantanhede, de onde era natural.

Salienta-se entre os intelectuais o lente de Direito Manuel Emídio Garcia [1838-1904], escrivão em 1865/66. Dedicou-se intensamente ao magistério desprezando a carreira política<sup>112</sup>. Ensaísta jurídico-social, autor de extensa obra, introdutor em Portugal do positivismo, é, nas palavras de Amadeu Carvalho Homem, “figura axial do republicanismo conimbricense”<sup>112 113</sup>. Manuel Emídio Garcia poucas vezes compareceu às sessões da Mesa, sendo em algumas reuniões substituído pelo mesário Olímpio Nicolau Rui Fernandes [1820-1879],

<sup>112</sup> Foi apenas membro da Junta Geral do Distrito em 1870-74, onde apresentou um projecto de reforma da assistência aos expostos (*Beneficencia publica. A Roda dos Expostos. Parecer e projecto de reforma, apresentados á Junta Geral do Districto de Coimbra....*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1871) que foi aplicado em 1872 (cf. João Lourenço Roque, *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, Coimbra, 1982, vol. I, t. II, p. 723, dissertação de doutoramento policopiada). Em 1881 candidatou-se a deputado pelo partido Republicano. Não foi eleito.

<sup>113</sup> “O Republicanismo e o Socialismo” em *História de Portugal* dir. por José Mattoso, vol. V, *O Liberalismo*, coord. por Luís R. Torgal e João L. Roque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 241. Leia-se Fernando Catroga, *A militância laica e a descrestianização da morte em Portugal (1865-1911)*, Coimbra, 1988, 2 vols., *passim* (dissertação de doutoramento policopiada).

figura bem conhecida dos estudiosos de Coimbra: republicano e maçónico, administrador da Imprensa da Universidade, foi um importante líder do associativismo popular e cultural. A ele se deve, entre outras, a fundação, em 1867, da primeira associação mutualista feminina em Portugal<sup>114</sup>.

Merece também destaque Júlio Augusto Henriques [1838-1928], “um dos maiores naturalistas portugueses e europeus de todos os tempos”<sup>115</sup>, que foi escrivão da Misericórdia em 1868. De menor craveira intelectual, mas homem de letras lido por centenas de estudantes portugueses, foi o escrivão de 1852, António Cardoso Borges de Figueiredo [1792-1878]. Não é o autor da *Coimbra antiga e moderna*, mas um seu homónimo que era padre, professor do liceu, maçónico e comendador da Ordem de Cristo. Também autor de livros muito divulgados para o ensino secundário, foi o lente de Medicina e professor do liceu e do seminário, o doutor João António de Sousa Dória [1814-1877], homem venerado pelos alunos e escrivão da Santa Casa em 1859/60.

Outros escrivães e provedores houve que deixaram memória menos galharda, engordando o anedoctário estudantil, como o doutor Joaquim dos Reis [1794-1860], provedor em 1838, conhecido por *Pompónio*, o doutor Luís Adelino da Rocha Dantas, escrivão em 1870/71, o *Gata Pelada* na gíria académica, ou ainda o doutor Pedro Augusto Monteiro Castelo Branco [1822-1903], escrivão em 1857/58 que havia sido carbonário em 1848, será deputado em 1860-68 e 1880-81 e, até ao fim da vida, líder dos progressistas locais, mas a quem os estudantes não admiravam nem o carácter nem o intelecto e por isso o baptizaram *Pedro Penedo da Rocha Calhau*.

Claro que neste meio pequeno, quase inteiramente de académicos, existiam laços familiares (já aponte alguns) e muitos momentos de sociabilidade informal e institucional, porque grande parte deles partilhava as mesmas agremiações. Já foi salientada a maçonaria, a câmara municipal e a dos deputados. Mas vários destes homens, além de confrades da Misericórdia, foram também membros de outras instituições de solidariedade. No elenco dos sócios do *Asilo da Infância Desvalida* (fundado em 1836) encontramos dirigentes da Misericórdia: Guilherme Henriques de Carvalho, José Manuel de Lemos, José Maria da Silva Torres e Manuel Martins Bandeira. Pertenceram à comissão fundadora do *Asilo*

<sup>114</sup> Ver João Lourenço Roque, “O “mundo do trabalho” e o associativismo em Coimbra no século XIX, 1850-1870”, *Ler História*, 41, 2001, pp. 205-222. Olímpio Nicolau Rui Fernandes entrou para a Misericórdia em 1 de Maio de 1858 (AMC, *Actas da Mesa e das Juntas, 1847-1858*, fl. 242) e, mais tarde, receberá carta de comenda.

<sup>115</sup> Ana Leonor Pereira, “O espírito científico contemporâneo na Universidade de Coimbra. Júlio Augusto Henriques” em *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas...*, I, p. 347.

*de Mendicidade* (1855) Francisco de Castro Freire (presidente), Miguel Osório de Cabral e Castro (vice-presidente) e Cesário Augusto de Azevedo Pereira. Foram muitos os governantes da Misericórdia que dirigiram a *Ordem Terceira de S. Francisco*, como António Luís de Sousa Henriques Seco (ministro); Manuel Martins Bandeira (também ministro) que, em 1845, conseguiu para a Ordem o Colégio do Carmo onde se fundou o hospital e era por isso considerado nesta confraria “o primeiro fundador e benfeitor”<sup>116</sup>; António Migueis da Fonseca, procurador geral da Ordem Terceira em 1851 -54; Bemardino Joaquim da Silva Carneiro que em 1854, quando assumiu a escritania da Misericórdia, passou o cargo de vice-ministro da Ordem a Manuel Marques de Figueiredo, sendo no mesmo ano José Ferreira Fresco o definidor eclesiástico; Luís Adelino da Rocha Dantas, autor da planta do hospital e asilo no Colégio do Carmo; e ainda Gaspar Alves de Frias de Eça Ribeiro, vice-ministro e ministro da Ordem Terceira respectivamente em 1877 e 1895. Também na *Confraria da Rainha Santa Isabel* encontramos gente da Misericórdia. Esta irmandade foi revitalizada em 1852, sendo seu escrivão Francisco de Arantes. Mais tarde, outros dirigentes da Santa Casa assumem cargos de chefia na confraria: António Ribeiro de Vasconcelos, Gaspar de Eça Ribeiro e Francisco de Sousa Gomes.

As relações que os homens da Misericórdia mantinham com o poder central existiam de facto e foram capitalizadas a favor da instituição. Já salientei este aspecto da lógica da governança da Misericórdia para o período pré-liberal<sup>117</sup>. Após 1834 o poder de influência dos confrades não diminui, muito pelo contrário. E o maior exemplo é este:

A Mesa de 1839/40, presidida pelo lente de Medicina Sebastião de Almeida e Silva [1788-1866] e secretariada por José Maria da Silva Torres, tomou a iniciativa de pedir ao governo a doação do edificio do extinto Colégio da Sapiência. O exercício de influências junto do poder central é expressamente pedido aos Irmãos em 28 de Outubro de 1839:

“...em Junta Geral da Irmandade ahi principiou o actual Sr. Provedor a expôr a grande necessidade que havia, de que cada hum dos Irmãos, segundo as suas forças e rellaçoens empregasse a sua cooperação assim para com os Membros do Governo, como para com os das Cortes a fim de se obterem as diferentes pertençaens da Santa Caza, que se achão pendentes”<sup>118</sup>.

<sup>116</sup> *O Conimbricense* n.º 2209 de 26.9.1868.

<sup>117</sup> Maria Antonia Lopes, *A governança da Misericórdia de Coimbra...*, pp. 15-24.

<sup>118</sup> AMC, *Acordãos* 6, fl. 197vº.

Em 10 de Novembro a Mesa da Misericórdia de Coimbra dirigiu uma representação ao Governo pedindo a concessão do Colégio para aí instalar todas as repartições da Santa Casa. Simultaneamente, o provedor iniciou outras “incansáveis diligencias” que prosseguiu já depois de terminado o seu mandato “convidando e influindo o Illustrissimo Provedor e Mesa seus successores para continuarem na deligencia desta pertença, e empenhando-se com todos os seus amigos em Lisboa, e com os seus amigos e Collegas universitarios então Deputados as Cortes, o que sem duvida especialmente concorreo para o bom resultado desta pertença”<sup>119</sup>. Segundo J. Martins de Carvalho, para a concessão do grandioso edificio sem quaisquer contrapartidas, terão tido grande influência os deputados Joaquim António de Aguiar, Francisco José Duarte Nazaré, Augusto Xavier da Silva e Francisco Correia de Mendonça<sup>120</sup>. Joaquim António de Aguiar era de Coimbra, como se sabe, e primo do ex-provedor Guilherme Henriques de Carvalho e Francisco José Duarte Nazaré será provedor da Misericórdia em 1843/44. O colégio foi doado à Santa Casa por carta de lei de 15.9.1841, quando o ministério do Reino e a presidência do Conselho de Ministros pertenciam a Joaquim António de Aguiar.

Eis alguns outros casos: em 1854, em sessão da Câmara dos Deputados, Diogo Pereira Forjaz de Sampaio Pimentel, que fora escrivão em 1848/49, interveio em defesa da Misericórdia de Coimbra, refutando certas acusações proferidas pelo célebre tribuno José Estêvão. Este discurso, na presença do ministro do Reino, provocou a imediata aprovação do regulamento da Misericórdia de Coimbra que há seis anos esperava nas gavetas do ministério<sup>121</sup>. O jogo das influências reaparece, sem quaisquer subterfúgios, no relatório que o provedor Manuel Pereira Jardim publica em 1863:

“A Meza do meu governo tomou posse em 27 de Julho de 1862; logo em acto continuo o Provedor que sahia, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Francisco de Castro Freire, os advogados do estabelecimento, e diversas outras pessoas recommendaram-me muito particularmente as duas importantes questões que a Misericórdia sustentava nos tribunaes da justiça. Ambas ellas eram de muita consequência pelo capital que representavam, e pelas influencias e valimentos dos homens que as disputavam á Sancta Casa.

<sup>119</sup> AMC, António de Moura e Freitas, *Pauta das Obrigaçoens que a Meza desta Santa Casa da Mizericordia de Coimbra deve annualmente cumprir...*, fis. 27v<sup>o</sup>-28v<sup>o</sup>.

<sup>120</sup> *O Conimbricense* n.º 2802 de 2.6.1874.

<sup>121</sup> *O Conimbricense* n.º 47 de 4.7.1854. O regulamento foi publicado nesse mesmo ano (*Regulamento para o governo da Irmandade da Sancta Casa da Misericordia da Cidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa de E. Trovão, 1854).

Sob direcção do illustre jurisconsulto e protector da Misericórdia, o Sr. Joaquim José Paes da Silva *senior* [ex-provedor], fui pessoalmente implorar a protecção dos beneméritos juizes a favor da Sancta Casa, e tive a satisfação de ouvir louvar pelos proprios magistrados o procedimento do Provedor<sup>122</sup>.

Também em Julho de 1867, ao cessar funções, o provedor Joaquim Cardoso de Araújo declara no seu relatório esperar que o seu sucessor, o muito bem posicionado Fernando de Melo, consiga do governo o que ele não pôde alcançar<sup>123</sup>.

A Misericórdia foi, pois, governada também neste período pela nata social de Coimbra. A *intelligentsia* e os poderosos da urbe passavam pela direcção da irmandade, direcção esta que pressupunha e alimentava o prestígio dos seus detentores.

### **5ª época: 1874/75 -1909/10**

Em finais de Oitocentos, os lentes ocupavam em Coimbra, como se sabe, a mais alta posição social<sup>124</sup>. Ora, nestes 37 anos, *todos* os provedores são professores da Universidade, os quais vêm sobretudo da faculdade de Direito, 37%, sendo 16% de cada uma das de Teologia, Medicina e Matemática e 14% de Filosofia. Os lentes eram um grupo muito restrito. O quadro legal do pessoal docente da Universidade era, em 1873/74, de 73 homens e em 1886/87 de 75, mas com 9 lugares por preencher. Neste ano o número de professores realmente existentes distribuía-se assim por faculdades: 20 em Direito, 17 em Medicina, 10 em Filosofia e em Matemática e 9 em Teologia<sup>125</sup>. Sendo maior o quadro de Direito, é natural que os seus membros sejam também mais numerosos na direcção da Misericórdia. Mas o seu peso ultrapassa a mera explicação quantitativa. Proporcionalmente à sua base de extracção, os provedores de formação jurídica representam 70%, os de Teologia são 67%, os de Matemática 60%, os de Filosofia 50% e os de Medicina apenas 35%. Os médicos que, com os juristas, seriam à partida os técnicos mais vocacionados para a direcção de um estabelecimento desta natureza, são poucos. Talvez porque os lentes de Medicina,

<sup>122</sup> *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 27 de Julho de 1862 a 26 de Julho de 1863*, cit., pp. 6-7.

<sup>123</sup> *Relatorio da administração da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra desde 10 de Julho de 1866 a 12 de Julho de 1867*, cit., p. 7.

<sup>124</sup> Cf. Manuel Alberto Prata, *A Academia de Coimbra (1880-1926). Sociedade, cultura e política*, Coimbra, 1994, vol. I, pp. 281-299.

<sup>125</sup> Maria Eduarda Cruzeiro, "Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX", *Análise Social*, n.º 116/117, 1992, p. 536.

que em geral exerciam também a clínica privada, tivessem menos disponibilidade. Certamente, também, porque as relações entre a Misericórdia e os Hospitais da Universidade foram sempre tensas. Mas, sobretudo, porque mais do que um bom serviço que se quer prestar, é um lugar que se conquista pela força dos grupos influentes que sustentam as candidaturas.

A inserção na política partidária traduz-se no facto de 14% dos provedores terem já sido governadores civis e 11% deputados. 8% eram ou serão pares do reino e outros tantos conselheiros de Estado. Os poderes autárquicos estão quase ausentes, pois nenhum era ou fora vereador e apenas um havia sido presidente da câmara. Mas sê-lo-ão depois. A provedoria da Santa Casa é agora, em muitos casos, um patamar entre a carreira académica e a política. Depois do exercício desse cargo, 38% serão nomeados reitores, 16% chegam a presidentes da Câmara e, na mesma percentagem, virão a chefiar um ministério<sup>126</sup>. Ressalta, assim, o carácter instrumental do exercício do cargo.

As comendas e a pertença à Ordem de Cristo caracterizam, cada uma, 16% dos provedores (mais 14% receberão a comenda posteriormente). Os maçónicos, que atingiam os 50% na época anterior, desaparecem e os nobres são apenas 5%<sup>127</sup>. Quanto aos eclesiásticos, diminuem a sua representação, estando agora presentes em 24% dos mandatos (8% cónegos) e só um indivíduo ascende ao episcopado<sup>128</sup>.

<sup>126</sup> É conhecido o trecho jocoso de Trindade Coelho satirizando alguns professores mais ambiciosos, que logo que aprovados no doutoramento e alcançada a regência de uma cadeira, partiam para Lisboa, onde ocupavam lugares políticos esquecendo o professorado e deixando os alunos sem aulas (*In illo tempore*, Lisboa, Portugalia, 1942, p. 386; 1ª ed.: 1902). Mas já antes, em 1876, Joaquim Martins de Carvalho testemunhava e se indignava com esse procedimento (*O Conimbricense* n.º 3047 de 10.10.1776). Ambos concordam no contraste do trabalho realizado em Coimbra com a “vida regalada” e inútil de Lisboa e que, por isso mesmo, era tão apetecida.

<sup>127</sup> Decréscimo paralelo ao que se verificava nas elites políticas do país (cf. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, p. 182).

<sup>128</sup> O facto não se explica pelo menor prestígio universitário dos eclesiásticos deste período, mas pela violenta polémica que envolveu os professores da Faculdade de Teologia e a hierarquia católica. Tudo começou em 1885 com uma *Memória* publicada pelo doutor Damásio Jacinto Fragoso (provedor da Misericórdia em 1870/71) e a quem o bispo Bastos Pina respondeu violentamente. O conflito chegou à Cúria romana (que colocou a *Memória* no *Index*) e prolongou-se até ao final do século. Tratava-se da independência da Faculdade (tutelada pelo Estado) relativamente à hierarquia católica e da formação do clero que, segundo os lentes, não deveria ser atribuição dos bispos, mas orientada pela faculdade de Teologia. Todos os intervenientes na polémica pelo lado da Faculdade - que a alimentaram com publicações - foram dirigentes da Santa Casa nesta época: os doutores Manuel de Azevedo Araújo e Gama (escrivão em 1882/83), Bernardo Augusto de Madureira (provedor em 1884/85) e José Maria Rodrigues (escrivão em 1893/95). Como represália, nenhum deles chegou ao episcopado. Ver este caso em Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, T. IV, Parte III, Coimbra, Ed. A., 1922, pp. 120-129.

A idade (conhecida para todos os casos) baixou para 45 anos em média, mas a amplitude é grande, de 32 a 78 anos. Por isso também o é o tempo que decorre entre o doutoramento e a eleição para a provedor da Santa Casa: de 3 a 47 anos (média: 17 anos). Tinham sido escrivães 8 homens em 20 (40% dos homens e 49% dos mandatos), 7 anos passavam em média entre o primeiro mandato de escrivão e o primeiro de provedor e em 11% dos anos a provedoria foi ocupada por filhos de anteriores escrivães. Uma vez mais, ninguém aceitou ser escrivão depois de ter sido provedor.

O *status* conferido pelo professorado universitário é também agora quase imprescindível à categoria de escrivão, pois são-no em 89% dos casos. Mas há menos de 3 anos e por isso a idade média é baixa, de 32 anos (de 24 a 43). Além de lentes, 22% dos escrivães eram eclesiásticos, cavaleiros da Ordem de Cristo (11%), maçónicos (11%) e eram ou tinham já sido deputados (11%). Não há comendadores. No futuro, 25% serão nomeados vice-reitores das Universidades de Coimbra e de Lisboa, 18% ocuparão um ministério, 14% a reitoria de liceus centrais, 11% serão eleitos deputados, 8% presidentes da Câmara de Coimbra, outros tantos agraciados com uma comenda e 16% com uma grã-cruz de ordem militar honorífica.

É, pois, um grupo restrito que se produz na Universidade e depois se instala nas mais diversas instituições de poder. A Misericórdia é uma delas, situando-se, neste período, mais frequentemente nas etapas iniciais das carreiras, o que parece resultar não tanto de perda de prestígio da Santa Casa em Coimbra, mas da implacável sucção das elites exercida por Lisboa.

Porque o professorado universitário não é ideologicamente uniforme, tentemos agora perceber se existiram flutuações desse tipo na direcção da Misericórdia e se houve tentativas ou capacidade de penetração de grupos organizados.

Esta época abre com a eleição de Julho de 1874 que originou um grave conflito interno, o qual reflectia a existência em Coimbra de facções políticas antagónicas disputando o domínio das instituições. Joaquim Martins de Carvalho refere-se-lhe várias vezes n'0 *Conimbricense*. Numa longa notícia de 27 de Março de 1888 lemos o seguinte:

“No anno de 1874 presenciou-se nesta cidade uma serie de factos demonstrativos do imperio dos mandões de Coimbra.

Era antiga pratica serem as eleições da mesa da Santa Casa da Misericórdia uma burla indigna, em que os irmãos e os chamados eleitores, por elles eleitos, representavam uma figura abjecta e indecente; pois que não faziam mais uns e outros do que votar uma lista, que antecipadamente estava feita e determinada pelos mandões politicos.

Nesse ano, porém, o descaramento chegou a mais do que isso. Em um jantar dado algum tempo antes da eleição, e na presença de alguns dos mandões, se levantaram brindes ao futuro provedor da Misericórdia, o dr. Lourenço de Almeida e Azevedo!

Isto era o remate do escameo! Tomava-se necessario pôr termo a um tal desaforo; pelo que alguns irmãos independentes deliberaram-se a votar numa lista, que livrasse a Misericórdia de tão grande abjecção”.

Venceram “com grande espanto dos mandões e seus acolytos!”. Estes protestaram. “E faziam afoutamente esse protesto, porque plenamente contavam com o conselho de districto, que tinha sido feito á sua *imagem e semelhança*”.

Tentemos perceber o que se passou: os “independentes” eleitos foram, além dos restantes mesários, Manuel dos Santos Jardim (provedor) e Olímpio Nicolau Rui Femandes (escrivão) que tomaram posse a 13 de Julho e iniciaram o seu governo<sup>129</sup>. Os “mandões” eram Femando de Melo e Lourenço de Almeida e Azevedo. Todos estes homens foram já referidos. Os dois últimos, que eram regeneradores (partido do governo) dominavam, de facto, as instituições políticas locais: Femando de Melo era na altura o presidente da Câmara, donde transita em 1876 para o Governo Civil; Lourenço de Almeida e Azevedo fora presidente da edilidade nos dois anos anteriores aos mandatos de Femando de Melo e voltará a ocupar o lugar nos 10 anos seguintes. Note-se que tanto Manuel Jardim como Olímpio Femandes, como ainda o indignado jornalista que relata o caso eram membros da maçonaria, mas também o era Lourenço de Almeida e Azevedo.

Retomemos o relato de Martins de Carvalho: o doutor António Jardim<sup>130</sup> elabora um contra-protesto, *Resposta dos contra-protetantes no processo de recurso do dr Fernando Augusto de Andrade Pimentel de Melo, contra a validade da eleição dos dias 2 e 3 do corrente*, onde afirma que o protesto foi

“provocado pelo despeito do recorrente, por ver que não triumphara a lista dos eleitores, imposta pelo cartorário Acacio Hipolyto [o indivíduo que brindara ao futuro provedor da Misericórdia, o dr. Lourenço de Almeida e Azevedo], apoiada pelo recorrente e defendida pela parcialidade do pretendido provedor (...). A verdade é que não se tratava da pessoa d’elle, mas sim e unicamente de manter a liberdade dos eleitores contra um abuso inveterado do cartorio, em fazer a eleição da mesa, que devia governar a Santa Casa! Abuso que o proprio protestante [Femando de Melo] tem lamentado, manifestando a vontade da irmandade se emancipar d’esta tutela!”.

<sup>129</sup> AMC, *Actas das sessões da Mesa, 1869-1879*, fis. 190-200.

<sup>130</sup> Lente de Direito, confrade da Misericórdia e irmão do provedor eleito.

E acrescenta que os doutores Fernando de Melo e Lourenço de Almeida e Azevedo “são os directores politicos do districto, e que têm intervenção na nomeação dos funcionarios e tribunaes administrativos”<sup>131</sup>.

Segundo Martins de Carvalho, as eleições da Santa Casa eram, pois, uma farsa. De facto, desde 1861 inclusive, todos os provedores haviam sido eleitos por unanimidade e o mesmo acontecera com os escrivães desde 1864. Tais resultados são reveladores do domínio de alguns, sem dúvida, que decidiam os resultados controlando a escolha dos dez eleitores. Mas por que se permitia tanta influência ao cartorário? Por comodismo e procura de eficácia, certamente. Acácio Hipólito Gomes da Fonseca, o cartorário em questão, não era um simples amanuense e há muito revelara a sua habilidade de movimentos na instituição. Bacharel formado, pertencia à Misericórdia desde 1856 na qualidade de Irmão de Iª classe. De 1858 a 1861 ausentou-se de Coimbra. Regressando à cidade, foi escolhido como eleitor da Mesa em 1862 e no ano seguinte eleito mesário. Participou activa e regularmente nas reuniões da direcção até que no *terminus* do mandato, a 4 de Junho de 1864, pede a demissão. Na sessão imediata, 5 dias depois, o provedor informa que por motivos de conveniência de serviço se vira obrigado a nomear um amanuense extraordinário para o cartório e que era ele Acácio Hipólito Gomes da Fonseca. Todos os mesários anuíram, excepto um que lembrou não competir ao provedor contratar sozinho os funcionários, ser este caso motivo para que a Santa Casa fosse acusada de compadrio, inclusivamente na imprensa, e que por isso se retirava e pedia a demissão. Dois anos depois, o ex-mesário Acácio entra para o quadro na qualidade de 2º cartorário. Mantém-se ao serviço no cartório e tesouraria até 1899, quando lhe é concedida a aposentação com o ordenado integral. Nas *Pautas das Irmandade*, Acácio Hipólito, que começa por ser identificado como bacharel, acrescenta a qualidade de proprietário em 1866, sendo por vezes também nomeado apenas cartorário. Vivia ainda em 1903, mas em 1905 já não consta da pauta da Misericórdia<sup>132</sup>.

Assim sendo, em 1874, trabalhando já há dez anos no cartório, o centro nevrálgico da Santa Casa, e tendo tido mesmo experiência de direcção, conhecia os seus meandros muito melhor do que os dirigentes que, mudando anualmente, teriam grandes dificuldades em dominar uma instituição tão complexa, com uma administração tão pesada e com trezentos votantes influenciáveis. Que melhor aliado poderiam encontrar os que pretendessem impor-se na Misericórdia?

<sup>131</sup> *O Conimbricense* n.º 4235 de 27.3.1888.

<sup>132</sup> Percurso estabelecido com recurso às seguintes fontes: *Termos de Juramentos dos Irmãos, 1853-1933*, *Pautas impressas da Irmandade, 1830-1891*, *Pautas impressas da Irmandade [avulsas]*, *Livro dos termos da eleição da Meza da Srª Misericórdia 1795-1864*, *Actas das Sessões da Mesa (1863-1869)* e *Actas das Sessões da Mesa (1891-1900)*.

Naturalmente, a aliança pressupunha, consentia e alimentava o poder subterrâneo mas não menos eficaz do cartorário.

A eleição de Julho de 1874 foi anulada pelo Conselho do Distrito “porque era mister que a Misericórdia continuasse ás ordens dos mandões”<sup>133</sup>. A nova eleição, a 2 e 3 de Agosto, deu-lhes a vitória, mas o doutor Lourenço de Almeida e Azevedo, que obteve maioria dos votos (6 em 10), recusou o lugar. Aceitou-o o segundo mais votado, o cónego e lente de Teologia Francisco dos Santos Donato, que obteve 4 votos<sup>134</sup>. Algum tempo depois, a 18 de Março de 1875, uma comissão nomeada pela Mesa para rever a pauta da irmandade, afirma ser necessário descontar (por óbito, ausência, moléstia ou velhice) 18 Irmãos de primeira categoria e 19 de segunda. Para se completar o número (300), estavam a receber-se requerimentos de admissão que foram analisados nessa Mesa. O provedor Francisco Donato declarou então que “não acreditava na autenticidade de muitos” porque

“tendo-os visto já depois de terem entrado na caixa, sem alguma das formalidades exigidas pelo Compromisso, os via agora substituídos por outros, que reconhecia, por algumas alterações n’elles operadas, não serem os que primitivamente haviam entrado na caixa. Disse que não sabia como se fizera a substituição, visto ter a chave da caixa estado confiada a empregados do Cartorio, cuja probidade lhe não era suspeita.

Em vista d’esta declaração (...) resolveu-se não tomar em consideração todos aquelles requerimentos, cuja autenticidade não fosse bem reconhecida, assim como os que pelas omissões que patenteavam não estavam nas condições exigidas pelo Compromisso”.

Foram admitidos à habilitação 33 indivíduos, todos aprovados na sessão seguinte<sup>135</sup>. Martins de Carvalho alude também a este incidente dizendo que foram razões políticas que determinaram a recusa das candidaturas: “Era necessario

<sup>133</sup> Joaquim Martins de Carvalho, *O Conimbricense* n.º 4235 de 27.3.1888. O mesmo assunto tinha sido já tratado no ano anterior: Em Julho de 1874, o doutor Manuel dos Santos Jardim, visconde de Monte-São, foi “repentinamente envolvido numa grave pendencia. Nesse mez de Julho muitos irmãos da Santa Casa da Misericórdia resolveram-se a fazer cessar o costumado abandono da eleição da Mesa, que ficava sempre á mercê de certos interessados nos abusos. Organizaram para isso uma lista, em que estava como provedor o sr. visconde de Monte-São, que deixara honrado o seu nome nesse mesmo cargo, no anno de 1862 a 1863. Venceu essa lista; mas os costumados influentes não deram a sua causa por perdida; e por isso protestaram contra umas phantasticas nullidades, e como dispunham do poder conseguiram que se annullasse a eleição” (*Idem*, n.º 4140 de 30.4.1887).

<sup>134</sup> AMC, *Termos de eleições da Mês a, 1865-1971*.

<sup>135</sup> AMC, *Actas das sessões da Mesa, 1869-1879*, fis. 228vº-231 vº. Citação da fl. 230-230vº.

que até as casas de caridade servissem de instrumento do domínio político, que tudo trazia avassalado em Coimbra!”<sup>136</sup>. A ala mais radical foi, pois, afastada em 1874/75. A competição de elites concorrentes conseguiu por um breve momento despertar a letargia da irmandade, mas foi brevíssima. A unanimidade dos resultados eleitorais e a passividade dos Irmãos voltaram à Santa Casa, até às eleições de 1890.

Como já referi, não há mações a dirigir a Misericórdia durante esta época. O último provedor maçónico, o doutor Manuel Marques de Figueiredo, ocupou a provedoria da Misericórdia em 1872/73. Foram já destacadas três fases da maçonaria na época liberal, segundo o perfil sociológico dos seus membros: se num primeiro tempo, até à Regeneração, num “clima de romantismo político”, “as oficinas foram frequentadas e serviram de escola de oratória para a nova *élite* política”, num segundo período “o elemento comercial terá passado a dominar os templos”, dando-se “o gradual afastamento da militância maçónica de elementos oriundos dos estratos sociais mais altos. A fase já não era de conquista, mas de defesa acérrima do poder conquistado”<sup>137</sup>. Esta evolução coincide e explica o peso da maçonaria nas chefias da Misericórdia. Em Coimbra, o activismo maçónico reafirmara-se a partir de 1870, mas eram estudantes universitários os seus principais protagonistas<sup>138</sup>, para quem a direcção da Misericórdia era inacessível. É também na década de 1870 que em Portugal surge o Partido Socialista, se intensifica o activismo republicano<sup>139</sup> e se inicia a contra-ofensiva católica, bem visível com a criação das primeiras “associações católicas”, do jornal *A Palavra* e a realização dos primeiros Congressos Católicos<sup>140</sup>. Começava a época da guerra entre Religião e Ciência, entre católicos e livres-pensadores que dividiu a sociedade das nações europeias católicas nas últimas décadas de Oitocentos e primeiras do século XX em dois ferozes blocos inimigos incapazes de qualquer compromisso<sup>141</sup>.

<sup>136</sup> *O Conimbricense* n.º 4235 de 27.3.1888.

<sup>137</sup> Fernando Catroga, *A militância laica...*, I, pp. 404-406.

<sup>138</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 416-417.

<sup>139</sup> Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, p. 19.

<sup>140</sup> Ver Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã e o salazarismo*, Lisboa, Presença/GIS, 1982, pp. 59-84.

<sup>141</sup> Para o caso português, consultem-se Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã...*; Marie-Christine Volovitch, *Quelques aspects importants du catholicisme social au Portugal entre 1890 et 1910*, Paris, F. Calouste Gulbenkian, 1982; Fernando Catroga, *A militância laica...*; Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, INCM, 1998;

Tal radicalização é nítida em Coimbra, intensificando-se nos decénios seguintes. E essa luta de elites concorrentes travou-se também dentro da Misericórdia. Em 1873 escrevia-se num jornal maçónico da cidade: “nunca as liberdades pátrias estiveram em risco, como na actualidade desde 1834 até cá”<sup>142</sup>. Em 1874 a presença de missionários católicos na cidade, arregimentando senhoras e estudantes, provocou a ira de muitos que realizaram um comício antijesuítico, o qual, por sua vez, originou a divulgação de um panfleto anónimo em defesa dos missionários. Em carta dirigida a *O Conimbricense* datada de Julho de 1874, um tal Cassiano Neves que se identifica como liberal conservador, classifica o folheto pró-católico de “digno de repulsão” e os adversários dos missionários de usarem “linguagem desbragada”. E acrescenta: “hoje em dia passa por moda, e chega a ser especulação rendosa, chamar-se reaccionario e retrogrado a quem em religião pensa como entende, e em política não é radical, nem avançado”. O que não deixa de ser curioso é que Cassiano Neves envolve a eleição da Mesa da Misericórdia nesta polémica: “Por ocasião da eleição da Misericórdia houve quem, não obstante não me conhecer, nem nunca ter tratado, propalou ser eu o auctor de um folheto anonymo que por ahi correu em defeza dos missionários. O pretexto era o facto de estar dirigindo o collegio das orphãs da Misericórdia uma de minhas irmãs”<sup>143</sup>.

Impulsionada pela maçonaria e desencadeada pela acção dos missionários católicos (embora já em projecto desde 1873), funda-se em Coimbra no ano de 1875 a *Associação Liberal*, “sentinela vigilante contra a reacção e o absolutismo” e tendo como objectivo “propagar pelo povo a instrucção e os sentimentos liberais”<sup>144</sup>. Era presidente da Associação o visconde de S. Jerónimo (Basílio Alberto de Sousa Pinto) e secretários Manuel Emídio Garcia e José Joaquim Fernandes Vaz. Entre os seus membros encontramos ex-dirigentes da Misericórdia, mas ninguém que o venha a ser: Bernardo de Serpa Pimentel, escrivão em 1849/50; Luís Adelino da Rocha Dantas, escrivão em 1870/71; Manuel dos Santos Pereira Jardim, provedor em 1862/63; Manuel Emídio Garcia, escrivão em 1865/66; Manuel Marques de Figueiredo, escrivão em 1840/41 e provedor em 1845/46 e 1872/73; Miguel Osório Cabral de Castro, provedor em 1869/70;

Jorge Seabra, António Rafael Amaro e João Paulo Avelãs Nunes, *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do estado Novo (1905-1834)*, Lisboa/Coimbra, Colibri/FLUC, 2000.

<sup>142</sup> Cit. por Fernando Catroga, *A militância laica...*, I, p. 420.

<sup>143</sup> *O Conimbricense* n.º 2813 de 11.7.1774.

<sup>144</sup> J. Martins de Carvalho, *O Conimbricense* n.º 2889 de 8.5.1775, três dias depois da fundação da Associação.

e Vicente José de Seça Almeida e Silva, provedor em 1852/53<sup>145</sup>. Ornais tardio dirigiu a Misericórdia em 1872/73.

Em 1877 um editorial de Joaquim Martins de Carvalho condena a imprensa católica portuguesa, acusando-a de camuflar ambições político-partidárias com argumentos religiosos<sup>146 147</sup>. No ano seguinte funda-se em Coimbra o *Centro Eleitoral Republicano Democrático*<sup>141</sup>. Em diversas festas cívicas aqui realizadas, os propósitos políticos e anticlericais exprimem-se claramente, como nas comemorações do centenário pombalino de 1882, que incluíram um comício antijesuítico (comemorações violentamente atacadas pelo jornal coimbrão *A Ordem*), ou as festividades em honra de Joaquim António de Aguiar em 28 de Maio de 1890<sup>148</sup>. Nos últimos decénios do século XIX e inícios do seguinte, os católicos estão organizados e transformam-se num dos grupos influentes da urbe. Suplantam os maçónicos e os políticos profissionais até aí imbatíveis? Pelo menos na Santa Casa, assim parece ser em alguns anos. Nesta época alternam ou coabitam sensibilidades políticas e religiosas opostas. A direcção da Misericórdia, uma vez mais, reflecte a recomposição dos grupos influentes da cidade. Vejamos, pois, a sucessão dos líderes da irmandade durante este período. Longa enumeração, mas necessária à comprovação do que acaba de se afirmar.

Em 1874/75 dirigiu a Santa Casa Francisco dos Santos Donato [1833-1881], lente de Teologia, cónego da Sé de Coimbra desde 1862, professor do Seminário e comendador da Ordem de Cristo. Ocupou a escrivania Raimundo da Silva Mota [1840-1910], professor da Faculdade de Medicina e depois também reitor do liceu de Coimbra. Esta Mesa foi acusada (como se viu) de ser instrumento de domínio político. No ano seguinte foi eleito provedor António dos Santos Viegas [1837-1914], lente de Filosofia (depois, de Ciências) que era par do reino, fora deputado em 1868 e 1871 e será reitor da Universidade em 1890-92 e 1906-07 (e ainda interino em 1910). Por nomeação do governo (regenerador) realizou, em 1866, uma viagem científica pela Europa para observar como se

<sup>145</sup> Lourenço de Almeida Azevedo e Fernando de Melo foram eleitos para a comissão redactora dos estatutos de fundação em Maio de 1874 (Fernando Catroga, *Mações, Liberais e Republicanos em Coimbra...*), mas não constam da lista dos sócios da Associação {*Idem*, pp. 59-63 e Joaquim Martins de Carvalho, *O Conimbricense* n.º 2889 de 8.5.1775). Ter-se-ão depois afastado? E não teria sido devido à questão da eleição da Mesa da Misericórdia, desencadeada no mês seguinte?

<sup>146</sup> *O Conimbricense* n.º 3013 de 24.4.1877.

<sup>147</sup> Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2001, p. 32.

<sup>148</sup> Cf. Rui Bebiano, “O Iº centenário pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão histórica”, *Revista de História das Ideias*, 4 (2º), 1982, pp. 419-427; João Lourenço Roque, *Coimbra de meados do séc. XIX a inícios do séc. XX. Imagens de sociabilidade urbana*, Coimbra, 1990, sep. *Revista de História das Ideias*, 12, pp. 314-316.

procedia ao ensino das ciências. Era conselheiro, sócio da Academia Real das Ciências, cavaleiro da Legião de Honra da França, agraciado com a grã-cruz da Ordem de Santiago por mérito científico, comendador da Ordem Imperial Francisco José (Áustria) e da Rosa (Brasil). O escrivão eleito foi Manuel de Jesus Lino [1841-1912] que fora aceite na irmandade em Março de 1875, aquando do processo de candidaturas que excluiu tantos outros. Era lente de Teologia, capelão e chantre da Universidade e professor do Seminário. Produziu obra que contestava as teses positivistas.

A Mesa de 1876/77 foi chefiada por Luís Albano de Andrade de Moraes e Almeida [1819-1888] e secretariada por Jacinto Alberto Pereira de Carvalho. O primeiro era professor da Faculdade de Matemática, nesse ano nomeado membro da Comissão de Reforma da Instrução Secundária. A partir de 1880 passou a dedicar-se à organização e inspecção do ensino secundário. O segundo era médico, doutorado, e logo depois da escrivania da Misericórdia será vereador da Câmara (1878 e 1880). Sucede o provedor António João de França Bettencourt [1827-1882] que já fora escrivão em 1869 e era lente de Teologia, professor no Seminário e redactor da *Revista Teológica*, que fundou quando exercia o cargo máximo da Misericórdia. O escrivão, António José Gonçalves Guimarães [1850-1919], era lente de Filosofia (e depois Ciências e Letras), professor do liceu e do seminário. Foi reitor do liceu central de Coimbra, vereador, vice-presidente da Câmara logo que deixou o cargo da Santa Casa (de 1878 a 1885) e vice-reitor da Universidade em 1900-02. Mineralogista, mas também filólogo, fez parte da comissão de reforma ortográfica de 1911. Era amigo íntimo do dirigente católico Francisco José de Sousa Gomes, adiante referido. Em 1878/79 foi provedor da Misericórdia o idoso D. Vitorino da Conceição Teixeira Neves Rebelo [1800-1881], a quem os alunos conheciam como o *Padre Marmelada*: lente de Teologia, já jubilado, ex-cónego regente de Santo Agostinho, fidalgo da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo e da Conceição, fora vice-reitor da Universidade em 1862-63 e 1864-69 e interino várias vezes nos anos 1870. Na Misericórdia, durante a década de 1840, fora reitor do Colégio dos Órfãos e tesoureiro da Capela. No fim da vida recebeu a Carta de Conselho. Teve como escrivão Francisco da Costa Pessoa, doutorado e professor do liceu. Em 1879, Fernando de Melo, que nesse ano abandonava o cargo de governador civil, regressou ao topo hierárquico da Misericórdia. Ocupou a escrivania o padre e bacharel José Maria dos Santos, o único escrivão que não era doutorado. Este homem protagonizou uma significativa ascensão social: filho de um barbeiro conhecido na cidade pela alcunha de *O Cadastrone*, José Maria dos Santos será nomeado secretário do bispo Bastos Pina, notário apostólico, cónego, arceidiago e escrivão da Câmara Eclesiástica.

Em 1880/81 governaram a Santa Casa de Coimbra os doutores Gonçalo Xavier de Almeida Garrett [1841-?], provedor, e Augusto Eduardo Nunes [1849-1920], escrivão. O primeiro era lente de Matemática, fidalgo da Casa Real e ascenderá ao pariato em 1898. Em 1901 será um dos fundadores do Centro Nacional (de militância católica) que originará dois anos depois o Partido Nacionalista (do qual, aliás, Gonçalo Almeida Garrett se afasta porque dividia as forças católicas)<sup>149</sup>. O escrivão que com ele trabalhou era professor da Faculdade de Teologia, activista católico, docente e director espiritual do Seminário desde 1879. Opôs-se nos seus escritos, como o seu colega Manuel de Jesus Lino, ao positivismo de Manuel Emídio Garcia. Será nomeado arcebispo coadjutor de Évora em 1884 e titular em 1890. A Almeida Garrett sucede Manuel de Jesus Lino, lente de Teologia que fora já escrivão em 1875/76. Teve na escrivania José Freire de Sousa Pinto [1855-1911], professor na Faculdade de Matemática, que não se destacou em nenhuma organização política ou religiosa. A Mesa seguinte (1882/83) foi presidida pelo lente de Medicina João Jacinto da Silva Correia [1843-1913]. Este homem dedicou-se exclusivamente ao ensino e não militou em nenhum grupo de pressão, mas era muito amigo de Bernardino Machado. O escrivão foi Manuel de Azevedo Araújo e Gama [1853-1921], professor da Faculdade de Teologia. Em 1883 foi eleito provedor o teólogo e activista católico Augusto Eduardo Nunes, que fora escrivão em 1880/81, sendo a escrivania ocupada por Joaquim Augusto de Sousa Refoios [1853-1905], um dos mais relevantes vultos da medicina cirúrgica da época e que nesse mesmo ano publicou um livro violentamente antijesuítico<sup>150</sup>. Mais tarde foi militante activo do Partido Regenerador Liberal (fundado em 1901).

“No anno de 1884 andava audaciosa a reacção neste paiz e particularmente nesta cidade e districto de Coimbra”, afirma Joaquim Martins de Carvalho em 1888<sup>151</sup>. A Santa Casa elegeu para seu provedor Bernardo Augusto de Madureira [1842-1926], outro lente de Teologia e para escrivão Francisco José de Sousa Gomes [1860-1911]. Será este o último provedor no regime monárquico, em 1907-10, e é figura incontornável da militância católica na charneira dos dois séculos. Lente de Filosofia, membro da Academia Real das Ciências (1886), presidente da Confraria da Rainha Santa Isabel (1893-1903), director da Imprensa da Universidade desde 1900, mentor do C.A.D.C. (fundado em 1901)

<sup>149</sup> Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã...*, pp. 114; 221-230.

<sup>150</sup> *O Collegio de S. Fiel no Louriçal do Campo e o de Nossa Senhora da Conceição na Covilhã. Apontamentos sobre o Jesuitismo no districto de Castello-Branco*. Consultei a 2ª edição, de 1901 (Coimbra, França Amado).

<sup>151</sup> *O Conimbricense* n.º 4237 de 3.4.1888.

e da sua revista *Estudos Sociaes*, eleito, em 1908, primeiro Presidente Geral da Obra dos Congressos Católicos (era então provedor da Misericórdia) e pai da fundadora da ordem religiosa *Criaditas dos Pobres*. Considerado demasiado beato para o gosto estudantil, vivendo num ambiente de forte anticlericalismo, não se livrou do grosseiro cognome *O Papa Hóstias*. E, contudo, foi um homem empenhado na aplicação da doutrina social da Igreja, acusado de modernismo pelos sectores mais conservadores, de forma alguma um mero católico ritualista<sup>152</sup>. A 30 de Junho de 1885, isto é, dois dias antes das eleições, prestaram juramento como novos Irmãos 33 indivíduos cujos nomes haviam sido aprovados em reunião da Mesa de 27 de Junho<sup>153</sup>. Procurava-se, sem dúvida, controlar a eleição. A Mesa imediata, de 1885/86, foi chefiada por Calisto Inácio de Almeida Ferraz [1825-1887], lente de Medicina que nesse ano se aposentou e cujas convicções ideológicas desconheço, sendo o escrivão o padre José Maria dos Santos<sup>154</sup>, homem de confiança do prelado episcopal e que já exercera o cargo em 1879/80.

O ano de 1886 vê chegar ao poder Filomeno da Câmara Melo Cabral [1842-1921] que ocupou o lugar durante três mandatos. É uma outra facção que agora domina, pois Filomeno Cabral, lente de Medicina, fora na sua juventude membro da *Sociedade do Raio* e será reitor na Iª República (interino em 1911 e efectivo em 1919-21). Todavia, o escrivão do mesmo triénio pertence à intelectualidade católica e monárquica: António Garcia Ribeiro de Vasconcelos [1860-1941], o historiador António de Vasconcelos. Como se vê, nem sempre o provedor e o escrivão partilham o mesmo campo ideológico. O mesmo acontecera em 1883/84. À semelhança do que se fizera em 1885, a 20 de Junho de 1889 a Mesa aceitou o juramento de 53 novos Irmãos que, evidentemente, participaram no acto eleitoral. Não houve protestos e foi eleito o celeberrimo *doutor Assis* (lente

<sup>152</sup> Ver Diogo Pacheco de Amorim, *Professor doutor Francisco José de Sousa Gomes*, Coimbra, Atlântida, 1962, sep. *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, 30; Manuel Braga da Cruz, *As origens da democracia cristã...*, pp. 33-34 e 154 e sgts; Manuel de Almeida Trindade, *Figuras notáveis da Igreja de Coimbra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1991; Jorge Seabra, António Rafael Amaro e João Paulo Avelãs Nunes, *O CADC de Coimbra...*

<sup>153</sup> A admissão de novos confrades sempre que as eleições se avizinhavam, fazendo deles eleitores e elegíveis, tinha precedentes, mas nunca se atingira um tão grande número. Por exemplo: em 1 de Julho de 1865 foram admitidos nove Irmãos que prestaram juramento no próprio dia da eleição; em 25 de Junho de 1867 juraram dez novos confrades; em 28 de Junho de 1878 serão treze (cf. AMC, *Termos de Juramentos dos Irmãos, 1853-1933*).

<sup>154</sup> Quem foi inicialmente eleito para escrivão, mas recusou o lugar, foi o padre José Alves de Mariz, nesse mesmo mês nomeado pelo governo e confirmado em Roma bispo de Bragança. A segunda escolha, também por unanimidade (como sempre), é que recaiu em José Maria dos Santos.

de Direito e depois conde de Felgueiras) que por antonomásia designava todos os lentes que primavam pela obtusidade e falta de cultura a que se aliava um estilo pomposo. O *doutor Assis*, isto é, Antonio de Assis Teixeira de Magalhães [1850-1914]<sup>155</sup>, é o professor de quem se contam dezenas de anedotas, o tipo que persistiu na memória académica, certamente bem exagerada. O escrivão escolhido foi Manuel Dias da Silva [1856-1910], padre e professor de Direito - o *Padre Capitão* na gíria estudantil -, que será presidente da Câmara pelo Partido Progressista entre 1899 e 1904<sup>156</sup>. No ano seguinte foram reeleitos, mas a luta foi renhida. O idoso Joaquim Martins de Carvalho continuava atento:

‘Depois do hospital da Universidade é incontestavelmente a Santa Casa da Misericórdia o primeiro estabelecimento de caridade de Coimbra<sup>157</sup>.

[Por isso é] um dever de todos os irmãos interessarem-se na sua administração e portanto na acertada escolha dos seus administradores; mas infelizmente a pratica tem mostrado que a irmandade descursa quasi sempre o cumprimento de uma das suas mais importantes obrigações” (...)

“No corrente anno vemos que felizmente os irmãos não estão resolvidos a abandonar a eleição da mesa. É isso muito louvável. Resta o acerto da escolha; e essa dentro em poucos dias veremos que tal é”<sup>158</sup>.

No número de 5 de Julho de 1890, imediato à eleição, escreve de forma lacónica: “A eleição foi disputadíssima, como não tinha acontecido desde a famosa eleição de 1874”. Mais uma vez, o já não tão influente Fernando de Melo reclamou a nulidade do acto eleitoral junto do Governo Civil, alegando terem sido excluídos vários Irmãos (eleitores dos eleitores) e acrescentados nomes admitidos ilegalmente. De facto, a 30 de Junho foram aprovados e imediatamente prestaram juramento 13 novos confrades, entre eles o lente de Medicina Manuel da Costa Alemão. Este professor, político progressista,

<sup>155</sup> António de Assis Teixeira de Magalhães foi um dos 33 indivíduos que prestou juramento como Irmão da Misericórdia a 30 de Junho de 1885.

<sup>156</sup> É autor da primeira resenha histórica do Colégio de São Caetano (*O Collegio dos Orphãos de S. Caetano em Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892). Recebeu uma comenda e a grã-cruz da Ordem da Conceição em 1905.

<sup>157</sup> Não posso deixar de salientar esta afirmação de 1890. É mais um esclarecimento sobre o perfil socioeconómico da clientela hospitalar. Em 1905, no mesmo jornal, cujo redactor era agora Francisco Augusto Martins de Carvalho, volta a afirmar-se que os hospitais da Universidade são o mais importante estabelecimento de Coimbra “pelos beneficios que distribue pela pobreza” (n.º 6009 de 4.7.1905).

<sup>158</sup> *O Conimbricense* n.º 4469 de 1.7.1890.

era então o presidente da Câmara Municipal (1890-1893), sucedendo a Luís da Costa e Almeida (provedor da Misericórdia em 1873, 1895/97 e 1897/99). Depois da implantação da República, chefiou em Coimbra o partido monárquico. Um acórdão do tribunal administrativo ratifica a eleição, recusando as alegações de Fernando de Melo<sup>159</sup>. O novo compromisso impõe logo nas eleições imediatas mandatos bienais e eleições directas.

A primeira Mesa bienal, de 1891/93, foi dirigida por Manuel Dias da Silva, que passou de escrivão a provedor, sendo escrivão desta Mesa Guilherme Alves Moreira [1861-1922], lente de Direito. Ascende a provedor na Mesa seguinte (1893/95) e foi o único que exerceu o cargo por seis anos, pois voltará à provedoria em 1899/1901 e 1901/03 (na Câmara Municipal instalava-se então Manuel Dias da Silva). De convicções republicanas, membro da comissão consultiva do Partido Republicano desde 1897 a 1902, Guilherme Alves Moreira era respeitado pelos alunos que lhe admiravam a inteligência, o saber e o carácter. Foi depois reitor da Universidade (1913-15) e ministro da Justiça em 1915. O escrivão de 1893/95 foi José Maria Rodrigues [1857-1942], ex-capelão da Universidade, lente de Teologia que tinha melhores relações com o poder político do que com a hierarquia eclesiástica<sup>160</sup>. Logo que cessou o mandato e por convite de João Franco, passou a reitor do liceu do Carmo, em Lisboa, sendo encarregado da reforma do ensino secundário em Portugal. Tomou-se um filólogo eminente, camonista e polemista e foi professor dos príncipes Luís Filipe e Manuel.

De Julho de 1895 a Julho de 1899 comanda a Misericórdia Luís da Costa e Almeida [1841-1919] que fora já provedor em 1873/74. Era lente de Matemática e comendador da Ordem de Cristo. Foi presidente da câmara em 1887-89, reitor do liceu, governador civil substituto e reitor interino da Universidade no regime republicano (de Agosto de 1913 a Julho de 1916). Era filho do escrivão homónimo que exercera o cargo em 1811 -1815 e genro do doutor Francisco de Castro Freire, liberal e maçónico, que fora provedor da Misericórdia de 1861/62 e 1864/65. Teve como escrivão Porfírio António da Silva [1855-1919], lente de Teologia e depois reitor do Liceu do Porto (1906). A seguir à provedoria de Luís da Costa e Almeida regressa, de Julho de 1899 a Julho de 1903, Guilherme Alves Moreira, sendo o escrivão o professor de Direito Álvaro da Costa Machado Vilela [1871-1956] que só pertencia à irmandade desde 21 de Junho desse ano de 1899. Durante o mandato, em 1901, Álvaro Machado Vilela foi

<sup>159</sup> Ver AMC, *Termos de eleições da Mesa, 1865-1971*, fis. 108vº-114vº.

<sup>160</sup> Ver nota 128.

eleito deputado pelo Partido Regenerador. Sob os governos republicanos, desempenhará alguns cargos de confiança política, mas também no Estado Novo irá colaborar com Salazar.

Em 1903 foi eleito provedor José Pereira de Paiva Pita [ 1840-1922] : eclesiástico, lente de Direito, professor do Seminário, fora reitor do Colégio dos Órfãos de S. Caetano, secretário particular do cardeal patriarca D. Inácio, desembargador e juiz da Relação e Cúria Patriarcal (1871), provisor e vigário geral interino do Patriarcado (1872) e vigário geral e governador do bispado de Eivas (1873). Publicou, entre outros escritos, correcções aos *Elementos de Direito Eclesiástico Português*, tratado de Bernardino Joaquim da Silva Carneiro (também ele provedor da Misericórdia em 1858/59 e escrivão em 1854/55) que fora colocado no *Index*. Segundo os alunos (talvez influenciados por sentimentos anticlericais) Paiva Pita era homem de tão evidente brilho intelectual que recebeu a alcunha *O Fósforo Ardido*. Contudo, Francisco Augusto Martins de Carvalho declara no seu jornal a 4 de Julho de 1905: “É de justiça declarar-se que os corpos gerentes do biennio findo foram infatigáveis e sensatos no desempenho cabal das espinhosas atribuições que lhes foram impostas pelo mandato dos seus confrades”<sup>161</sup>. Teve como escrivão Joaquim Pedro Martins [1875-1939] que exerceu o cargo nesta e na Mesa seguinte (1905/07), dirigida por Álvaro da Costa Machado Vilela, ex-escrivão. O doutor Joaquim Pedro Martins era professor de Direito e membro da maçonaria e, como vários outros, fora admitido na irmandade apenas uns dias antes da eleição (jurou em 17 de Junho de 1903). Foi deputado em 1905-06 (pelo Partido Progressista Dissidente, sendo ainda escrivão da Misericórdia) e em 1908-10. No novo regime republicano, foi deputado e depois senador (1911) e ministro da Instrução (1916-17). Preso durante o sidonismo, foi depois ministro junto da Santa Sé (1919-24) e ministro dos Negócios Estrangeiros (1925). Convidado a formar governo neste ano de 1925, tal não chegou a concretizar-se. Em 1927-28 será vice-reitor da Universidade de Lisboa<sup>162</sup>.

O ultimo provedor, de Julho de 1907 a Fevereiro de 1911, foi, como já se disse, o doutor Francisco de Sousa Gomes que, entre 1884, quando fora escrivão, e Julho de 1907 adquirira um enorme prestígio e influência no meio católico. Mas (ou por isso mesmo) entre os provedores eleitos directamente foi o único que não colheu a unanimidade e se afastou um pouco da votação obtida pelo

<sup>161</sup> *O Conimbricense* n.º 6009 de 4.7.1905.

<sup>162</sup> A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Parlamentares e ministros da 1ª República*, cit., p. 288.

escrivão<sup>163</sup>. Este, Anselmo Ferraz de Carvalho [1878-1955], professor de Filosofia e depois lente de Ciências, que apenas há uma semana era membro da Misericórdia, tinha um perfil muito diferente do provedor, seu colega de Faculdade: foi presidente da secção coimbrã do *Grupo de Estudos Democráticos* e vice-reitor logo no início da República, em 1911-13, e ainda em 1925 e 1926.

Que concluir desta longa sucessão de provedores e escrivães? Os diferentes grupos que procuravam dominar a cidade ocupam as chefias da Misericórdia. Mundo quase integralmente universitário, mas que não é monolítico. Sucedem-se ou coabitam professores apolíticos, teólogos bem ou malquistos pela hierarquia, políticos regeneradores e progressistas, monárquicos e republicanos, militantes católicos leigos ou eclesiásticos. Se em certos anos é bem claro o domínio de uma facção, mais frequentemente são constituídas equipas heterogéneas. Vimos serem eleitos para o mesmo órgão um teólogo activista católico com um médico de profundas convicções anti-congregacionistas e de fé exclusiva no poder da ciência, um maçónico do Partido Progressista e futuro governante republicano com um clérigo estimado pela hierarquia católica e com um ex-deputado regenerador, ou ainda, o líder da militância católica leiga com um republicano que, muito provavelmente, nutria sentimentos anti-clericais.

Fernando da Silva Correia, ao referir-se ao ambiente da cidade nos primeiros anos do século XX, salienta o quão fracturada estava a sociedade culta coimbrã que se repartia em três blocos inimigos: os monárquicos, os republicanos e os religiosos do C.A.D.C. e “aqueles três núcleos eram suficientes para abrir profundos abismos na vida académica”<sup>164</sup>. Ora, o que nós encontramos na direcção da Misericórdia é a unanimidade sistemática nas eleições, tanto indirectas como directas, e, com frequência, a constituição de equipas onde se integram elementos de grupos ideológicos inimigos.

A participação da irmandade na escolha dos órgãos dirigentes foi sempre minoritária, nomeadamente a partir de 1899, com níveis de abstenção a rondar os 70%<sup>165</sup>. Mas, mesmo assim, como se conseguia tal disciplina de voto,

<sup>163</sup> Consideram-se sufragados por unanimidade os eleitos pela totalidade dos votantes ou com menos um voto, que pode presumir-se ser do próprio. Em 1907 Francisco Sousa Gomes foi escolhido para provedor com 87 votos e Anselmo Ferraz de Carvalho para escrivão com 91, num universo de 92 votantes. Nas restantes eleições, quando provedor e escrivão não obtiveram o mesmo número de votos, a diferença nunca ultrapassou uma unidade e chegaram a votar 162 pessoas (em 1893, as eleições mais concorridas).

<sup>164</sup> *Vida errada. O romance de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1933, p. 67.

<sup>165</sup> Depois de estabelecidas as eleições directas, os níveis de abstenção foram os seguintes: 53% em 1891, 46% em 1893, 52% em 1895, 57% em 1897, 69% em 1899, 73% em 1901, 69% em 1903, 68% em 1905, 69% em 1907 e 67% em 1909.

nomeadamente após a instituição do sufrágio universal? Por certo através de mecanismos não muito diferentes dos que faziam funcionar o caciquismo eleitoral<sup>166</sup>. Era um núcleo duro que se interessava pelas eleições e votava os mesários, mas escolhia-os de tal forma que estabelecia equipas que podiam integrar indivíduos de perfis contrastantes e que lutavam, de facto, por ideais antagónicos. Porquê? Equipas heterogéneas mas tácticamente convergentes contra ameaças mais radicais, à semelhança do que se praticava nos jogos eleitorais do país? Relativo equilíbrio das diferentes correntes na cidade que aconselhava a coabitação? Aceitação de partilha de poder em nome da pacificação institucional? Volubilidade ideológica ditada pelo pragmatismo dos interesses pessoais ou institucionais<sup>167</sup>? Receio de que divisões claramente partidárias comprometessem o prestígio da instituição e, por consequência, o do cargo e por isso também o próprio poder? Relações pessoais que se sobrepunham a divergências ideológicas? Hipóteses que terei de deixar em aberto.

### Conclusão

Como emanção dos notáveis de Coimbra, pois o paralelismo é absoluto entre as elites dominantes na cidade e a direcção da Misericórdia, as chefias da Santa Casa corporizam a configuração dos centros decisores da urbe nos séculos XVIII e XIX. Por isso, percebe-se com esta análise quem são os poderosos da cidade, que instrumentos e estratégias utilizam, que tipo de poder exercem (isto é, como dominam), como se produzem e reproduzem. A identidade dos dirigentes da Santa Casa revela a inelutável lei da caducidade e circulação das elites, os grupos de interesse que se movimentam, mas não o pulsar da vida económica, não a gente de cabedal que exclusivamente vivia de seus negócios, nunca admitidos no topo hierárquico da instituição. Este era ocupado pelos homens que se notabilizaram pelo domínio de outras fontes de poder: a família, a competência, o exercício de cargos da administração central e local, a pertença às ordens militares, à Inquisição, ao Cabido, à Universidade, ou ainda à maçonaria, aos partidos políticos ou aos movimentos católicos organizados.

<sup>166</sup> Ver Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo...*, pp. 131-140.

<sup>167</sup> Terá sido o que sucedeu no círculo eleitoral de Coimbra entre 1869 e 1890, onde o “mecanismo do acordo” generalizou as candidaturas únicas. “Na perspectiva de uma alternância pacífica no poder, ou de salvaguarda dos seus interesses imediatos, ainda que desfrutando de uma maior influência política, podiam retirar mais dividendos se negociassem o seu apoio (velado ou activo) a um candidato governamental do que se o hostilizassem, evitando assim as contingências de um escrutínio disputado” *{Idem, ibidem, pp. 157-158}*.

Identificando-se os poderosos da Misericórdia, compreende-se como se estrutura o mando em Coimbra.

No século XVIII é indiscutível a preponderância da fidalguia (que na segunda metade do século é apoiada e utilizada pelo poder central) e de redes familiares sólidas, a que se associam o *status* conferido pela posse de comendas e morgados e pela integração na familiatura do Santo Ofício e a autoridade proporcionada pelo exercício de cargos municipais, eclesiásticos ou do alto funcionalismo de nomeação régia. Dos finais do século XVIII a 1834, há instabilidade, hesitações no tipo de elite dirigente, prefigurando-se já o especialista e o político. Mas mesmo quando a Misericórdia se esvazia das gentes mais gradas, na transição de Setecentos para Oitocentos, a direcção nunca saiu das suas mãos, salvo no triénio 1799/01-1801/02.

O Liberalismo é o tempo do domínio absoluto da carreira académica que permite mobilidades ascendentes muito rápidas. Observe-se o Iº gráfico reproduzido em *Anexo*: os lentes substituem os fidalgos no governo da Misericórdia, desenhando-se uma tesoura perfeita. Mas o poder sobre a Misericórdia é também muitas vezes precedido por alguma experiência política tanto a nível local como nacional. Da endogamia familiar passou-se à endogamia profissional e das estratégias familiares às estratégias de grupos ideológicos. E se a generalidade dos irmãos se desinteressa das eleições, há sempre um núcleo duro que não o faz. Todos os provedores são agora produzidos na Universidade, é certo, mas têm fidelidades dispersas, cada vez mais dispersas, aliás, à medida que o século avança. Congregam-se em partidos políticos, em *cliques* locais, na maçonaria, na fé cientista ou na fé católica de uma Igreja que, após a turbulência do Iº Liberalismo, luta pelo monolitismo recorrendo à anatemização das vanguardas ideológicas.

Existiram, sem dúvida, grupos organizados que conscientes dos seus *objecti* vos pretenderam dominar não só a Misericórdia, como outras instituições da cidade. Assim o fez a nobreza setecentista e na centúria imediata a maçonaria, os partidos políticos e a Igreja. Contudo, as motivações também podem ser puramente individuais. Não podemos entender tudo como grupo, esquecendo o indivíduo. Ser provedor ou escrivão da Misericórdia é signo de pertença às elites locais, marca imediatamente reconhecida, conferindo não só um imenso poder simbólico, como um verdadeiro poder real. Visibilidade, prestígio e poder, são estímulos mais do que suficientes para a aceitação do cargo, provocando deslealdades oportunistas.

Mas sejamos generosos. As pessoas podem ser desinteressadas, obedecer a intuítos mais nobres. Sobretudo no século XIX, talvez alguns considerassem ser uma obrigação cívica dirigir um dos dois mais importantes estabelecimentos

de assistência da cidade. Sentir-se-iam socialmente coagidos. Isso explicaria a grande rotatividade de certas épocas (embora o facto possa ter outra explicação: o grupo distribui as “corveias” por todos). Esperariam conseguir aliviar os sofrimentos da imensa pobreza de Coimbra praticando a caridade cristã ou aplicando na instituição ideias sociais que perfilhavam. Certos lentes (quem sabe?), cansados da monotonia das aulas e do estudo, sentir-se-iam atraídos por uma função mais activa. Quantas vezes o intelectual tem a amarga sensação de que a vida real lhe escapa! O comando da Misericórdia seria assim uma compensação para vidas carentes de acção prática.

Seja como for, estratégias de famílias, de grupos organizados ou de indivíduos, sede de prestígio, tentação de peculato, intuits de proselitismo, procura de boa consciência ou de evasão, a Misericórdia que, no dizer dos pobres que a ela recorriam, era mãe, abrigo e amparo<sup>168</sup>, não o era menos para os grandes da terra.

Coimbra, 30 de Setembro de 2003

<sup>168</sup> Maria Antonia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social*, II, p. 273-276.

## Anexo

## Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra

ANO	PROVEDORES	ESCRIVÃES
1700/01	Francisco de Melo e Sousa ( <i>mandato interrompido por morte</i> )	Luís Mendes Barreto
1700/01	André Bernardes Aires ( <i>completou o mandato</i> )	
1701/02	D. José de Melo e Mendonça	Bento de Figueiredo e Oliveira
1702/03	Tomás Sequeira Castelo Branco	Manuel do Vale Soutomaior
1703/04	António Leitão de Sousa	Francisco Morais da Serra
1704/05	António Leitão de Sousa	Manuel de Almeida
1705/06	António Leitão de Sousa	Manuel de Almeida
1706/07	D. António Vasconcelos e Sousa	António Leitão de Sousa
1707/08	D. António Vasconcelos e Sousa	António Leitão de Sousa
1708/09	João de Sá Pereira	Tomás Sequeira Castelo Branco
1709/10	Francisco Zuzarte Maldonado	Luís Mendes Barreto
1710/11	Francisco Zuzarte Maldonado	Luís Mendes Barreto
1711/12	Bernardo Correia de Lacerda	Manuel Lopes Teixeira
1712/13	Francisco de Morais da Serra	António da Costa Caetano
1713/14	Francisco de Morais da Serra	António da Costa Caetano
1714/15	D. José de Meneses	Luís Mendes Barreto
1715/16	D. Afonso de Meneses	Manuel do Vale Soutomaior
1716/17	D. José de Meneses	Manuel Soares de Carvalho
1717/18	António Teixeira Álvares	Luís Caldeira Varejão
1718/19	D. Afonso de Meneses	António Fernandes Velho
1719/20	D. Afonso de Meneses	Luís Mendes Barreto
1720/21	D. Afonso de Meneses	Luís Caldeira Varejão
1721/22	D. Afonso de Meneses	Luís Mendes Barreto
1722/23	D. Afonso de Meneses	Luís Mendes Barreto
1723/24	D. Afonso de Meneses	Manuel de Abreu Bacelar
1724/25	D. Afonso de Meneses	Manuel Moniz
1725/26	D. Afonso de Meneses	João de Oliveira
1726/27	Manuel do Vale Soutomaior ( <i>mandato interrompido por morte</i> )	Amaro da Costa Coelho
1726/27	D. Afonso de Meneses ( <i>completou o mandato</i> )	
1727/28	João de Sá Pereira	Luís Mendes Barreto
1728/29	João de Sá Pereira	Luís Mendes Barreto
1729/30	Luís Pereira de Melo ( <i>mandato interrompido por morte</i> )	António Fernandes Velho
1729/30	João de Sá Pereira ( <i>completou o mandato</i> )	
1730/31	João de Sá Pereira	António Fernandes Velho
1731/32	D. Afonso de Meneses	João Pacheco Fabião
1732/33	D. Afonso de Meneses	João Pacheco Fabião
1733/34	D. Afonso de Meneses	António da Costa Caetano
1734/35	D. Afonso de Meneses	António da Costa Caetano
1735/36	D. Afonso de Meneses	António da Costa Caetano
1736/37	D. Afonso de Meneses	António da Costa Caetano
1737/38	D. Afonso de Meneses	Manuel de Sá Pereira
1738/39	D. Afonso de Meneses ( <i>mandato interrompido por morte</i> )	Bernardo de Sá Pessoa
1738/39	João de Sá Pereira ( <i>completou o mandato</i> )	
1739/40	Fernando José de Castro	Aires de Sá de Melo
1740/41	João de Sá Pereira	Manuel José Coutinho Pereira
1741/42	João de Sá Pereira	Manuel José Coutinho Pereira
1742/43	João Lacerda Coutinho	António Xavier Zuzarte Maldonado Cardoso

## Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra (Cont.)

ANO	PROVEDORES	ESCRIVÃES
1743/44	Manuel de Sá Pereira	Marçal de Macedo Velasques (de Sá e Oliveira)
1744/45	Manuel de Sá Pereira	Filipe Saraiva de Sampaio e Melo
1745/46	Manuel de Sá Pereira	Filipe Saraiva de Sampaio e Melo
1746/47	João Lacerda Coutinho	Filipe Saraiva de Sampaio e Melo
1747/48	Filipe Saraiva de Sampaio e Melo	Manuel José Coutinho Pereira
1748/49	Filipe Saraiva de Sampaio e Melo	Manuel José Coutinho Pereira
1749/50	Lucas de Seabra e Silva	António Dinis de Araújo
1750/51	Lucas de Seabra e Silva	António Dinis de Araújo
1751/52	Bernardo de Sá Pessoa	Nuno Álvares Pereira Coutinho
1752/53	Manuel José Coutinho Pereira	Manuel de Sá Pereira
1753/54	António Xavier Zuzarte Maldonado Cardoso	Bernardo Coutinho Pereira
1754/55	Filipe Saraiva de Sampaio e Melo	Bernardo de Sá Pessoa
1755/56	Filipe Saraiva de Sampaio e Melo	Bernardo de Sá Pessoa
1756/57	Francisco de Morais de Brito da Serra	António Xavier Zuzarte Maldonado Cardoso
1757/58	Nuno Álvares Pereira Coutinho	Manuel Pessoa de Sá Figueiredo e Cunha
1758/59	Nuno Álvares Pereira Coutinho	José Correia de Melo e Brito de Alvim Pinto (da Silveira)
1759/60	António Dinis de Araújo	José Vigier
1760/61	António Dinis de Araújo	José Vigier
1761/62	António Dinis de Araújo	António da Costa Pacheco
1762/63	José Correia de Melo e Brito de Alvim Pinto (da Silveira)	António Xavier de Brito e Castro
1763/64	Manuel de Sá Pereira	Nuno Álvares Pereira Coutinho
1764/65	Bernardo Coutinho Pereira de Sousa e Meneses (Forjaz)	Nuno Álvares Pereira Coutinho
1765/66	Nuno Álvares Pereira Coutinho	Bernardo Coutinho Pereira de Sousa e Meneses (Forjaz)
1766/67	Bernardo Coutinho Pereira de Sousa e Meneses (Forjaz)	Nuno Álvares Pereira Coutinho
1767/68	Bernardo Coutinho Pereira de Sousa e Meneses (Forjaz)	Rodrigo de Almeida Vasconcelos Barberino
1768/69	Bernardo Coutinho Pereira de Sousa e Meneses (Forjaz)	Rodrigo de Almeida Vasconcelos Barberino
1769/70	Bernardo Coutinho Pereira de Sousa e Meneses (Forjaz)	Rodrigo de Almeida Vasconcelos Barberino
1770/71	Rodrigo de Almeida Vasconcelos Barberino	Bernardo Coutinho Pereira de Sousa e Meneses (Forjaz)
1771/72	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1772/73	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1773/74	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1774/75	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1775/76	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1776/77	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1777/78	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1778/79	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1779/80	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1780/81	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1781/82	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1782/83	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria
1783/84	António Xavier de Brito e Castro	Domingos Monteiro de Albergaria

## Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra (Cont.)

ANO	PROVEDORES	ESCRIVÃES
1784/85	Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro	José Caetano da Fonseca Barata
1785/86	Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro	José Caetano da Fonseca Barata
1786/87	Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro	José Caetano da Fonseca Barata
1787/88	Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro	José Caetano da Fonseca Barata
1788/89	Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro	José Caetano da Fonseca Barata
1789/90	Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro	José Caetano da Fonseca Barata
1790/91	Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro	José Caetano da Fonseca Barata
1791/92	Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro	José Caetano da Fonseca Barata
1792/93	Miguel Osório Cabral Borges da Gama e Castro	José Caetano da Fonseca Barata
1793/94	José Correia de Melo e Brito de Alvim Pinto (da Silveira)	D. Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Melo e Castro
1794/95	José Correia de Melo e Brito de Alvim Pinto (da Silveira)	D. Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Melo e Castro
1795/96	José Correia de Melo e Brito de Alvim Pinto (da Silveira)	D. Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Melo e Castro
1796/97	D. Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Melo e Castro	José de Albergaria Monteiro e Vasconcelos
1797/98	D. Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Melo e Castro	José de Albergaria Monteiro e Vasconcelos
1798/99	D. Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Melo e Castro	José de Albergaria Monteiro e Vasconcelos
1799/00	João Henriques Seco	Teófilo Morato Freire de Melo
1800/01	João Henriques Seco	Teófilo Morato Freire de Melo
1801/02	João Henriques Seco	Teófilo Morato Freire de Melo
1802/03	José Joaquim da Silva	António Luís de Sousa Reis e Maia
1803/04	José Joaquim da Silva	António Luís de Sousa Reis e Maia
1804/05	José Joaquim da Silva	António Luís de Sousa Reis e Maia
1805/06	José Joaquim da Silva	António Luís de Sousa Reis e Maia
1806/07	José Joaquim da Silva	António Luís de Sousa Reis e Maia
1807/08	José Joaquim da Silva	António Luís de Sousa Reis e Maia
1808/09	José Joaquim da Silva	José Diogo da Veiga
1809/10	José Joaquim da Silva	José Diogo da Veiga
1810/11	José Joaquim da Silva	José Diogo da Veiga
1811/12	José Joaquim da Silva	Luís da Costa e Almeida
1812/13	José Joaquim da Silva	Luís da Costa e Almeida
1813/14	José Joaquim da Silva	Luís da Costa e Almeida
1814/15	José Joaquim da Silva	Luís da Costa e Almeida
1815/16	Francisco de Abreu Morais de Lima	Joaquim de Seixas Dinis
1816/17	Francisco de Abreu Morais de Lima	Joaquim de Seixas Dinis
1817/18	Francisco de Abreu Morais de Lima	Joaquim de Seixas Dinis
1818/19	Francisco de Abreu Morais de Lima	Joaquim de Seixas Dinis
1819/20	Manuel Bernardo Pio	Joaquim Lebre de Sousa e Vasconcelos
1820/21	Manuel Bernardo Pio	Joaquim Lebre de Sousa e Vasconcelos
1821/22	José de Albergaria Monteiro e Vasconcelos	Manuel Domingues de Gouveia
1822/23	Manuel Pedro de Melo	Manuel Marques Soares
1823/24	António Vieira de Melo (e Sampaio)	Francisco Manuel Faria Vieira
1824/25	Caetano Rodrigues de Macedo	António Miguéis da Fonseca
1825/26	José Inácio Monteiro Lopo	José Joaquim de Almeida
1826/27	Manuel Domingues de Gouveia	José Filipe Dias Vieira
1827/28	António Vieira de Melo (e Sampaio)	Francisco Manuel Faria Vieira

## Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra (Cont.)

ANO	PROVEDORES	ESCRIVÃES
1828/29	António José Lopes de Morais	José Joaquim da Mota Sequeira
1829/30	António da Cunha e Sousa	José Lopes Galvão
1830/31	Aureliano Pereira Frazão de Aguiar	José Rodrigues Feio
1831/32	José Inácio Monteiro Lopo	António Vasconcelos Carneiro
		Magalhães e Meneses
1832/33	José Inácio Monteiro Lopo	António Vasconcelos Carneiro
		Magalhães e Meneses
1833/34	José Inácio Monteiro Lopo	António Marques Fragoso Pais
1834/35	Guilherme Henriques de Carvalho	António Miguéis da Fonseca
1835/36	Manuel Martins Bandeira	José Maria da Silva Torres
1836/37	José Machado de Abreu	José Manuel Ruas (Junior)
1837/38	Manuel Domingues de Gouveia	José Filipe Dias Vieira
1838/39	Joaquim dos Reis	António Miguéis da Fonseca
1839/40	Sebastião de Almeida e Silva	José Maria da Silva Torres
1840/41	José Manuel de Lemos	Manuel Marques de Figueiredo
1841/42	António Honorato de Caria e Moura	João de Sande Magalhães
		Mexia Salema
1842/43	Vicente Ferrer Neto de Paiva	Cesário Augusto de Azevedo Pereira
1843/44	Francisco José Duarte Nazaré	José António de Amorim
1844/45	Domingos José de Sousa Magalhães	Manuel de Jesus Rodrigues Manique
1845/46	Manuel Marques de Figueiredo	Nuno José da Cruz
1846/47	Cesário Augusto de Azevedo Pereira	António Luís de Sousa Henriques Seco
1847/48	Sebastião de Almeida e Silva	Joaquim Cardoso de Araújo
1848/49	Joaquim José Pais da Silva	Diogo Pereira Forjaz de
		Sampaio Pimentel
1849/50	Francisco Ferreira de Carvalho	Bernardo de Serpa Pimentel
1850/51	Domingos José de Sousa Magalhães	Nuno José da Cruz
1851/52	José Ernesto de Carvalho e Rego	Herculano Aprigio Alves Araujo
		Santa Bárbara
1852/53	Vicente José de Seica de Almeida e Silva	António Cardoso Borges de Figueiredo
1853/54	Joaquim Cardoso de Araújo	Joaquim Miguel de Araújo Pinto
1854/55	António Nunes de Carvalho	Bernardino Joaquim da Silva Carneiro
1855/56	Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos	Adriano Augusto de Abreu
		Cardoso Machado
1856/57	Francisco de Arantes	João Crisóstomo de Amorim Pessoa
1857/58	António Nunes de Carvalho	Pedro Augusto Monteiro
		Castelo Branco
1858/59	Bernardino Joaquim da Silva Carneiro	Joaquim Maria Rodrigues de Brito
1859/60	Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos	João António de Sousa Dória
1860/61	Florêncio Mago Barreto Feio	Francisco António Alves
1861/62	Francisco de Castro Freire	Manuel Adelino de Figueiredo
1862/63	Manuel dos Santos Pereira Jardim	José Augusto Sanches da Gama
1863/64	Francisco de Arantes	António Teixeira Félix da Costa
1864/65	Francisco de Castro Freire	Fernando Augusto de Andrade
		Pimentel de Melo
1865/66	José Gomes Aquiles	Manuel Emídio Garcia
1866/67	Joaquim Cardoso de Araújo	Júlio César de Sande Sacadura [Botte]
1867/68	Fernando Augusto de Andrade Pimentel de Melo	Manuel de Oliveira Chaves e Castro
1868/69	António de Carvalho Coutinho e Vasconcelos	Júlio Augusto Henriques
1869/70	Miguel Osório de Cabral e Castro	António João de França Bettencourt

## Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra (Cont.)

ANO	PROVEDORES	ESCRIVÃES
1870/71	Damásio Jacinto Fragoso	Luís Adelino da Rocha Dantas
1871/72	Cesário Augusto de Azevedo Pereira	João de Pina Madeira Abranches
1872/73	Manuel Marques de Figueiredo	José Ferreira Fresco
1873/74	Luís da Costa e Almeida	Gaspar Alves de Frias de Eça Ribeiro
1874/75	Manuel dos Santos Pereira Jardim ( <i>Mesa destituída</i> )	Olimpio Nicolau Rui Fernandes ( <i>Mesa destituída</i> )
1874/75	Francisco dos Santos Donato	Raimundo da Silva Mota
1875/76	António dos Santos Viegas	Manuel de Jesus Lino
1876/77	Luís Albano de Andrade de Morais e Almeida	Jacinto Alberto Pereira de Carvalho
1877/78	António João de França Bettencourt	António José Gonçalves Guimarães
1878/79	D. Vitorino da Conceição Teixeira Neves Rebelo	Francisco da Costa Pessoa
1879/80	Fernando Augusto de Andrade Pimentel de Melo	José Maria dos Santos
1880/81	Gonçalo Xavier de Almeida Garrett	Augusto Eduardo Nunes
1881/82	Manuel de Jesus Lino	José Freire de Sousa Pinto
1882/83	João Jacinto da Silva Correia	Manuel de Azevedo Araújo e Gama
1883/84	Augusto Eduardo Nunes	Joaquim Augusto de Sousa Refoios
1884/85	Bernardo Augusto de Madureira	Francisco José de Sousa Gomes
1885/86	Calisto Inácio de Almeida Ferraz	José Maria dos Santos
1886/87	Filomeno da Câmara Melo Cabral	António Garcia Ribeiro e Vasconcelos
1887/88	Filomeno da Câmara Melo Cabral	António Garcia Ribeiro e Vasconcelos
1888/89	Filomeno da Câmara Melo Cabral	António Garcia Ribeiro e Vasconcelos
1889/90	António de Assis Teixeira de Magalhães	Manuel Dias da Silva
1890/91	António de Assis Teixeira de Magalhães	Manuel Dias da Silva
1891/92	Manuel Dias da Silva	Guilherme Alves Moreira
1892/93	Manuel Dias da Silva	Guilherme Alves Moreira
1893/94	Guilherme Alves Moreira	José Maria Rodrigues
1894/95	Guilherme Alves Moreira	José Maria Rodrigues
1895/96	Luís da Costa e Almeida	Porfírio António da Silva
1896/97	Luís da Costa e Almeida	Porfírio António da Silva
1897/98	Luís da Costa e Almeida	Porfírio António da Silva
1898/99	Luís da Costa e Almeida	Porfírio António da Silva
1899/00	Guilherme Alves Moreira	Álvaro da Costa Machado Vilela
1900/01	Guilherme Alves Moreira	Álvaro da Costa Machado Vilela
1901/02	Guilherme Alves Moreira	Álvaro da Costa Machado Vilela
1902/03	Guilherme Alves Moreira	Álvaro da Costa Machado Vilela
1903/04	José Pereira de Paiva Pita	Joaquim Pedro Martins
1904/05	José Pereira de Paiva Pita	Joaquim Pedro Martins
1905/06	Álvaro da Costa Machado Vilela	Joaquim Pedro Martins
1906/07	Álvaro da Costa Machado Vilela	Joaquim Pedro Martins
1907/08	Francisco José de Sousa Gomes	Anselmo Ferraz de Carvalho
1908/09	Francisco José de Sousa Gomes	Anselmo Ferraz de Carvalho
1909/10	Francisco José de Sousa Gomes	Anselmo Ferraz de Carvalho
1910/11	Francisco José de Sousa Gomes	Anselmo Ferraz de Carvalho

**Evolução de alguns tipos e dignidades**

